

IVONILDES DA SILVA FONSECA
TERLÚCIA MARIA DA SILVA (Orgs.)

AS

mulheres

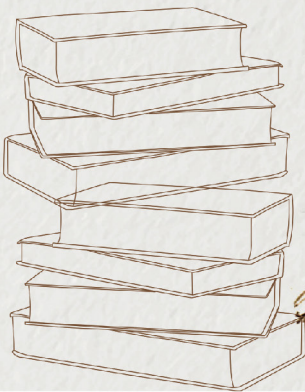
querem

viver...

e escrevem

 Observatório
Brígida
Lourenço

 eduepb





Universidade Estadual da Paraíba
Prof^a. Célia Regina Diniz | *Reitora*
Prof^a. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba
Cidoval Morais de Sousa | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)
Alberto Soares de Melo (UEPB)
Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)
José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)
José Luciano Albino Barbosa (UEPB)
Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)
Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

IVONILDES DA SILVA FONSECA

TERLÚCIA MARIA DA SILVA

(Organizadoras)

**AS MULHERES
QUEREM VIVER ...
E ESCREVEM**



Campina Grande - PB

2024

Expediente EDUEPB***Design Gráfico e Editoração***

Erick Ferreira Cabral
Jefferson Ricardo Lima A. Nunes
Leonardo Ramos Araujo

Revisão Linguística e Normalização

Antonio de Brito Freire
Elizete Amaral de Medeiros

Assessoria Técnica

Carlos Alberto de Araujo Nacre
Thaise Cabral Arruda
Walter Vasconcelos

Divulgação

Danielle Correia Gomes

Comunicação

Efigênio Moura

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

M956 As mulheres querem viver... e escrevem [recurso eletrônico] / organização de Ivonildes da Silva Fonseca e Terlúcia Maria da Silva ; apresentação de Zuíla David. - Campina Grande : EDUEPB, 2024.

230 p. : il. color. ; 15 x 21 cm.

ISBN: 978-85-7879-945-8 (Impresso)

ISBN: 978-85-7879-950-2 (2.488 KB - Epub)

ISBN: 978-85-7879-946-5 (4.484 KB - PDF)

1. Violência contra as Mulheres. 2. Femicídio na Paraíba.
3. Violência Doméstica. 4. Empoderamento feminino - UEPB.
5. Observatório Briggida Lourenço - OBL/UEPB. I. Fonseca, Ivonildes da Silva. II. Silva, Terlúcia Maria da. III. Título.

21. ed. CDD 362.83

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Mirelle de Almeida Silva – CRB-15/483

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9,610/98.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 9

AS MULHERES QUEREM VIVER E ... ESCREVEM, 12

POESIAS , 15

ANTES , 17

EU SOU UM CORPO NEGRO!, 18

MULHER , 20

MEU SILÊNCIO, 21

SEM PERCEBER, ME VI REFLETINDO..., 22

SILENCIADOR, 23

CORTES VERMELHOS, 24

ESQUECIDA NA ESTANTE, 25

APENAS MAIS UMA?, 27

UM GRITO DE SOCORRO, 28

AS MULHERES DILACERADAS PELA BARBÁRIE DE
QUEIMADAS , 29

ARTIGOS, NARRATIVAS, REFLEXÕES, 33

A TENTATIVA DE CONTROLE DOS CORPOS FEMININOS
ATRAVÉS DO DISCURSO MORALISTA DE JÂNIO QUADROS:
A PROIBIÇÃO DO USO DO BIQUÍNI E AS FORMAS DE
RESISTÊNCIAS, 35

A ODISSEIA ÍNTIMA DE LORELEY, NO ROMANCE UMA
APRENDIZAGEM OU O LIVRO DOS PRAZERES, DE
CLARICE LISPECTOR, 50

A PERSONAGEM VIRGÍNIA E A REPRESENTAÇÃO DO
FEMININO EM “*CIRANDA DE PEDRA*”, 66

MULHERES E LAÇOS: HISTÓRIA DE MÃE E FILHA, **81**
O DESPRESTÍGIO DA MULHER NOS LARES BRASILEIROS ,
88
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE CRÍTICA A
PARTIR DA MÚSICA “ELE BATE NELA” DAS CANTORAS
SIMONE E SIMARIA, **91**
A NOÇÃO DE PROPRIEDADE, A MORTE FÍSICA E
SIMBÓLICA DAS MULHERES: O CASO DO FEMINICÍDIO ,
104
“BARBÁRIE DE QUEIMADAS” E O QUE A FUGA DO SEU
MENTOR REVELA, **119**
NENHUMA MULHER A MENOS, **126**
INVASÃO NOS CORPOS DAS MULHERES: DO
ADOCIMENTO À MORTE, OS AGROTÓXICOS VÃO
DEIXANDO SEUS VESTÍGIOS , **132**
PARA AVANÇAR NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA:
PRODUÇÃO ACADÊMICA DA UEPB NOS ANOS DE 2015 A
2019, **147**
ATIVIDADE EXTENSIONISTA SOBRE VIOLÊNCIA ÀS
MULHERES NA ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL JOSÉ SOARES
DE CARVALHO/GUARABIRA/PB, **159**
INVESTINDO EM LUGARES DE ESCUTA: REFLEXÕES
INTERSECCIONAIS E COLONIALIDADE , **172**
“QUEM TEM MEDO DE LÉLIA GONZALEZ?”: VIDA E OBRA
DE UMA INTELLECTUAL NEGRA BRASILEIRA., **187**
A COR DE CAMPINA: JÓ OLIVEIRA – UMA HISTÓRIA DE
RESISTÊNCIA, **201**
RESISTIR PARA PODER EXISTIR: POR UM CINEMA NEGRO
NO FEMININO, **210**
DADOS SOBRE AS AUTORAS E CO AUTORAS, **223**

*Este livro é dedicado à **Rayssa de Sá**, vítima de feminicídio em setembro de 2023, à época estudante do curso de Direito da UEPB/ Campus III em Guarabira.*

APRESENTAÇÃO

FOI COM MUITA HONRA E SENSO DE RESPONSABILIDADE QUE RECEBI o convite para participar da presente obra em defesa da vida das mulheres e pelo fim da violência contra nós. Como ex-aluna do Curso de Comunicação Social da Universidade Estadual da Paraíba e jornalista, atuando na imprensa paraibana há quinze anos, sinto-me com o dever e a missão de usar de todas as ferramentas possíveis para alcançar o maior número de pessoas e conscientizar a população da importância de discutir o aumento dos casos desse crime covarde que é o feminicídio e o que podemos fazer hoje para tentar mudar o cenário de violência em que as vítimas estão inseridas.

Esta coletânea de textos, poesias, narrativas de vinte e quatro mulheres, alunas, ex-alunas e/ou servidoras professoras e técnicas da UEPB, faz parte da campanha permanente do Observatório do Feminicídio da Paraíba Brígida Lourenço, que recebeu este nome em reverência à professora do Curso de Arquivologia morta pelo ex-companheiro em julho de 2012. Aos 28 anos, Brígida entrou para a estatística cruel de mulheres que tiveram a vida e os sonhos interrompidos pela violência de uma sociedade patriarcal, marcada pela destruição operada por homens assassinos e sem o menor amor à vida.

Com organização da professora Ivonildes da Silva Fonseca e da técnica Terlúcia Maria Silva, a presente obra ecoa como um grito coletivo de mulheres, que a partir dos seus lugares de fala enquanto profissionais, pesquisadoras e estudantes, se colocam como representantes vivas em busca de provocar reflexões a respeito de uma sociedade em que centenas de mulheres são assassinadas todos os dias pelo simples fato de existir.

Ao mesmo tempo em que as autoras convidam, a partir da leitura, para discussões profundas acerca da tentativa de controle dos corpos femininos pelo moralismo social, também é possível encontrar nesta obra análises literárias de escritoras como Clarice Lispector ou a vida e a obra da intelectual negra brasileira Lélia Gonzalez e o percurso político de Jô Oliveira, ex-aluna da UEPB e primeira vereadora negra na cidade de Campina Grande. Os textos ainda dialogam com o que é projetado na sociedade a partir da percepção do desprestígio da mulher nos lares brasileiros, escancarando o árduo caminho de luta por igualdade no campo social e profissional.

O problema da violência contra as mulheres também é analisado criticamente sob o viés da música “Ele bate nela” das cantoras Simone e Simaria, que em seus trechos musicais revelam uma dura realidade que é comum em muitos lares onde a mulher é vítima dos seus próprios companheiros.

O presente trabalho ainda expõe de maneira assertiva as atividades de extensão desenvolvidas pela Instituição e a produção acadêmica da UEPB nos últimos anos, que levam como tema principal o enfrentamento à violência contra as mulheres na Paraíba.

O caso do estupro coletivo de cinco mulheres, que marcou para sempre a cidade de Queimadas no Agreste do estado, é retratado em artigos acadêmicos e também é tema de reflexão dos textos em forma de poesia. Os versos, aliás, são outra manifestação das autoras quando o objetivo é tocar através da poesia no mais íntimo sofrimento vivenciado pelas vítimas de violência e como essas mulheres se sentem ao ter os seus corpos e suas vidas violadas por criminosos que se camuflam ou disfarçam de amantes para ceifar os seus sonhos.

O combate à violência contra as mulheres também é destaque através da releitura de casos frequentes que estampam as manchetes dos jornais todos os dias, deixando as vítimas quando não mortas, sequeladas para sempre com o trauma de terem sido violentadas de diferentes formas, física, moral, psicológica ou sexualmente.

Ainda ganha espaço para discussão a noção de propriedade, a morte física e simbólica das mulheres com o feminicídio e a luta pela resistência e sobrevivência em meio a um cenário de caos e violência.

Histórias de laços e de lugares de fala com o empoderamento das

mulheres e a noção de que é preciso resistir para continuar vivendo dão seguimento ao ciclo de debates expostos no e-book.

A proposta desse conteúdo tão rico em histórias, relatos e reflexões feitas por mulheres é tocar as leitoras e os leitores, independentemente do gênero, para o despertar de uma população que clama por uma mudança de comportamento e por uma cultura de paz. No enfrentamento à violência qualquer que seja e especialmente contra às mulheres, é a educação a chave principal para a construção de novas gerações que saibam respeitar e entender o papel fundamental que têm as mulheres na sociedade, sabendo compreender que nossos corpos são sagrados e que não somos propriedade nem somos capazes de ser definidas por um costume, religião, trajes ou relações interpessoais.

A todas, todos e todes, desejo uma ótima leitura e que ao final dela possam ter a compreensão de que as “mulheres querem viver... e escrevem”.

Zuíla David

Repórter e Apresentadora de TV. Mãe de Luiz e Liana. Formada em Comunicação Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestre em Jornalismo Profissional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

AS MULHERES QUEREM VIVER E ... ESCREVEM

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES É UM PROBLEMA HISTÓRICO-ESTRUTURAL ancorado na cultura patriarcal, misógina e racista. No Brasil, desde a sua formação, há um extenso repertório de violências contra as mulheres e, na contemporaneidade brasileira, especialmente desde a década de 1970, transformações de impacto vêm ocorrendo no sentido de erradicar as violências e o desrespeito aos direitos humanos das mulheres. Essas transformações resultam da pressão social exercida por movimentos sociais de mulheres e feministas.

Um dos avanços provocados pela força dos movimentos sociais é a adoção da compreensão por parte do Estado sobre o assunto das violências às mulheres ser de interesse público, e não apenas da esfera privada.

Assim, o Estado contemporâneo “desimpregnado” da naturalização das violências às mulheres parte para assumir medidas e muitos mecanismos institucionais começam a ser criados, muitos instrumentos legislativos são elaborados e sancionados no sentido de coibir, punir e desconstruir a mentalidade social presente em cada ato violento, principalmente dos homens contra as mulheres.

Dos mecanismos existentes, vale ressaltar os do legislativo como as leis 11.340/2006 (Maria da Penha) e 13.104/2015 (lei do feminicídio); no judiciário, a criação de juizados especiais de violência doméstica; no campo da segurança pública, a criação de delegacias especializadas de atendimento às mulheres (DEAMs); no executivo, os Centros de Referência da Mulher e no campo educacional, criação de núcleos de pesquisa em universidades, reestruturação de currículos, campanhas educativas, entre outras.

Na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, ações importantes visando desconstruir a mentalidade social misógina e machista vêm ganhando lugar, a exemplo da paridade de gênero, a partir da Resolução 0266/2019 que estabeleceu que 50% dos cargos da gestão sejam ocupados por mulheres. Nesse mesmo ano, foi criado o Observatório Brígida Lourenço - OBL com o objetivo de desenvolver ações voltadas ao enfrentamento do feminicídio.

A partir de 2021, o OBL passa a desenvolver diversas atividades tendo como foco a prevenção, tais como cursos de capacitação, rodas de diálogos e campanhas educativas. Nesse sentido, foi realizada a Campanha: **“As mulheres querem viver; sem violência doméstica, sem importunação sexual e sem feminicídio”**, que percorreu todos os Campi com palestras, orientações, divulgação da rede de atendimento, afixação de cartazes nos quais constavam telefones para atendimento de urgência e “escuta” de estudantes, técnicas e docentes. A Campanha tornou-se permanente na instituição.

Em 25 de setembro de 2023, na cidade de Belém/PB, a estudante Rayssa de Sá do primeiro semestre do curso de Direito, campus III, teve a sua vida encerrada pelo crime de feminicídio provocado pelo ex-companheiro. Uma jovem, mãe de duas bebezinhas que teve os sonhos interrompidos e deixou em sofrimento avó, mãe, irmãos e amigas.

Diante desse feminicídio e tantas outras ocorrências de violência contra as mulheres, reafirmamos que a UEPB vem assumindo sua responsabilidade e se colocando como instituição que atua por uma sociedade sem violência. E, movidas pela comoção da perda de nossa estudante Rayssa, demos forma a mais uma peça da Campanha **“As mulheres querem viver: sem violência doméstica, sem importunação sexual e sem feminicídio”** que é a elaboração desse livro, realçando o ato de escrever como mais uma demonstração de mobilização das mulheres da UEPB em defesa de suas (nossas) vidas.

Celia Regina Diniz – Reitora da UEPB
Ivonildes da Silva Fonseca – Vice-Reitora da UEPB

POESIAS

ANTES

Kayllanne Silva Barbosa

Antes mandavam tu se calar, não tinha vez para expressar tua opinião.
Tu não podia votar.
Diziam que teu lugar era pilotando um fogão.
E hoje tu é pilota até de avião.

EU SOU UM CORPO NEGRO!

Terlúcia Silva

Eu sou um CORPO NEGRO em uma SOCIEDADE RACISTA.
Em uma sociedade que hierarquiza as pessoas, define privilégios para uns e desvantagens para outros, de acordo com o seu pertencimento racial, sua orientação sexual, sua identidade de gênero...!

Eu sou MAIS UM corpo negro que a colonização DESPERSONALIZOU, ANIMALIZOU, HIPERSEXUALIZOU, BRUTALIZOU...

Por ser esse corpo negro – preciso ME AFIRMAR cotidianamente, enquanto MULHER NEGRA e não mulher e negra. Como diz Jurema Werneck, por ser mulher negra, eu vivo “uma experiência compacta, inteira e singular, que traz vários reflexos em minha vida”.

EU SOU UMA MULHER NEGRA!

Eu vivo uma experiência cotidiana de SER MULHER NEGRA. Isso significa que preciso (precisamos todas nós mulheres negras) ter estratégias de resistência para NÃO SUCUMBIR ao racismo, ao sexismo, as LBTfobias, aos preconceitos e as tantas discriminações que nos atingem diariamente.

Minha (nossa) luta AINDA é (pasmem!) para que esse corpo negro seja visto/respeitado como humano, que sente, vibra, que sofre... Para que os corpos negros sejam reconhecidos como pessoas, seres de direitos, com capacidade refletir, de questionar, de fazer escolhas...

O nosso corpo negro 'não tem alma'.
O nosso corpo negro 'não sente' dor.
O nosso corpo negro é negado. Estigmatizado.
Um corpo negro em uma sociedade racista tem “fins específicos”:
serve para dar prazer, para suporta a dor, para carregar peso, para
decorar, para servir...

O “nosso” corpo negro NÃO é nosso. Nunca foi.
O nosso CORPO NEGRO (ainda) NÃO NOS PERTENCE.
Não podemos fazer ESCOLHAS sobre ele.
Pois é concebido (político, econômico e socialmente), apenas, como
um corpo NEGRO em uma sociedade RACISTA.

MULHER

Kayllanne Silva Barbosa

Se tu soubesses o quanto és bonita sorrindo, nunca que tirarias esse sorriso da tua face.

Se tu soubesses o quanto ficas linda de vestido, não o tirarias do corpo.

Se tu soubesses que o batom vermelho te valoriza, só viverias com os lábios pintados.

Se tu soubesses que teu nome é poesia, pediria-me para recita-lo a todo tempo.

Enfim, há muitas coisas que não sabes de si mesma, e a maior de todas é... Que és perfeita!

MEU SILÊNCIO

Fabiana Santiago

É no silêncio das palavras que me abasteço,
E me esqueço.
É no silêncio das palavras que me soluciono,
E me enriqueço.
Eu me construo e me desconstruo nas palavras que ainda irão
emergir,
Da imersão da minha alma,
Da invenção do meu caminho,
Das voltas que serpentei, das esquinas em que chorei
Foram a palavras minhas melhores amigas, minha companheira,
Meu véu, minha noite...

SEM PERCEBER, ME VI REFLETINDO...

Fabiana Santiago

Ultimamente tenho pensado e refletido diversas vezes em como e quando as coisas deveriam acontecer e desaparecer. Há pensamentos elevados de alegria e também de tristeza profunda, tento não me deixar levar por esse último. A minha vida, a vida de cada um, de cada ser faz parte de um todo que secretamente ou intimamente temos guardados dentro nós. A maneira como percorremos e de que modo fazemos faz toda a diferença em como vivemos. Podemos ser alegres, ser tristes, compensados e descompensados, altivos ou egoístas, altruístas ou introspectivos. Não importa! O que importa, eliminando o tempo, é apreciar cada sensação e bem estar: é experimentar o despertar pela manhã, a sensação gélida da água em seu corpo quente, o sentir do gosto do chocolate ou seja lá o que dá prazer, o toque da mão morna em seu rosto, apreciar palavras de afeto e soltar estas mesmas palavras de volta, olhar o brilho da lua com os olhos de um novato e liberar essas emoções para os que virão, seja em verso, seja em canção. Acrescentar e adoçar, perfumar e amaciar a vida é a verdadeira razão, é o motivo para permanecermos em movimento. A inércia só poderá ser contemplada durante esses momentos de reflexão. Não usarei a palavra morte ou partida, porque ela não me traz sentido algum porque nunca encerramos nossa batalha nem aqui e nem em nenhum lugar. Continuamos e continuamos construindo e reconstruindo, talvez alguns castelos de areia, de gelo, de cristal pouco a pouco, com tijolos de esperança e de amor. E, este é o sentimento que desejo carregar e alimentar por toda a minha eternidade.

SILENCIADOR

Júlia Maria Santos Alves

No silêncio do abismo, ecoa a dor,
Onde vidas foram roubadas, sem clamor.
Iheres, almas em silente lamento,
Vítimas do feminicídio, triste tormento.

Seus suspiros ficaram no vazio,
A voz, sufocada, sem desvario.
O silêncio delas grita aos céus, em pranto,
Histórias caladas num triste encanto.

Cada vida, um conto não contado,
Cada olhar, um universo apagado.
Seus sonhos, abafados pelo medo,
O grito, refém, num mundo tão cinza.

Oh, silêncio que ecoa, surdo e frio,
Guardando segredos, dor e desafio.
Mas a memória dessas almas vive,
Na luta por justiça que não se esquite.

Que o silêncio nos faça agir,
Contra o feminicídio, não permitir
Que a voz seja calada,
Por cada vida perdida, justiça!

CORTES VERMELHOS

Maria Clara de Freitas Pereira

E um rio cortava
O deserto branco.

O rio vermelho se destaca
No meio da areia clara.

E deságua no lado oposto
Onde começava

E manchava o céu azul.
Depois não era possível
Tirar o efeito chamativo.

Cada gota do rio machucava um pouco
E depois que secava
Ficava uma marca rosada.
Era bonito ver as águas vermelhas.
Bonitamente doloroso.

E o céu era colocado numa caixa
E o deserto branco era
Coberto para o vermelho
Não ser visto.
E no coração do deserto,
Havia uma profundidade
Que ainda não se sabe onde começava.
Mas já estava escuro lá dentro
Não tinha como salvar!

E o pulso estava doendo,
deixando escorrer um rio vermelho,
E o lençol azul estava manchado.

ESQUECIDA NA ESTANTE

Maria Clara de Freitas Pereira

Estou de frente para janela,
Mas atrás dela.
Do outro lado,
A chuva faz barulho,
E o vidro fica embaçado,
E as gotas vão escorrendo.

Do lado de fora,
Sei que há crianças brincando,
Pulando em poças,
Casais dividindo guarda-chuvas.

Aqui há quatro paredes,
Todas cor de rosa.
No canto,
Tem uma porta
Que não posso abrir.

Porque estou num lugar alto
No outro canto do quarto.
Também dá para ver cadernos
E livros espalhados lá embaixo.

De cima da prateleira, posso ver
Tudo um mundo.
Um mundo falso!

Lá fora há luz sem eletricidade,
Há escuridão sem sombras.
Da prateleira não vejo outras bonecas.
Alto. Perigoso

Escuro e estreito.

A garota foi embora
E deixou a antiga boneca
na prateleira
Porque a boneca
Talvez
Nunca tenha sido importante.

APENAS MAIS UMA?

Júlia Maria Santos Alves

Nos olhos de Rayssa, brilhava a esperança,
Choramos, a injustiça,
Do feminicídio, uma história que implora,
Justiça, por seus sonhos, seu destino.

Mãe de duas pérolas, laços de amor,
Teceu sonhos e esperanças em mundo melhor,
Mas a violência rompeu sem pudor,
O futuro brilhante, agora tão defronte.

Nos corredores frios da lei, um vácuo,
Onde sua voz clama por resposta,
Injustiça que se aviva, um arcabouço,
Deixando a dor crua, a mágoa exposta.

Mulher de força e vontade,
Seus sonhos ecoam, não se calam,
Em cada alma que clama por verdade,
Em cada prece, em cada sopro, em cada amanhã.

Rayssa de Sá, tua história é um grito incessante,
Por mudanças profundas, por um novo olhar,
Que teu legado, tua luz desafiante,
Guie o caminho para um mundo mudar.

UM GRITO DE SOCORRO

Júlia Maria Santos Alves

O feminicídio, chaga profunda,
Cruel ferida, que a alma inunda.
Em rosas vermelhas, manchadas de dor,
Cai a esperança, murcha a flor.

Nos olhos da vítima, um grito mudo,
Na fria estatística, um número surdo.
A vida ceifada, como pétala ao vento,
Por mãos cruzadas, num ato violento.

Oh, sociedade, acorda e vê,
A tragédia que se tece, não é de crer.
Em cada lágrima, um oceano de mágoa,
No coração ferido, a dor se alaga.

A justiça, como fera adorável,
Deve acordar, por cada vida perdida.
Não mais silêncio, mas voz que clama,
Por um mundo onde o amor se inflama.

Mulher, símbolo de força e ternura,
Não é presa, é a própria escritura.
Seu destino não é ser subjugado,
Mas ser livre, vivido e amável.

AS MULHERES DILACERADAS PELA BARBÁRIE DE QUEIMADAS

*Mariane Barbosa da Silva
Mayra Genuino dos Santos Silva*

Numa cidade do interior da Paraíba
Popularmente conhecida como Queimadas
Foi palco de um estupro coletivo
Onde cinco mulheres foram violentadas
Por um grupo de homens conhecidos
Pelas vítimas da violência praticada
Deixando uma cicatriz enraizada na alma
Dessas mulheres que foram dilaceradas

A crueldade desse crime premeditado
Marcou a cidade interiorana
Um plano previamente elaborado
Onde os irmãos Pereira planejaram toda trama
Um enredo cruel foi arquitetado
Criando uma teia de eventos desumana
Onde oito amigos foram convidados
Com antecedência de uma semana
Um crime complementarmente organizado
Por um monstro que chamara Eduardo

Na fatídica data de doze de fevereiro
Uma festa de aniversário foi preparada
Em uma casa na rua César Ribeiro
Para mascarar a barbárie planejada
Mas o inimigo era sorrateiro
A armadilha já fora programada
Em uma noite tranquila de domingo
As cinco mulheres da casa seriam estupradas

Na pacata cidade de Queimadas
Izabella Pajuçara clamou por proteção
Rezando pelo escudo de São Jorge
Buscando ter fé em sua oração
Mas não desconfiara que o inimigo
Que a cobiçara com malícia no coração
Era aquele que um dia chamara de amigo

A casa do Luciano foi invadida
Pelos comparsas da armação
Foi como o efeito dominó
Primeiro começou com o apagão
As mulheres foram amarradas e vendadas
Enquanto os homens se divertiam com a ação

O medo e angústia pairavam no ar
A casa se tornou uma prisão
Com som alto para ninguém escutar
As luzes foram apagadas para escurecer a visão
E as mulheres não conseguiram enxergar
Quem era o homem por trás de toda armação
A violência sofrida pelas mulheres foi tamanha
Que fere até o mais duro coração

Foram três horas de tortura e agonia
Agiram sem dó e sem piedade
Amarraram, violaram e bateram nessas mulheres

Cadê São Jorge diante de tamanha crueldade?
Os olhos da alma ficaram sem cores
A vida perdera sentido diante dessa barbaridade
Mulheres que não seriam mais as mesmas
Por causa de um ato de extrema brutalidade

Sou a Isabella Pajuçara, alvo do abusador
Pedi clemência pela minha libertação
Ninguém se comovia com a minha dor
Estava sofrendo uma brutal violação
Me maltratavam sem nenhum pudor
Descobri no desenrolar da ação
Que um dos meus amigos foi o planejador
Quando implorei que não dessem continuação
Meu clamor expôs o verdadeiro mentor

Fui arrastada para uma caminhonete
Sabendo o que aconteceria
Ao desmascarar meu abusador
A morte me acometeria
Descobri que minha melhor amiga
Também fora amarrada e submetida
Agiam com desprezo e violência
Tantos sonhos e tanta vida
Destruídos pela prepotência humana
Quantas mulheres ainda serão atingidas?

A Michelle tentou escapar
O medo e o pânico era tremendo
Da caminhonete conseguiu pular
Ainda com o carro em movimento
Por um instante achou que iria se esquivar
Só vi a arma do Eduardo diferindo
As balas responsáveis por matar
Tantos sonhos e memórias que foram destruídos
Ao observar o seu olhar

Senti a sua vida se esvaindo

Fui morta logo em seguida
Hoje no local do meu assassinato
Encontra-se uma cruz erguida
Marcando onde minha vida fora destruída
Uma memória dolorida para o povo de Queimadas
Uma ferida incapaz de ser medida
Mas que deve ser sempre lembrada
Para que se combata a violência contra mulher
E a população feminina pare de ser dizimada
Apesar da grande repercussão
E os acusados serem aprisionados
O sentimento é que não houve punição
Diante desse crime tão bárbaro
Deve haver uma profunda discussão
Contra o machismo, a misoginia e o patriarcado
Os nossos corpos não estão a sua disposição
Tudo para o homem é justificado
Não é nossa roupa e nem a nossa ação
Esse pensamento não deveria ser propagado

Vivemos com medo em nossa comunidade
As leis são brandas contra os homens
Sofremos com a constante impunidade
Com medo de sermos mortas e violentadas
A barbárie de Queimadas evidencia essa realidade
Enquanto as famílias sofrem com suas perdas
A maioria dos criminosos usufruem da sua liberdade
Os nossos agressores não são punidos com severidade
Não deveríamos ter medo de sermos mulheres nessa sociedade

ARTIGOS, NARRATIVAS, REFLEXÕES

A TENTATIVA DE CONTROLE DOS CORPOS FEMININOS ATRAVÉS DO DISCURSO MORALISTA DE JÂNIO QUADROS: A PROIBIÇÃO DO USO DO BIQUÍNI E AS FORMAS DE RESISTÊNCIAS

Laine Rodrigues dos Santos

INTRODUÇÃO

Mulheres por muito tempo não foram consideradas pessoas de domínio próprio, algumas apesar do mundo ter tido algumas mudanças ainda continuam a se esconder atrás de homens. Uma visível “libertação” começou a ser observada a partir de 1960, quando era comum observar nas praias do Rio de Janeiro mulheres de biquíni mais decotados, o uso do topless, e maiôs mais extravagantes, assim como suas estampas. No entanto, vale ressaltar mesmo repetidamente que esse movimento não foi homogêneo, existiam mulheres que não apoiavam e homens que viam a libertação do corpo feminino como um motivo para ver o que tanto era escondido e passam a erotizá-los, era uma forma de passar um pente fino em selecionar quem era pra casar de quem não era. Isso sem falar de toda a construção já em voga em torno, por exemplo, do corpo feminino negro, que são erotizadas que no Carnaval por exemplo são tratadas como deusas, musas o símbolo de alegria do brasileiro quando passam na avenida com personificação do corpo nu a ser devorado por olhos famintos do machismo, é sempre esperado o padrão da mulher preta de corpo escultural, cintura fina, bunda grande e coxas grossas, como se fossem só isso. Esperam que usem o menor biquíni para verem bem suas curvas é como a Cinderela o encanto acaba a meia noite e

no outro dia logo cedo estarão nos seus empregos e voltam a figura de doméstica, daquela que nasceu pra servir. Ainda falando do Carnaval percebemos que com a personagem da Baiana essa sexualização não acontece porque escolhem mulheres mais gordinhas para serem cobertas por todo aquele figurino, mas essa discussão teremos adiante.

TUDO É POLÍTICO QUANDO SE É MULHER

O biquíni só foi criado no ano de 1946 e carrega uma história de dualidade por parte de seus criadores. Muitos defendem a ideia de que foi Jacques Heim quem criou o mesmo em que o chamou de “átomo”, no entanto, no dia 05 de julho do mesmo ano o estilista francês Louis Réard criou o menor traje de banho do mundo, o que foi um escândalo já que este mostraria o umbigo das mulheres e era muito mal visto na época uma mulher mostrar seu umbigo já que o mesmo estava associado a ternura da maternidade. O traje foi lançado em um concurso de beleza em Paris. Essa peça criada no início do século XX foi chamada de “bikini” porque seu criador associou que uma mulher vestida com aquela peça seria semelhante às explosões que viam ocorrendo em na Ilha de bikini no Oceano Pacífico., Assim como aquelas explosões chocavam o mundo, sua criação provocaria o mesmo na sociedade quando se popularizasse. Como ele já esperava que a exposição da sua invenção seria um escândalo; fato é que muitos países proibiram o seu uso e foi condenado pela Igreja Católica. Devido a rejeição que esta peça de banho promoveu, as mulheres viam aquele traje como algo vergonhoso para elas e para suas famílias. O estilista, que não encontrava nenhuma modelo para usá-lo, chamou uma garota de apenas 18 anos que trabalhava em um Cassino como dançarina em Paris (há controvérsias de que era uma stripper), e por já estar acostumada com o nu não viu problema em desfilar, ela se chamava Micheline Bernardini.



Figura – Micheline Bernardini

Fonte: <https://images.app.goo.gl/cTtNWyQzD8ekb4Fq6> acessado em 09 de abril de 2023

Micheline Bernardini usa as duas peças mais polêmicas do século XX, que apesar de ter surgido em 1946 só se popularizou nos anos 50, e no Brasil em 1960 quando as atrizes e modelos norte-americanas começaram a se exibir nas novelas e nos desfiles de moda. Mas o que é intrigante é que uma peça como essa comum tenha sofrido tanta censura, vista como imprópria, como banal e que as mulheres que usavam biquíni eram vistas como aquelas de vida duvidosa, como mulheres da vida, que viviam na libertinagem, e que queriam

chamar a atenção dos homens. E todas essas controvérsias acontecem porque o corpo feminino foi construído historicamente e culturalmente como algo desconhecido, visto como sagrado e ao mesmo tempo perigoso, então como lidar com essa nova fase das mulheres em que elas deixam os maiôs e decidem usar o traje de duas peças?

Mesmo após sinais de ventos de mudanças no início dos anos 60 é óbvio que as oportunidades não chegaram para todas pois nem tudo é lindo como parece, mulheres negras ainda viviam em condições precárias e trabalhando por menores salários e ainda era exceção negras/os nas Universidade, mas pelo menos era lhes permitido sonhar. O que importa nesse sentido é que nesse período estávamos caminhando para o progresso, agora não eram tão diferentes dos homens nesse sentido, a distancia entre eles viria a diminuir e a sensação de disputa entre os gêneros parecia aumentar devido a falsa ideia de que as mulheres estavam ocupando lugares que não eram naturalmente seus. Com o movimento modernista e o crescimento das cidades os jovens passaram a ter mais liberdade de saírem e formarem grupos, não eram tão reféns do que seus responsáveis achavam e estavam prontos/as para formar suas próprias opiniões. Entre os jovens de periferia essa relação já existia pelo fato de uns precisarem dos outros, a partilha era comum, entre os jovens de classe média era uma novidade e podiam formar agora sua própria personalidade.

A autoridade – fosse pai, marido, professor, padre ou governante – não estava mais tão firme em seu pedestal. Os conflitos, as diferenças de opinião e comportamento ficariam evidentes. Distintas visões de mundo, marcadas por geração, conviviam nessa época. Em poucos anos, a palavra diálogo entraria no vocabulário de pais e filhos e juventude viria a ser um ideal unânime, mas, nos anos 1960 e 1970, os jovens surpreendiam ao desafiar os padrões morais e familiares que haviam conduzido a vida de seus pais até então. Não que os espaços juvenis fossem os únicos a permitir questionamentos, os meios intelectuais e artísticos brasileiros já tinham tradição nesse sentido e continuaram abertos ao debate e a novas ideias. Porém, num tempo de autoritarismo e censura, as inovações culturais juvenis ganharam em importância como símbolos da batalha contra as

convenções sociais. (PINSCKY, 2013, pp.250)

Estava dada a largada, era uma nova geração vivendo em um novo espaço cultural, alguns fatores contribuíram para essas mudanças na sociedade como a explosão de uma novidade para o mundo sexual, a pílula anticoncepcional que garantia 99% de chances de não engravidar ao ter relações sexuais, as moças não vão fixar presas à ideia de matrimônio como em décadas atrás, as informações estavam chegando, elas estudavam, os meios de comunicação como as novelas também influenciava com enredos de sexualidade, paixão e cenas de nudez que causavam um alvoroço na classe conservadora, as meninas ainda eram vigiadas mas agora era mais difícil vigiar a todas elas, até porque a virgindade que a décadas atrás era vista como um tesouro sagrado agora não é uma exigência entre as moças, beijar um rapaz sem permissão dos pais não é o fim do mundo é só a juventude em acessão, a palavra *paquerar* se torna brega o termo certo é *ficar*. Essas novas mudanças provocaram a inquietação de muitas pessoas ao ponto de colocarem avisos em jornais para que se prestasse atenção nos seus filhos, e a imprensa acompanhou isto, como podemos conferir abaixo:

A Vida no Lar

Não Confundir Evolução com Pouca Vergonha

PAÍ! EDUCADORES! GOVERNANTES!

Dos senhores ainda depende o bom procedimento da mocidade, dessa juventude que, pelo excesso de liberdade que lhes é concedida, está se tornando prejudicial à Sociedade, pelas suas atitudes desafortadas, pela sua falta de respeito, pela deturpação dos conceitos dos Bons Costumes, motivada pela acomodação dos responsáveis, que permitiu essa posição conhecida como modernista, como evolução dos costumes, que transvia o caráter, que modifica a dignidade, que corrumpo a moral, conduzindo aos atos mais desatinados e calamitosos para a própria convivência social.

Os poderes Judiciário e Legislativo, os organismos repressores e fiscalizadores, como as Polícias, os órgãos divulgadores como Imprensa, Rádio e Televisão, são tão culpados como os romulidos e outras rapazes ou moças — que andam por aí, se não adotamos medidas sadias e enérgicas, se não modificarem a maneira de conduzir os jovens se continuarem a confundir Evolução com Pouca Vergonha.

NÃO DEVEMOS SER BRUSCOS

Mau grado o adiantado dos nossos problemas educacionais, ainda há pais que fogem a esse progresso da civilização.

Ainda ouvimos expressões como esta:

— Por mais que ameace ao pequeno com um severo castigo, não consigo que obtenha boa classificação na escola. Até cheguei a assustá-lo com uma boa sova...

Esses pais são os que não vacilam em dizer a seus filhos todo gênero de disparates para ridiculari-

zar sua falta de aplicação ao estudo, cumulando-os de impróprios como estes: "É um burro, é um estúpido e um imbecil; não é capaz de conduzir-te como teus companheiros de classe", etc.

O método não é dos que repercutem favoravelmente no espírito das crianças. Imaginemos por um instante se os mestres procedessem de idêntica forma! Cada aula seria um escândalo, e os meninos continuariam sem aprenderem coisa alguma.

Os dentes, normalmente implantados e bem conservados, constituem um motivo de atração pessoal.

A limpeza dos dentes deve ser feita, todos os dias, com escóva e dentífrico. As melhores escóvas são as de cerdas resistentes, capazes de retirar os restos dos alimentos entre os dentes. Devem ser escovados pela manhã, depois de cada refeição e à noite, antes de deitar-se.

Não vá somente ao dentista quando sentir "dor de dente". Adquirir o hábito de comparecer ao gabinete dentário de seis em seis meses, e zele pela conservação e beleza de seus dentes.

* * *

As estatuetas e os objetos

de mármore limpa-se facilmente com vinagre, no qual se tenha dissolvido um pouco de pedra-pomes em pó. Molhe uma esponja nessa mistura e esfregue os objetos de mármore; enxágue depois.

* * *

Afugente as moscas colocando essência de eucalipto em pequenos recipientes, espalhados pela copa, cozinha e outros lugares que elas costumam frequentar. Dê combate incessante às moscas, usando, também inseticidas. As moscas são propagadoras de doenças.

* * *

Muitos médicos de grande renome afirmam que a dura-

ção média da vida se aumenta de cinquenta por cento descançando trinta e seis horas consecutivas por semana. Depois de muitas experiências sobre este assunto o dr. Haegles, de Genebra, diz que não se compensa com o sono da noite a perda de energia que sofre o organismo humano durante o dia. Esta pequena perda diária aumenta no transcurso da semana e, quando começamos a trabalhar no sábado, não nos achamos tão dispostos para o trabalho quotidiano como na segunda-feira da mesma semana.

O aludido cientista suíço afirma, então, que a única maneira de recobrar a energia primitiva é descansar trinta e seis horas seguidas cada sete dias.

3.3-99

JORNAL DAS MOÇAS

6

Figura 1 – A vida no lar

Fonte: Jornal das Moças, 1960, ed. 2333, pp.6

Apesar de a sociedade estar em transição para um período considerado Moderno e de maior liberdade a classe conservadora via esses novos costumes com libertinagem. Nessa sessão do jornal intitulada de *Vida no Lar* vem acompanhada de uma reclamação, que *Não se deve confundir evolução com pouca vergonha* e destina aos

país, educadores e governantes, pois estava ocorrendo uma deturpação da moral é dos bons costumes e que além de ser responsabilizada dos pais era também dos órgãos de autoridade como a Polícia e o governo. Isto terminar por retirar a liberdade de ir e vim de jovens e rapazes de se assumirem como são, principalmente no caso das moças e, sobretudo moças negras que ainda sofrem com o peso do machismo, se nesses períodos de 1960, 1970 e 1980 a virgindade não era a maior das exigências outra coisa viria a ser finalizada, a quantidade de rapazes que as moças se relacionavam e ainda estaca na mão dos homens a reputação daquela mulher, pois se termos como *vadia* ou *puta* lhe fosse atribuído ela viraria chacota entre os homens e isso poderia impossibilitar a mesma de conseguir trabalho. No caso das mulheres negras era pior devido a estereótipos que perdura desde o início da colonização, a preta lasciva e quente, eram consideradas mal exemplo para as moças brancas e de classe média.

Quando vemos esse tipo de cobrança de posicionamento em relação ao governador entendemos porque Jânio Quadros fazia tantos decretos polêmicos de cunho moralista, ele tinha apoiadores fiéis. Jânio da Silva Quadros, conhecido como JQ, natural de Campo Grande, no Estado de Minas Gerais. Foi o 22º presidente do país no ano de 1961, apoiado pela União Democrática; fazia uma política de centro-direita em um momento caótico em que a economia brasileira estava desestruturada, a dívida externa altíssima e o Brasil ainda passava pela transição das mudanças ideológicas, os grupos de esquerda ganhando espaço e o feminismo em ascensão. Jânio Quadros teve um mandato curto, assumiu em janeiro de 1961 e renunciou em agosto do mesmo ano. Foram sete meses em que ele, com a política de aliança dos Estados Unidos, tentava recuperar a economia do país, no entanto foi muito desvalorizado por ser taxado de perder tempo com medidas de repressão inúteis, como foi o caso da proibição do uso de biquínis em desfiles, concursos de beleza e inclusive nas praias (Decreto n. 51.182), a proibição das rinhas de galo e impedir o uso de lança perfumes, tudo isso por meio de decretos. O que podemos compreender a partir desse decreto em que Jânio decide que essa atitude deveria ser reprimida para garantir a manutenção da ordem, principalmente porque desde o governo de JK a ideia de

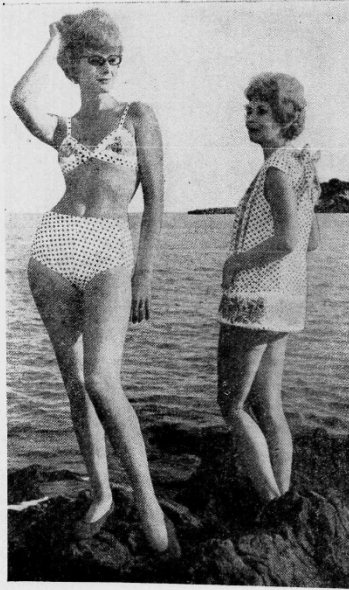
modernidade vinha avançando? O que era ser moderno para o Brasil naquele momento? Era limpar as ruas de tudo que fosse considerado impuro e errôneo, as mulheres eram admitidas no mercado de trabalho, mas a dupla jornada com o trabalho doméstico continuava, então a liberdade feminina e suas reivindicações eram aceitas em determinados pontos, sem falar que além da questão política e dos projetos de modernização, também era indiscutível a questão moral conclamada pela Igreja, em que metade do país se considerava católica e era contra essa onda feminista e principalmente contra a retirada dos véus para a exibição das curvas e dos seios nas praias.

O discurso moralista de JQ vai ter muita influência do catolicismo quando já beirando a ditadura iniciada com o golpe militar em 1964, ideias de repressão e bons costumes já vinha sido pregadas, e para não sofrer com a pressão dos eleitores católicos Jânio cede a várias intervenções justamente porque os mesmo não estavam satisfeitos com a política externa e sua aproximação com o comunismo de Cuba (BOTELHO, 2013). Outro ponto importante é que Jânio após ter atitudes de repressão foi visto como contraditório, pois o mesmo já havia sido acusado de abuso sexual e todos sabiam da sua paixão pela bebida, seus discursos moralistas eram uma forma de aumentar sua popularidade entre os conservadores e mostrar mudanças de comportamento. Essa estratégia contraditória de Jânio vinha desde que o mesmo foi eleito vereador em Campo Grande no ano de 1947, em que já levava para a casa dos vereadores projetos de moralização da sociedade, como tentar inibir a prostituição nas ruas e nos quartos de hotéis, não pode beber aos domingos, era contra o uso de drogas e odiava o jogo do bicho; era claramente a favor de uma sociedade homogênea e tradicional em seus costumes. No momento que Jânio Quadros assume o governo da década de 60, o mundo estava passando por um processo de libertação e liberação sexual, enquanto o Brasil caminhava para a ditadura civil-militar que durou 21 anos (1964-1985). De acordo com o Jornal A Crítica da cidade de Campo Grande, Jânio decreta que estar proibido o uso de biquínis e quem ousasse desobedecer seria punido pelas autoridades locais. Para tanto, esse decreto não se efetivou como o presidente gostaria. Em agosto, mesmo mês em que foi lançado, João Goulart assume a

presidência, e este vai tentar fazer uma política dual entre a direita e a esquerda, o que deu a tônica de seu mandato até antes de ser deposto em 1964. Ainda sobre JQ, o mesmo acabou se entusiasmando com os decretos moralistas e a população começou a vê-lo como incapaz.

No entanto o biquíni se popularizou e foi responsável pelo empoderamento feminino e a liberação do corpo, de não ter vergonha de mostra-lo e houve uma popularização desse considerado maiô de duas peças. Atualmente temos vários modelos, o fio dental é um dos mais usados e considerados mais sexy, essa peça que foi escandalizada nos 60 é usada até dentro de casa por motivos de calor. Na época essa peça apesar da proibição se popularizou, não se trata de modelos como os que conhecemos hoje, mas de modelos que trouxesse sofisticação e elegância, não fossem tão decotados. Confira nas imagens abaixo:

CONJUNTO DE PRAIA
COMPOSTO DE BIKINI
E JAQUETÃO EM ALGODÃO
ESTAMPADO COM
TECIDADO ADORNADO
COM UM MOTIVO BORDADO.



Sol =
e

22

JORNAL DA MULHER (Suplemento de "Jornal das Moças")

2385

Figura- Sol e mar

Fonte: Jornal das Moças, 1961, ed. 2385, pp.22

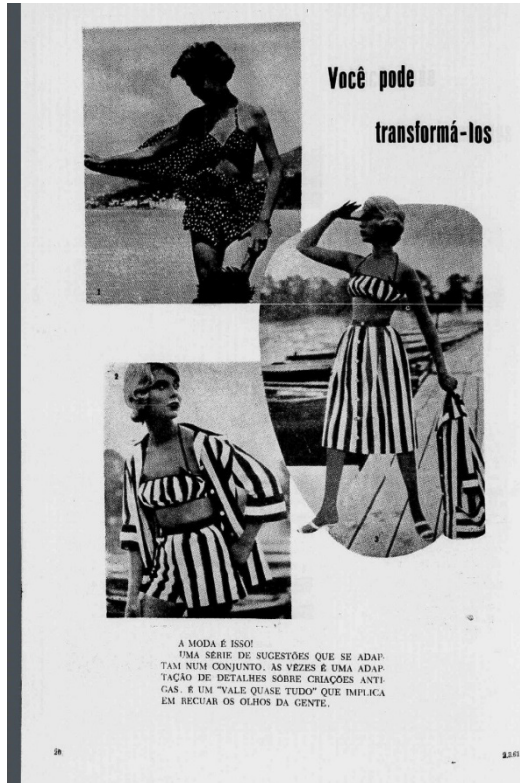


Figura- Você pode transformá-los

Fonte: Jornal das Moças, 1961, ed. 2385, pp.26

Como podemos perceber nas imagens acima as peças pareciam ser feitas para as altas damas da sociedade, com até três peças pra uso e se expressa elegância e não luxúria. Eram em sua maioria de tecido estampado e o uso do shortinho ou de calcinha de cintura alta era o mais adequado, já que havia um tabu em torno do umbigo, por se remeter ao cordão umbilical, a maternidade. Eram peças mais centra- das para curtir o banho de mar e pegar um bronze para ficar corada e não por uma questão estética como acontece no século XXI, que temos bronze de fita nas Lajes, nas cabines ou naturalmente no sol para pegar marquinha, mas ir a praia significava liberdade e diversão

entre amigos. O biquíni revolucionou o banho de mar não era visto como prazeroso e que proporcionava diversão, mas que era uma atitude terapêutica em que as pessoas iam para tirar os maus olhados, as energias negativas, não era natural o bronzeamento até porque os banhos eram no início da manhã e nos finais de tarde, com roupas finas e longas que seriam substituídas por biquínis e maiôs. E algumas mulheres foram pioneiras do uso de biquínis no Brasil, foram elas: Miriam Etz, uma alemã que desfilou pelas areias da praia do Rio de Janeiro, Helô Pinheiro, a famosa garota de Ipanema, e Leila Diniz, que além de usar biquíni, ela usou estando grávida, um escândalo para a época, em razão da maternidade ser um assunto muito cobrado e que a exposição da barriga não era comum e vista como errado.



Figura - Lélia Diniz

Fonte: <https://observatorio3setor.org.br> acessado em 09 de abril de 2023

Nesse período de efervescência política e cultural o feminismo estava em ascensão, o discurso do “meu corpo minhas regras” circulava por todos os lugares e as mulheres estavam começando a se sentir livres para usarem o que quiserem, Leila Diniz foi um grande símbolo de liberdade e objeção contra o sistema opressor do patriarcado inspirando muitas mulheres. O corpo feminino estava sendo

descoberto e, como sinaliza Michele Perrot (2007, p.17): “até mesmo o corpo das mulheres amedronta. E preferível que esteja coberto de véus”. Um corpo que amedronta porque está sendo construído a partir das concepções femininas – e feministas. Isso representou uma fissura no sistema moralista que dizia que mulheres deviam se manter castas e cuidadosas em relação a seus corpos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O corpo feminino vem sendo objeto de controle desde os primórdios, pois as mesmas eram vistas como naturalmente inferiores, perigosas e causadoras de desordem. No entanto, pude perceber que apesar de todas as formas de repressão seja por meio da legislação ou pelas normas da Igreja, sempre houve mulheres que se manifestam e são símbolos da resistência até os dias atuais. A invenção do biquíni no início do século XX provocou enormes mudanças na sociedade, logo, simbolizava não apenas o direito das mulheres sobre seus próprios corpos, mas também a luta do movimento feminista, que trouxeram um olhar mais afinado para pensar as mulheres no espaço público, mas também privado, para o convívio entre os casais, a violência doméstica, a maternidade, entre outros fatores citados no texto. Um momento em que as mulheres mostraram suas resistências e apoio ao feminismo e ao direito sobre seus corpos foi no ano de 1961, quando dos discursos moralistas de Jânio Quadros, que influenciado pela Igreja e pelo conservadorismo de direita, proibiu seu uso nas praias brasileiras e desfiles. Como vimos, as mulheres estavam em um processo de libertação e proibir algo assim colocou em dúvida a capacidade de JQ de governar o país. Análises desse tipo são importantes e atuais. Que possamos refletir como em pleno século XXI ainda existe um controle muito grande sobre o corpo feminino, seja por discursos moralistas ou a partir de estratégias políticas várias.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Marcelo de Azevedo. Entre a doutrina da Igreja e o anti-comunismo: os decretos moralistas de Jânio Quadros em 1961. 2013. 104 f. Monografia (Especialização) Curso de História, História e

Economia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2013. Cap. 2. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>
Acesso em: 20 jul. 2022.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. São Paulo: Graal, 2013.

<https://blog.lojafreeway.com.br/a-historia-do-biquini-no-brasil-e-no-mundo-video-raro-dofantastico>.

<https://www.acritica.net/editorias/politica/proibicao-de-biquinis-e-padronizacao-de-uniformes-ja-foram-leis/536146/>

<https://www.uol.com.br/nossa/noticias/redacao/2021/01/07/efeito-bomba-atomica-e-proibicao-no-brasil-o-que-ha-por-tras-do-biquini.htm>

MARTINS, Giselle Barreto; LIMA, Guilherme Cunha. Biquíni, juventude e contestação no Ri de Janeiro: 1960-1970^a. Academia, São Paulo, v. 1, p. 143-163, 21 maio 2015. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>
Acesso em: 20 jul.2022

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2007. 184 p Disponível em: <https://docero.com.br/doc/vvov>
Acesso em: 16 maio de 2022

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013. 268 p. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/vvov>
Acesso em: 16 maio de 2022.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. História da Beleza no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014. 191 p. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/vvov>
Acesso em: 16 maio de 2022.

TROCHEL, Elise. O biquíni: sua relação com o empoderamento feminino: dos anos 70 e exposição do corpo na era das digital influencers do século XXI. 2018. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso

(Graduação) – Curso de Designe de Moda, Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Cap. 3. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em: 18 jul. 2022.

WOLF, Naomi. O mito da beleza: como as imagens são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. 4389 p. Waldea Barcellos. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/vvov> Acesso em: 16 maio de 2022

<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031> acessado em abril de 2023.

A ODISSEIA ÍNTIMA DE LORELEY, NO ROMANCE UMA APRENDIZAGEM OU O LIVRO DOS PRAZERES, DE CLARICE LISPECTOR

*Andréa de Moraes Costa Buhler (autora) Maria Clara de Freitas
Pereira (coautora)*

INTRODUÇÃO

No contexto pós-moderno, o debate no campo literário se apresenta marcado pela diluição das fronteiras disciplinares. As especificidades investigativas do objeto literário, na seara dos Estudos Culturais, perde a homogeneidade das abordagens imanentistas inaugurando, dessa forma, uma visão fluida e plural da crítica.

No âmbito da crítica contemporânea, Eneida Maria de Souza, em seu ensaio “O não-lugar da literatura” (2002), discorre sobre os acertos preconceituosos do saber institucionalizado do discurso literário, ao mesmo tempo em que estabelece vários lugares disciplinares para a obra literária graças ao deslocamento dos referentes. Trata-se de um debate, que, fissurando as bases legitimadoras do cânone, torna cada vez mais profícuo as abordagens comparativistas. Tânia Carvalhal identifica igualmente essas relações interdisciplinares, as quais decorrem do questionamento das categorias rígidas:

{...} estas preocupações com o limite, a fronteira, a margem, o contorno, se encontram no centro das reflexões literárias que transformam a localização em tema e matéria de seus objetivos disciplinares onde a comparação, a articulação entre culturas, as

linhas de contraste e coincidência se constituem na topografia destas investigações (CARVALHAL, 1999, p. 10-11).

James Joyce (1882-1941), após trinta séculos da Odisseia de Homero, tornou-se um escritor conhecido por apresentar, principalmente, em sua obra *Ulysses*, publicada em 1922, uma revolução na linguagem marcada pela técnica de fluxo da consciência e por adotar um mosaico de citações da obra homérica. O romance traz os títulos que remetem a episódios específicos da Odisseia de Homero, apesar da intrigante e diferente forma de narrar o herói problemático Leopold Bloom, que se arrasta por vinte horas pelas ruas de Dublin. A personagem é marcada por lapsos de memória, ao passo que, o herói Odisseu, depois de vinte anos, protegido por Palas Atena, sabe de seu destino final porque tem plena consciência de sua identidade como Rei de Ítaca, como marido de Penélope e pai de Telêmaco. Bloom, entretanto, é, por excelência, o herói da modernidade porque sua trajetória não é clara, pois seu mundo está fragmentado sem a correspondência de transparência entre o indivíduo e o coletivo. Neste cenário o que predomina é o caos, a dúvida e a angústia de não saber o destino.

Somente a partir de contribuições como as de Joyce, no século XX, se abre um leque de possibilidades para a escrita literária. Assim, no cenário literário brasileiro, o Modernismo apresenta um programa ideológico-estético que vai desde a irreverência iconoclasta e o revisionismo da história colonial, passando pela crítica do tema nacional até o experimentalismo formal mais radical. Trata-se de um momento em que os limites e as definições são ostensivamente afrontadas. A obra de Clarice Lispector se inscreve neste lugar de indefinições e de recriações. De fato, a escrita ambivalente da autora, marcada por técnicas narrativas não lineares, expõe, claramente, uma resistência à tradição literária brasileira tributária às representações histórico-nacionais. Na experimentação formal de conferir ao sujeito feminino o processo de sua subjetivação, Clarice, através das personagens Loreley e Ulisses, no livro, em **Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres**, publicado em 1969, estabelece uma ressonância

invertida com a obra **Odisseia**, de Homero, cuja convergência vigora principalmente no motivo da jornada e de seus aprendizados. De um lado, temos Homero, cujo testemunho mais antigo da cultura helênica projeta, através das duas epopéias a **Ilíada** e a **Odisseia**, o ideal do homem expresso no conceito *areté*. Do outro lado, temos a escritura contemporânea de Clarice Lispector, que, sob o fluxo do movimento de gênero e da interdisciplinaridade, postula o processo de subjetivação do sujeito feminino como centro da representação, ao mesmo tempo em que rasura a imagem exotópica do homem ideal na epopeia.

O itinerário do presente estudo consiste em investigar, no âmbito das abordagens comparativistas, as semelhanças e as divergências entre Loreley e Ulisses de Clarice Lispector e Odisseu e Penélope de Homero, em torno das quais algumas ressonâncias serão descritas. O fio de nossa análise fixa raízes reflexivas na premissa filosófico-existencial da jornada heróica baseada na complexidade do saber e do não-saber como ideia base da transformação. Trata-se, portanto, de uma abordagem interdisciplinar que considera as especificidades dos gêneros epopeia e romance sob os quais interessa a este trabalho destacar a ideia de transformação como marcas do gênero. Enquanto a epopeia se estrutura em um regime heroico que acentua claramente contrastes que move a ação, a exemplo do opositor *Poseidon*, cuja interferência divina, provoca o naufrágio de Ulisses; na célula romanesca, Ulisses, um professor universitário de filosofia, constituído por seu lugar de *status* na ordem do saber e do poder, tenta ensinar a Lóri, Loreley, professora de ensino básico, a capacidade de encontro consigo mesma e com o outro. O itinerário do saber se afasta dos méritos objetivos do herói que luta com obstáculos externos como a fúria dos ciclopes, para imergir, numa simetria invertida, num fluxo dos dramas íntimos em que o simbolismo de alguns mitos são retomados. O livro expõe o ponto nevrálgico do processo de ensino e aprendizagem metaforizado pela esfinge. É assim a mirada de Ulisses sobre Lóri: “Teu rosto, Lóri, tem um mistério da esfinge: decifra-me ou te devoro” (LISPECTOR, 1998, p. 17). A criatura teratológica evocada, a esfinge, é, por excelência, um monstro feminino, meio a meio animal e humano, que, em diversas narrativas míticas,

precisa ser derrotada por um herói. A esfinge, desse modo, concentra todo o simbolismo vinculado à célebre inscrição grega “Conhece-te a ti-mesmo”, sugerindo, em Lispector, um processo iniciático de vida e morte que a personagem feminina deve complementar a fim de alcançar a maturação e entregar-se amorosamente à Ulisses. O ato de decifrar, e não ser devorado, faz da jornada de Lóri o próprio enigma, que a forma romanesca assume em sua fatura elíptica. Ao lado do símbolo da esfinge, o próprio nome Loreley, fazendo alusão à sereia, no poema escrito por Heine, reforça o signo imagético do híbrido animal e humano no percurso de autoconhecimento da personagem.

Para uma abordagem comparativista de nosso estudo, realizaremos, inicialmente, uma breve incursão sobre o gênero, de modo a perceber, formalmente, o vínculo das personagens em seus arcabouços linguísticos.

EPOPEIA E ROMANCE: PROLONGAMENTOS E INVERSÕES

Tendo enfrentado as forças caóticas e obscuras da natureza como a fúria dos ciclopes, os feitiços de Circe, a ira constante de *Poseidon*, o perigo do esquecimento na terra dos Lotófagos, Ulisses, marcado sob os epítetos “o dos mil artifícios” (*polymetis*) “o dos mil expedientes” (*polymechanos*) e “o que muito suportou” (*polytlas*), regressa à casa, após 20 anos, como mendigo. Exceto o cão Argos, apenas a velha serva Euricléia reconhece, através da cicatriz, o rei tão esperado.

No épico, a cicatriz não apenas funciona como índice formal de reconhecimento ao mito -, no modo destacado por Aristóteles ao descrever na **Poética** (2004) os vários sinais de reconhecimento adquirido ou congênito -, mas também enfeixa um arranjo de relações que alinha a memória épica ao passado. A função do retardamento tem, como diz Auerbach, a necessidade do estilo homérico “de não deixar nada do que é mencionado na penumbra ou inacabado” (1971, p. 3). No canto XIX, Euricléia, sua ama, reconhece a cicatriz na coxa de seu Senhor no momento do lava-pés. A partir daí a narrativa traz à luz a origem da cicatriz quando, na juventude, Ulisses, em visita ao avô Autólico, foi, numa caçada, atingido por um Javali. O *flashback* também informa o momento do nascimento de Ulisses, quando, na

ocasião, Euricléia, ao colocar a criança no colo do avô solicita-lhe um nome para o neto: “Autólico, encontra tu um nome para pôr ao filho de tua querida filha; muito rezou ela para que nascesse” (2011, v 502 e 503). E assim a atribuição do nome Ulisses é feita pelo avô. O processo de lembrar, análogo ao trazer à luz, contrasta com a penumbra do ambiente palaciano, bem como sinaliza para o receio do herói de ser reconhecido pela serva no momento de lavar os pés: “Mas Ulisses foi sentar-se perto da lareira e logo se virou para a escuridão. É que sentia o agouro no coração: receava que ela reparasse na cicatriz - e assim tudo seria revelado” (2011, v. 388 a 391). Esse jogo de ocultação e desocultação que a cicatriz metaforiza como crise deve ser rapidamente exteriorizada, explicada. Isso porque o passado e a origem precisam vir à luz de modo a eliminar qualquer sensação de inacabamento, de fragmento ou fenda. É impossível, nos diz Auerbach, “para as figuras homéricas, cujo destino está univocamente determinado, e que acordam todo dia como se fosse o primeiro, cair em situações internas tão problemáticas” (1971, p. 9). Nada mais estranho para as formas épicas do que as análises psicológicas típicas do romance. Já a reminiscência, a musa da poesia épica, “funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração” (BENJAMIN, 1994, p. 211). No episódio do reconhecimento da cicatriz identifica-se o elo dessas gerações transmitidas na corrente vital do passado que sela a unidade, a pátria transcendental. Georg Lukács (2000), ao se referir ao mundo helênico da epopeia, identifica uma totalidade orgânica sob a qual o destino do herói está pré-determinado pelos Deuses numa espécie de topografia transcendental. Para Bakhtin, a epopeia é um gênero acabado, integralmente pronto e concluído: “o mundo da epopeia é o passado heroico nacional, é o mundo das “origens” e dos “fastígios” da história nacional, o mundo dos pais, o mundo dos “primeiros” e dos “melhores”” (p. 405, 1998, grifos do autor). É esse universo longínquo, ancorado na perfeição da transcendência, que faz de Ulisses um herói da *arete*, já que o “sentido” e a “vida” constituem um vínculo indissociável. Assim, se pode ver o “divino” Ulisses em um plano distante lutando e combatendo para honrar a memória do passado absoluto. Suas ações obedecem a um plano transcendental organizadas a partir de categorias

axiológicas alheias ao herói. Pois, como evoca Lukács (2000), destacando que, “no mundo orgânico de Homero vida e significado fazem-se presente com perfeita imanência em todas as manifestações da vida” (2000, p.32). Já o romance seria a “arte da maturidade viril”, onde a vida estaria separada do seu significado.

O romance teria uma marca dissonante especial que ameaça a fórmula da vida e seu significado. A sua natureza é o processo em devir por onde a dissonância do ser produz as problematizações de um indivíduo isolado. Essa diferença do romance se manifesta claramente na “pura negatividade do ideal”. O mundo contingente e o indivíduo isolado são traços constitutivos formais das problematizações do mundo romanesco.

Em Lispector, a individualidade torna-se uma marca preponderante porque está imersa pela busca identitária, assim, apresenta-se como essencial para a vida autônoma. No mundo subjetivo da alma, as personagens, imersas na experiência da vida, se sentem atravessadas por seus desejos e anseios em busca da totalidade épica perdida. Nesta linha romanesca, o encontro de Ulisses e Lóri se dá numa relação de ideal negativo entre o par Ulisses e Penélope. No primeiro, a desarmonia entre a interioridade e as ações faz valer um ideal, cuja pureza é mais legítima tanto mais próximas as suas fontes estão enraizadas das ideias da vida, sendo o mundo exterior incapaz de realizar os labirintos sentimentais do indivíduo; no segundo, a vida e o significado correspondem; ou seja, há um sistema de ideias reguladoras que constituem uma totalidade em que cada evento ganha um significado preciso. Na epopéia, a alma sofre um estreitamento e o mundo se reduz; e sem dúvida, esta alma, num repouso transcendente, “[...] jamais poderá sondar o seu abismo com vaidade psicológica e admirar-se com complacência no espelho da própria profundidade” (LUKÁCS, 2000, p. 55). A harmonia está pré-estabelecida no verso épico. É assim que vemos Ulisses aprisionado em um mundo seguro, de modo a realizar ações voltadas completamente para o mundo exterior na total ausência de uma experiência interna problemática. A vida desta personagem se torna uma série de aventuras com provas a serem superadas. De fato, Ulisses não tem nenhuma inclinação voltada para dentro, é incapaz de contemplar, é um puro ativo. Já Ulisses

de Lispector, é um professor de filosofia, e que ao lado de Lóri, exercita reflexões interiores para provarem a si mesmos outras realidades que nada tem a ver com o mundo exterior intocado. Lóri, imersa em seu mundo subjetivo, sente-se “na condição de manca, em descompasso com o mundo” (LISPECTOR, 1998, p. 14), e precisa viajar em direção a si mesmo em busca de um vislumbre de significado. Esta é a única coisa que equivale por uma vida inteira, a única coisa, de fato, pela qual a luta se justifica. A aprendizagem aparece como o mais alto que a vida tem que oferecer como significado. Possuir a própria vida é o centro itinerante desta viagem: o auto reconhecimento interno pelo qual as cicatrizes precisam ser identificadas e compreendidas na relação dissonante do eu e do mundo, e não como um dito claro e redentor como acontece na obra homérica.

Assim diz Lóri: “- Você tinha me dito que, quando me perguntassem meu nome eu não dissesse Lóri, mas “Eu”. Pois só agora eu me chamo “Eu”. E digo: eu estou apaixonada pelo teu eu. Então nós é. Ulisses, nós é original” (LISPECTOR, 1998, p. 151). E mais adiante afirma: “Aprendo contigo, mas você pensa que eu aprendi com tuas lições, pois não foi, aprendi o que você nem sonhava em me ensinar” (LISPECTOR, 1998, p. 157).

Aliás, o traço constitutivo do inacabamento romanesco se realiza precisamente pela sugestão de que o processo de aprendizagem continua, uma vez que a narrativa inicia com uma vírgula e termina com dois pontos. Já no mundo épico homérico, tudo está pronto e conclusivo. Justamente, Clarice Lispector penetra na instabilidade do gênero romance para reescrever situações e personagens celebradas e canonizadas, de modo a destroná-las como passado intangível e absoluto. É na “miudeza” do ordinário que o presente desaloja o passado acabado. A própria personagem, Loreley, encarna a problematização da categoria ôntica imutável: “ela era daquelas que rolam pedras durante a vida toda, e não daqueles para os quais os seixos já vêm prontos, polidos e brancos” (1998, p. 110).

A ODISSEIA DE LORELY E PENÉLOPE: A TESSITURA DO FIO DA VIDA

O livro apresenta uma fabulação cíclica, a qual está ligada às fases de

aprendizagem de Loreley. Trata-se de uma ideia de trajetória circular. De fato, a narrativa usa como título “A origem da Primavera” ou “A morte necessária em pleno meio dia”; e, para o maior corpo de texto, apresenta o termo “Luminescência”, sugerindo vislumbres de consciência. Os títulos sugerem um rito de passagem entre morte e vida; ou seja um renascimento metaforizado pela presença constante das águas, principalmente, pela metáfora marítima. As águas evocam uma correspondência com a geografia íntima do estado de ser de Loreley, que, ao banhar-se no mar experimenta um antigo ritual de renovação: “O sal, o iodo, tudo líquido deixam-na por uns instantes cega, toda escorrendo – espantada de pé, fertilizada” (p. 49). Sobre as águas escreve Chevalier; Gheerbrant:

As águas, massa indiferenciada, representando a infinidade dos possíveis, contém todo virtual, todo o informal, o germe dos germes, todas as promessas de desenvolvimento, mas também todas as ameaças de reabsorção. Mergulhar nas águas, para delas sair sem se dissolver totalmente, salvo por uma arte simbólica, é retornar às origens, carregar-se de novo, num imenso reservatório de energia e nele beber uma força nova: fase passageira de regressão e desintegração, condicionando uma fase progressiva de reintegração e degenerescência. (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2007, p.15)

O processo de aprendizagem de Lóri não é apenas abrir-se ao amor erótico, mas, principalmente, encontrar-se consigo mesma e, desta forma, lançar-se consciente de seu eu: “Ela pensava se Ulisses estava pretendendo que ela tomasse consciência de alguma coisa para tornar-se uma espécie de iniciada na vida (...)” (LISPECTOR, 1998, p. 61). Vem, aliás, de Ulisses, a revelação antroponímica de seu nome: “É uma pena que seu apelido seja Lóri, porque seu nome Loreley é mais bonito (...)”. E explica que Loreley é o nome de um personagem lendário do folclore alemão cantado no poema de Heine: «Loreley seduzia os pescadores com seus cânticos e eles terminavam

morrendo no fundo do mar (...)” (1998, p. 61).

A relação de sedutor e seduzido, metaforizando o mitema da sedução do canto da sereia, aparece na fala de Ulisses: “Não, não me olhe com esses olhos culpados. Em primeiro lugar, quem seduz você sou eu. Sei, sei que você se enfeita para mim, mas isso já é porque eu seduzo você.” (LISPECTOR, 1998, p. 61). A fala evoca o episódio em que Ulisses, no canto XII, da **Odisseia**, resiste, no mar, ao canto das sereias, prendendo-se à realidade do mastro. Em Homero, as sereias são ninfas aquáticas que seduzem os homens para dentro do mar afogando-os. Em Lispector, o mar figura como uma metáfora orgânica para os aprendizados das sensações de Loreley como uma trilha secreta para a manifestação do prazer erótico e, que, mais tarde, aparecerá como amor compartilhado. No mar, a experiência sensória: “E era isso o que estava lhe faltando: o mar por dentro como o líquido espesso de um homem”. (LISPECTOR, 1998, p. 49). O narrador acrescenta: “Mergulha de novo, de novo bebe mais água, agora sem sofreguidão pois já conhece e já tem um ritmo de vida no mar. Ela é a amante que não teme pois sabe que terá tudo de novo.” (LISPECTOR, 1998, p. 49). Em Homero, o mitema da viagem se define pelo imaginário do mar como símbolo de travessia e conquista. Entretanto, o perigo da submersão também se faz através do canto da sereia.

Lóri teme naufrágios e vai lentamente aprendendo a ter prazer e alegria. Enquanto Ulisses a espera. A personagem realiza sua odisseia interior, inicialmente atravessada apenas por tristeza e dor, mas, pouco a pouco, aprendendo com Ulisses a nominar-se de “eu”. Entender-se, perguntar-se produzem um abalo do “ventre”, sinal de “terremoto, do “útero”, do corpo todo em abalo:

(...) veio afinal o grande choro seco, choro mudo sem som algum até que para ela mesma, aquele que ela não havia adivinhado, aquele que não quisera jamais e não previra – sacudida como a árvore forte que é mais profundamente abalada que a árvore frágil – afinal rebenta dos canos e veias, então...sentou-se para descansar e em breve fazia de conta que ela era uma mulher azul porque o crepúsculo mais

tarde talvez fosse azul, **faz de conta que fiava com fios de ouro** as sensações, **faz de conta** que a infância era hoje e prateada de brinquedos, faz de conta que uma veia não se abria e **faz de conta** que dela não estava em silêncio alvíssimo escorrendo sangue escarlate (...) (LISPECTOR, 1998, p. 14).

A expressão do “faz de conta” no ato de fiar “com fios de ouro” as sensações estabelece ressonâncias estreitas com a figura de Penélope. Esta, que, na ausência e espera do rei de Ítaca, obstina-se, na dor e na solidão, em aguardar o regresso do marido e enfrentar o assédio dos pretendentes. As lágrimas de Penélope, como manifestação de dor e angústia, aparecem no canto XIV, no verso 208 do canto XIX “Suas belas faces em torrente de lágrimas chorando pelo marido que estava a sua frente” (2011), e, igualmente, no verso 603, Penélope chora por seu marido.

Conquanto aguarda o regresso de Ulisses, Penélope, – cuja raiz da palavra “*pene*”, em grego, significa fio de tecelagem, trama –, tece não apenas uma mortalha que será ofertada para Laerte (pai de Ulisses), mas o fio de sua própria vida, que, acima de tudo, é um ardid encontrado para driblar o poder masculino. O ato da tecelagem como atividade feminina perpassa o tempo. Na **Odisseia**, aparecem ratificadas por Telêmaco, filho de Penélope e Ulisses. Penélope, ouvindo a notícias do *aedo* relatando os infortúnios dos Aqueus, lamenta o desaparecimento de Ulisses, o que ao filho sucede dizer que “ não foi só Ulisses que perdeu o dia do retorno à Tróia; também pereceram muitos outros. Agora volta para os teus aposentos e **presta atenção aos teus labores, ao tear e à roca**; e ordena às tuas servas que façam os seus trabalhos” (2011, v. 350 a 355, grifo nosso).

Os destaques expõem com clareza a divisão de trabalho a partir do gênero no mundo grego. Da tessitura à roca, o exercício do *logos* figura como atividade eminentemente masculina, e por este motivo a mulher não tem voz na vida pública da *pólis*. Na fiação de sua vida, em seu *oikos*, encontra-se articulada dor, fragilidade, dependência, ardid e espera. Também Lóri fia sensações dúbias, mas, ao invés de uma espera passiva, é ela, que, numa invertida de epopéia negativa,

realiza a viagem no lugar de Ulisses. Em Lispector, é Ulisses quem espera, enquanto Lóri realiza a sua odisseia íntima de sensações:

Lóri se perfumava e essa era uma das suas imitações do mundo, ela que tando procurava aprender a vida – com o perfume, de algum modo intensificava o que quer que ela era [...] perfumar-se era uma sabedoria instintiva, vinda de milênios de **mulheres aparentemente passivas aprendendo** [...] (LISPECTOR p.24, 1998)

O perfumar-se aparece como apetrecho feminino imposto como uma validação, que ela reconhece como “imitação do mundo”, mas que, apesar de tudo, não consegue prescindir. Essa sabedoria instintiva se insere no campo semântico da sedução dos cheiros, assim, como o canto da sereia, evocado em seu nome, expressa este lugar das funções instintuais análoga à “esfinge” que precisa ser desvendada para que Lóri estabeleça laços mais profundos. Este cheiro instintivo, aprendido passivamente, contrasta com a dos homens:

Ela, que reconhecia com gratidão a superioridade geral dos homens que tinham cheiro de homens e não de perfume, e reconhecia com irritação que na verdade esses pensamentos que ela chamava de agudos ou sensatos já eram resultado de sua convivência com Ulisses. (...) ser era uma dor? (...) (LISPECTOR, 1998, p. 28)

A dor da máscara, da persona, vai se liquefazendo pelo devir das águas que entra em seu corpo, porque “ela não tem o exemplo de outros humanos que transformam a entrada no mar em simples jogo leviano de viver” (1998, p. 49) Estar à deriva nas ondas é a prova de si como domínio de seu mundo interior, como único mastro a se agarrar, como ideal buscado e reconhecido. Na esfera do romance, apenas a vida figura como vislumbre de luminescências a ser atingido como irradiação e intensidade biográfica do existir:

De algum modo já aprendera que cada dia nunca era comum, era sempre extraordinário. E que a ela cabia sofrer o dia ou ter prazer nele. Ela queria o prazer do extraordinário que era tão simples de encontrar nas coisas comuns: não era necessário que a coisa fosse extraordinária para que nela se sentisse o extraordinário. (LISPECTOR, 1998, p.76)

O extraordinário oferecido à luminescência sugere que o ordinário da vida entrelaça-se ao fio da totalidade perdida, como se a epifania, técnica narrativa da autora, trouxesse à tona o que está por se completar num jogo dúbio de presença-ausência. No caso de Lóri, é Ulisses que liga esses dois pólos numa direção fomentadora do processo de autoconhecimento da protagonista. A sua construção identitária é móvel e dependerá de seu esforço para realizar a aprendizagem necessária para uma entrega amorosa madura. Já Ulisses e Penélope estão pré-determinados um ao outro por um fio narrativo que os unem numa identidade de soberania de rei e rainha, bem como pelo leito, pelo casamento e pelo amor. Penélope é virtuosa, fiel e resiste às investidas dos pretendentes. Fiando a presença-ausência de si e de Ulisses, Penélope tece e destece suas esperanças de compor-se a si e ao reinado com a volta do marido.

O rei de Ítaca busca em Penélope o fim da aventura, o reconhecimento, a sua reintegração. Mas ainda deve provar quem ele é mesmo depois de tantas façanhas, inclusive a do combate e do assassinato dos pretendentes. É no canto XXIII que a ama Euricleia acorda Penélope trazendo a notícia do regresso do Rei, a qual é tomada com desconfiança e depois com prudência pela rainha. Penélope põe “o estrangeiro” à prova evocando a mudança do lugar da cama nupcial. Ulisses se torna colérico “Mulher, na verdade disseste uma palavra dolorosa! Quem é que mudou o lugar da minha cama?” (HOMERO, 2011, v. 183 , 184). Referindo-se ao sinal notável que foi incorporado ao leito amoroso, Ulisses o descreve: “Dentro do pátio crescia uma oliveira verdejante, forte e vigorosa, cujo tronco se assemelhava a

uma coluna. Em torno dela construí o quarto nupcial, até que o completei com pedras bem justas e por cima pus um telhado.” (HOMERO, 2011, v. 190 a 193). E ainda: “tendo assim começado, passei ao relevo artístico, adornando a cama com ouro, prata e marfim” (2011, v. 199 a 200). Ulisses questiona a mulher se alguém teria cortado o tronco da oliveira e, deste modo, violado o leito nupcial. É assim que Penélope, rompendo em lágrimas, reconhece o seu marido: “pensava que poderia vir algum homem que me enganasse (...). Mas agora que já enumeraste com clareza os sinais de nossa cama, que nunca nenhum mortal viu (...) agora convencestes o meu coração, antes tão incrédulo” (HOMERO, 2011, v. 215; 225 a 227; 230).

Os detalhes do leito conjugal simbolizam a união dos dois, a reintegração do leito amoroso como se os dois fossem um. Interessante é o registro da oliveira, cujo tronco aparece ornado de prata e ouro à cabeceira da cama. Trata-se de uma árvore de riqueza simbólica consagrada à fecundidade e à purificação. As oliveiras “são como que divinizadas no hino homérico a Deméter, que é precisamente uma introdução às iniciações eleusínias” (CHEVALIER, GUEERBRANT, 2007, p. 657). O mito evoca o mistério de Elêusis consagrado ao culto das deusas agrícolas Deméter e Perséfone, que celebram o regresso de Perséfone à terra. Ou seja, trata-se de um símbolo da primavera que faz lançar sementes à terra num horizonte de espera para as novas colheitas numa espécie de morte e ressurreição.

Este sentido cíclico de morte e ressurreição figura no próprio título da narrativa de Lispector: A origem da primavera. Com efeito, o aprendizado de Lóri está vinculado ao renascimento que a imagem da primavera evoca. Importa assinalar o símbolo dúbio da cama que, se, na Odisseia, sinaliza à reintegração amorosa como destino final, na obra de Lispector, é na cama que Lori se angustia, sente-se só, submerge à dor, mas também descobre o prazer. O próprio Ulisses evoca a cama como sinal de fidelidade para a aprendizagem amorosa: “Inclusive, de hoje em diante, até você ser minha, não terei mais nenhuma mulher na cama” (LISPECTOR, p. 61). Já no desfecho da narrativa, é na cama, depois da experiência erótica, que o aprendizado se torna alegria e prazer para Lóri:

Não se enganava a si mesma: era possível que aqueles momentos perfeitos passassem? Deixando-a no meio de um caminho desconhecido? Mas ela poderia sempre reter nas mãos um pouco do que agora conhecia, e então seria mais fácil viver não vivendo, mal vivendo. Mesmo que nunca mais fosse sentir a grave e suave força de existir e amar, como agora, daí em diante ela já sabia pelo que esperar, esperar a vida inteira se necessário, e se necessário jamais ter de novo o que esperava. Moveu-se de súbito na cama porque foi insuportável imaginar por um instante que talvez nunca mais se repetisse a sua profunda existência na terra. Mas, para a sua alegria inesperada, percebeu que o amaria sempre. Depois que Ulisses fora dela, ser humana parecia-lhe agora a mais acertada forma de ser um animal vivo. E através do grande amor de Ulisses, ela entendeu enfim a espécie de beleza que tinha. Era uma beleza que nada e ninguém poderia alcançar para tomar, de tão alta, grande, funda e escura que era. Como se sua imagem se refletisse trêmula num açude de águas negras e translúcidas. (1998, p. 95)

A experiência de amar e de humanizar-se se alinha ao movimento cíclico da morte e vida, diz Lóri: “Nós dois sabemos que estamos à soleira de uma porta aberta a uma vida nova” (p. 96). Ulisses complementa: “É a porta, Lóri. E sabemos que só a morte de um de nós há de nos separar. Não, Lóri, não vai ser uma vida fácil. Mas é uma vida nova.” (1998, p. 96).

Por fim, Ulisses diz que ambos são como super-homem e super-mulher, pois: “Dependerá de nós chegarmos dificultosamente a ser o que realmente somos. Nós, como todas as pessoas, somos deuses em potencial” (1998, p. 97). Ulisses conclui que não são como deuses no sentido divino, mas como o ritmo de uma natureza cíclica; e assim sugere a incessante dinâmica de morte e vida dos processos de aprendizagem. Aqui, ao contrário da Odisseia, a interferência divina

não atua.

O processo de narrativização expõe, ao longo de séculos, os caminhos percorridos das formas ficcionais que, sob a autoria de Lispector, terminaram por transformar Odisseu e Penélope, pela via da fragmentação do romance moderno, em Ulisses e Lóri. Enquanto Odisseu sabe de seu destino -, apesar de todos os percalços, e busca, protegido, o retorno à Ítaca e ao seio amoroso de Penélope mantendo a sua identidade através da memória épica-, em **Uma aprendizagem ou livro dos prazeres** a dúvida, a decadência, o desconhecido estão na base da fluidez dos ciclos que compõem identidades em processos, onde o traço destrutivo é um ato de coragem para amar, para um novo recomeço.

REFERÊNCIAS:

ARISTÓTELES. Poética. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.

AUERBACH, Eric. A cicatriz de Ulisses. In: AUERBACH, Eric. Mimesis. São Paulo, Perspectiva, 1971, p. 1-20.

BAKHTIN, M. “Epos e romance: sobre a metodologia do estudo do romance” In:

Questões de literatura e estética. São Paulo: Hucitec, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. Questões de literatura e de estética: A teoria do romance. São Paulo: Editora Unesp/ HUCITEC, 1998.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: Magia e Técnica, Arte e Política - ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, volume I, 2ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

CARVALHAL, Tania F. Limiares críticos no comparatismo: considerações iniciais. In: . (Org.). Culturas, contextos e discursos: limiares críticos no comparatismo. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999, p. 9-12.

J. CHEVALIER; A. GUEERBRANT. Dicionário de símbolos. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

HOMERO. Odisseia. São Paulo: Companhia das letras, 2011

LISPECTOR, C. Uma aprendizagem ou O Livro dos Prazeres. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LUKÀCS, G. A teoria do romance. São Paulo: Editora 34, 2000.

SOUZA, Eneida M. “O não lugar da literatura” In: Crítica cult. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

A PERSONAGEM VIRGÍNIA E A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO EM “CIRANDA DE PEDRA”

Roseane Maria de Oliveira Paiva¹

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como propósito a análise da personagem protagonista do romance *Ciranda de pedra* (2009), da autora Lygia Fagundes Telles. Através desta figura feminina nortearmos nossa pesquisa a analisar a representação do feminino a partir da protagonista, enfatizando seu crescimento psicológico, as privações em um lar patriarcal, as divergências enfrentadas pela protagonista devido ao grupo social em que a mesma estava inserida e o crescimento da personagem Virgínia com sua transformação em mulher.

A personagem elaborada por Lygia Fagundes Telles recria uma figura feminina no século XX, dessa forma, correlacionaremos como era o contexto das mulheres dessa época, visando entender a posição social que ocupavam em meio a uma sociedade patriarcal e os prejuízos enfrentados por aquelas que ousavam ir contra o sistema.

A temática abordada neste trabalho, que foi o feminino, se deu pela importância que este tema possui, tendo em vista que se faz necessário mais estudos a respeito da luta que o sexo feminino passou ao longo da história e que até nos dias atuais ainda busca por direitos e melhorias. Observaremos o quanto as mulheres enfrentaram preconceitos e sofreram discriminações, sendo vistas como incapazes

1 O presente artigo compõe o meu trabalho de conclusão de curso desenvolvido na graduação em Letras Português, pela Universidade Estadual da Paraíba e orientado pela professora e Dr^a Rosângela Neres Araújo da Silva. (2019)

e inferiores ao homem. Ao longo dessa pesquisa, traremos a hostilidade e evolução que as personagens femininas foram descritas na literatura brasileira, da mesma forma que a mulher era vista na época e dessa maneira também fora retratada nos romances.

Temos como objetivo nesta pesquisa, apresentar como a protagonista representa o feminino e todo seu desenvolvimento no decorrer do romance. Ainda, os conflitos vivenciados que justifiquem todo lamento de dor existencial passado pela mesma. Desse modo, utilizaremos como suporte teórico os autores: Candido (2014), Brait (1985), Gancho (1995), a respeito da personagem de ficção, Priore (2018), Perrot (2017), Arruda (2019), Freitas & Silva (2010) e suas contribuições a acerca do feminino, Pinto (1990).

Quanto à metodologia classificamos este trabalho como uma pesquisa bibliográfica. Utilizamos como fonte os autores já aqui citados, para que, desse modo, comprovemos o que então será discutido no desenvolver da pesquisa. Organizamos a estrutura do trabalho em três capítulos.

No próximo, enfatizaremos os conceitos acerca da personagem de ficção, suas divisões e características e, no mesmo. No terceiro capítulo, nos deteremos a explicar o conceito do Bildungsroman, romance de formação, os exemplos desse gênero na literatura brasileira e mostrar como Ciranda de Pedra (2009) encaixa-se nesse gênero. Ainda, mostraremos a forma como a mulher sempre foi vista na sociedade e sua luta por direitos iguais aos dos homens e, desse modo, exemplificaremos como a protagonista Virgínia representa o feminino.

No quarto capítulo, analisaremos todo o desenvolvimento psicológico e físico da protagonista e as fases de amadurecimento da mesma, e conseqüentemente a relação conflituosa com todos a sua volta. Já no último capítulo, abordaremos as considerações finais.

A PERSONAGEM DE FICÇÃO: CONCEITOS E CARACTERIZAÇÃO

Neste capítulo, analisaremos os conceitos acerca da personagem de ficção, suas características, classificações e a relação entre pessoa/personagem fictício, através das discussões teóricas de Antonio

Candido em A personagem do romance (2014), Como analisar narrativas (1995), de Cândida Vilares Gancho e, ainda, os apontamentos do ser fictício e narrador trazido em A personagem (2017), de Beth Brait e outros autores.

Na elaboração da personagem de ficção, o autor utiliza seus recursos artísticos e literários que, por muitas vezes, confundem e fazem com que o leitor acredite que aquele personagem realmente existiu e constrói um mundo fictício capaz de tele transportá-lo para lá. Este ser fictício é o responsável pelo desempenho do enredo e vive, assim, as ações da narração. É a partir dele que o enredo pode tornar-se, ou não, envolvente. É também por meio da personagem que os demais elementos da narrativa serão identificados, como o espaço e ambiente, o tempo cronológico ou psicológico e ainda, a interação com os demais seres fictícios dentro da trama.

No romance ou em outro gênero literário, o que será passado para o leitor a respeito da personagem é descrito pelo narrador, podendo este elemento está presente no enredo (narrador testemunha ou narrador protagonista) ou talvez como uma terceira pessoa descrevendo os acontecimentos (narrador observador), e desse modo, a autora afirma que:

Qualquer tentativa de sintetizar as maneiras possíveis de caracterização de personagens esbarra necessariamente na questão do narrador, esta instância narrativa que vai conduzindo o leitor por um mundo que parece estar se criando à sua frente. Ainda que este capítulo não tenha por objetivo discutir o papel do narrador, não há como fugir desse elemento presente, sob diversas formas, em todos os textos caracterizados como narrativas. Como podemos receber uma história sem a presença de um narrador? Como podemos visualizar uma personagem, saber quem ela é, como se materializa, sem um foco narrativo que ilumine sua existência? Assim como não há cinema sem câmera, não há narrativa sem narrador. (BRAIT, 2017, p. 74)

Brait (2017, p. 46) “[...] entende a personagem como representação do universo psicológico de seu criador”. Nesse sentido, a solução para ambas indagações está unida, já que as experiências e vivências do autor refletem em suas produções artísticas. Em *A personagem do Romance*, Candido (2014, p. 74) afirma que “a natureza da personagem depende em parte da concepção que preside o romance e das intenções do romancista”, dessa forma, é coerente considerar o contexto e a intenção do autor quando escreveu a obra.

Candido desenvolve uma discussão a respeito de como nós, seres humanos, buscamos entender a mente e comportamentos dos demais seres reais que estão a todo momento mudando de atitudes e que vivem misteriosamente. “No romance, o escritor estabelece algo mais coeso, menos variável” (CANDIDO, 2014, p. 58), dessa maneira, se compararmos as semelhanças da personalidade das pessoas, a personagem é menos complexa que nós, seres reais.

Segundo a autora Cândida Vilares Gancho, no livro *Como analisar narrativas* (1995), as personagens esféricas mostram cinco aspectos de extrema relevância para sua construção, que são; sociais, físicas, psicológicas, ideológicas e morais bem como juntas, desenvolvem e caracterizam um ser fictício bem construído que nos surpreende no desenrolar do enredo.

Conforme Gancho (1995), destacamos a atuação das personagens no enredo, sendo elas antagonista, protagonista e personagens secundários. Uma personagem protagonista é o responsável por desempenhar o papel principal na trama e pode vir como herói que possui características relevantes, comparadas às dos demais seres, ou anti-herói que é o protagonista com características iguais ou inferiores às de seu grupo, não possuindo nenhuma competência para o ato, mas, por muitas vezes, movida a alguma crítica social, no entanto, apresenta-se como um herói “desconstruído”.

Já o antagonista é o personagem que contraria as ideias do protagonista e de alguma forma busca atrapalhar seus feitos e é considerado o vilão da trama. As personagens secundárias são as que possuem menos importância no enredo, tendo uma participação menor ou não tão frequente na narrativa, desempenham o papel de ajudantes do antagonista ou do protagonista, sendo eles confidentes

ou figurantes.

A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO ROMANCE DE FORMAÇÃO

No livro *O Bildungsroman Feminino: Quatro exemplos brasileiros*, a autora Cristina Ferreira Pinto (1990, p. 09) afirma que “O termo alemão “Bildung” tem o sentido de formação, educação, cultura ou processo de civilização, e em português “Bildungsroman” seria traduzido como romance de aprendizagem”, “de formação”, ou “de desenvolvimento”, que mostra o ciclo vivido pelo protagonista até sua fase de amadurecimento interno, respondendo as dúvidas existenciais e [...] “apresenta as consequências de eventos externos sobre o herói, registrando as transformações emocionais, psicológicas e de caráter que ele sofre” (PINTO, 1990, p.10.)

Os romances classificados como de formação eram apenas de autoria masculina e que destacavam personagens masculinos, não sendo visto muitas obras com essa definição para romances escritos por mulheres que descrevem personagens femininas e, quando eram retratadas, a aprendizagem se limitava ao crescimento físico e a preparação da mesma para o casamento e maternidade.

Com base nas viabilidades de espaço oferecidos à mulher pela sociedade, conseqüentemente, seu aprendizado se mostraria de forma bastante limitada. O espaço oferecido no romance de formação para o herói seria retratado pela protagonista feminina com base nos limites da família, do lar, sem nenhuma perspectiva para seu amadurecimento interior. As características presentes em romances de aprendizagem feminina, tem por base alguns elementos que destaca:

[...] A infância da personagem, conflitos de gerações, provincianismo ou limitação do meio de origem, o mundo exterior, auto educação, alienação, problemas amorosos, busca de uma vocação e uma filosofia de trabalho que podem levar a personagem a abandonar seu ambiente de origem e tentar uma vida independente. (PINTO, 1990, p. 14)

A obra *Ciranda de Pedra* classifica-se como Bildungsroman, porém, de forma bastante intimista, acaba subvertendo ao padrão de romance de aprendizagem masculino. A protagonista Virgínia não se integra ao meio social após a aprendizagem, como é o esperado do modelo masculino, a personagem escolhe a integração do eu pessoal e resolve afastar-se.

Todavia, como já foi dito, a produção literária retrata o contexto da época, mostrando os aspectos sócio-político e específico de cada país, dessa forma, contextualizaremos e analisaremos a relação da personagem Virgínia a sua condição e representação como mulher na obra, o contexto que seguem as décadas de 1940 e 1950 no Brasil, a busca por igualdade da mulher no mercado de trabalho e o direito à educação.

Michelle Perrot (2017) em “Os excluídos da História – Operários, mulheres e prisioneiros” descreve os discursos naturalistas acerca de duas espécies com qualidades, deveres e aptidões particulares que eram direcionados às mulheres, que sem direito a questionamentos deveriam aceitar a condição de submissa e inapta para outras funções que não fossem a manutenção da casa e os cuidados com os filhos. Sendo “[...] aos homens, o cérebro (muito mais importante do que o que falo, a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração a sensibilidade, os sentimentos.” (PERROT, 2017, p. 186)

A educação no final do século XIX também era atribuída de formas diferentes com base no sexo, às mulheres eram ensinadas o básico, leitura e escrita, cabendo apenas ao homem o ensino superior e o espaço público, acreditava-se que as leituras de poesia e romances poderiam alienar as jovens e nos encontros sociais os assuntos comentados entre as mulheres eram a respeito do matrimônio, fazendo com que as adolescentes criassem expectativas acerca do casamento e da vida perfeita que vinha com ele.

Com um recorte no tempo e com as incessantes lutas de mulheres que quebraram o padrão no Brasil, como podemos citar as escritoras e ativistas dos direitos das mulheres, Nísia Floresta, Júlia Lopes de Almeida e a própria escritora do romance de *Ciranda de Pedra*, Lygia Fagundes Telles, temos na literatura brasileira uma intensa

representação feminina no ato de escrever enquanto era ainda uma profissão masculina.

Nas décadas seguintes (1920-1930), que seguem o século XX, vemos o avanço do feminismo no Brasil, a conquista pelo direito do voto feminino, momento também de grande revolução do pensamento feminino. Porém, indo mais adiante nas conquistas das décadas do século XX, em 40 e 50, período em que a obra *Ciranda de Pedra* é publicada, observamos mais reivindicações do sexo feminino quanto aos seus direitos e, em outros pontos, um regresso aos direitos que tantas ativistas vinham lutando por igualdade, seja para o ingresso no mercado de trabalho, o direito ao curso superior.

Neste momento a mídia jornalística tenta a todo custo influenciar as tomadas de decisões dos jovens, classificando as mulheres em dois tipos, como levianas e as moças de família. As primeiras eram dadas o repudia da sociedade e família, pois, quem praticava o modernismo e perdia a virgindade antes do casamento eram marcadas por desonrarem o nome da família, enquanto as moças de família eram as conservadoras que namoram na calçada supervisionada pelos pais.

Faremos, agora, algumas observações a respeito da personagem Virginia, os desenvolvimentos como protagonista feminino que evolui durante o romance de formação e sua contribuição acerca do feminino que vai à frente dos padrões da época.

Virginia, personagem protagonista que narra o romance de formação de Fagundes Telles, passa por estágios de evolução no decorrer da trama. Seja o crescimento psicológico para ocorrer a aprendizagem que é uma das características do Bildungsroman, ou na postura como modelo feminino presente na segunda parte do romance. Neste momento, a protagonista quebra o viés ideológico posto à mulher, buscando uma formação acadêmica, a renúncia do conforto na casa de Natércio para livrar-se dos ciclos sociais no qual não se sente aceita.

Diferente das moças da época, Virginia não se sente comovida com os rituais cristãos da igreja e sai do convento da mesma forma que o encontrou, sem fé. Podemos destacar a sexualidade sendo outro ponto de quebra dos padrões, Virginia cogita dormir com o amante da irmã, que logo desiste por não o achar interessante.

Porém, mais adiante troca carícias com Letícia, personagem lésbica que possui algumas amantes e tenta seduzir Virgínia, que não se dá ao ato sexual.

VIRGÍNIA E CIRANDA DE PEDRA: PERPASSANDO A SUBJETIVIDADE

Lygia de Azevedo Fagundes Telles, também conhecida e considerada por muitos críticos como a “Dama da literatura brasileira”, é uma das maiores e talentosas artistas vivas que é referência no âmbito literário do século XX. Nasceu em 19 de Abril de 1923 em São Paulo, filha do promotor Durval de Azevedo Fagundes e da artista e pianista Maria do Rosário Silva Jardim de Moura. Fagundes Telles viveu boa parte da infância em cidades do interior de São Paulo. Mudou-se várias vezes devido o trabalho do pai.

Escreveu vários romances, livros de contos que foram transformados em filme e em novelas como foi o caso de *Ciranda de pedra* que teve duas adaptações cinematográficas, a primeira em 1981 e a outra em 2008. A autora foi indicada e tornou-se a primeira mulher a ocupar o cargo na academia de letras.

Dentre suas obras seu romance de estreia foi *Ciranda de Pedra* em 1954, obra que impactou a sociedade com personagens femininas fora dos padrões convencionais, uma personagem lésbica, um homem traído e outras que não aceitavam o casamento como determinismo para suas vidas. Este romance divide-se em duas partes, na primeira, a personagem e narradora Virgínia é uma criança que sofre, por não se sentir aceita, por não ser ouvida e compreendida, já na segunda parte temos uma Virgínia adulta que volta ao encontro de todos amigos e familiares que deixou para trás. Observamos nesta citação:

– Ninguém gosta de mim, ninguém. Minhas irmãs não se importam comigo e minha mãe só gosta de tio Daniel... Meu pai que gosta de mim, só ele me quer bem, ah, meu paizinho querido, me leva embora desta casa, eu quero ir com você! Os soluços foram se espaçando até cessarem num cansaço.

(TELLES, 2009, p. 20)

Em outro momento da narrativa, conversando com Luciana, Virgínia diz que sua irmã Bruna falou que a condição de saúde de Laura está fragilizada devido ao pecado cometido por ela, por ter traído o esposo, abandonado a família e ir viver com outro homem.

– Bruna disse que se minha mãe não tivesse se separado do meu pai não estava agora assim doente. Ela acha que é castigo de Deus. – Ora, você sabe muito bem que isso começou quando ela ainda estava com seu pai. E então? Se é que existe castigo, eu sei quem é que está sendo castigado. (TELLES, 2009, p. 21-22)

Já em outro instante, Virgínia mostra esse sentimento de solidão ao pensar, inclusive, em sua morte, fantasiando o acolhimento de todos, evidenciando ainda mais o sentimento de inferioridade em relação às irmãs, que possuíam todos os luxos, caprichos, e Otávia a atenção de Conrado, o amor platônico de sua adolescência e pensa na morte.

Nós te desprezamos tanto e agora você está morta!” Aos pés do caixão, quase desfalecido de tanto chorar, o pai lamentava-se: “Era a minha filhinha predileta, a caçula, a mais linda das três!” Muito pálido dentro da roupa escura, Conrado apareceu com um ramo de lírios. “Ia me casar com ela quando crescesse. (TELLES, 2009, p. 18)

Em alguns momentos da narrativa, Virgínia cria uma realidade totalmente diferente da sua, em que é aceita pelas irmãs, possuía o afeto do pai e era correspondida por Conrado, porém, em outras sentia-se triste e pensava na morte como solução para seus problemas e todo seu sofrimento. Outro ponto nesta primeira parte do romance é a ideia de feia que a personagem tem de si, pois a todo tempo ela se compara as irmãs e não possui nem um traço físico delas, como

também, não gostar do médico que cuida de sua mãe, Daniel, o qual ela chama de tio

Porém, algo começa a fazer significado por todas as indiferenças sofridas pela personagem, com a saúde mental de sua mãe entrando ainda mais em colapso, ela passa a morar com suas irmãs e seu pai na tão sonhada mansão, porém, foi surpreendida com a notícia da morte deles pela empregada:

Luciana descerrou a boca num sorriso lento. Abertou os olhos que se reduziram a dois pontos opacos. -- Não fale assim – pediu com doçura. – Não fale assim do seu pai, não se fala mal do próprio pai. – O quê?! – Daniel é seu pai. Ele é seu pai. – Fez uma pausa. Sorria ainda. (TELLES, 2009, p. 87-88)

Neste momento Virgínia entende, mesmo ainda sendo criança, que nunca será tratada como suas irmãs, pois, na verdade ela é apenas meia irmã delas e fruto do pecado cometido pela sua mãe, o adultério. Assim, ela decide afastar-se de tudo e todos e pede para ser interna na escola. No artigo “A representação da mulher da obra Ciranda de Pedra”, das autoras Cibele Freitas e Ângela Silva (2010), as autoras trazem todas as personagens femininas presentes na obra que fogem dos padrões estabelecidos para a sociedade da época e afirmam que:

Neste contexto Virginia representa a mulher excluída da sociedade, que tenta se reencontrar. O fato de ter ido morar com a mãe, que traía o pai, apoiá-la e defendê-la incondicionalmente das ofensas e dos insultos das suas duas irmãs, criou entre elas um largo afastamento. Outro fator que contribuiu para esse distanciamento foi o fato de ela ter sido fruto de uma relação que sua mãe teve com o médico da família, Daniel, quando ainda era casada com Natércio. Virgínia é, pois, o “fruto proibido” e por isso é excluída da “ciranda” (FREITAS e SILVA, 2010, p. 3).

Temos então a ida da protagonista ao internato como desfecho da primeira parte do livro e já no segundo momento do romance ocorre um corte no tempo cronológico e nos é apresentada uma Virgínia já adulta que está fazendo as malas para retornar a casa de Natércio e encontrar todos os componentes da ciranda que deixou para trás.

Neste momento, Virgínia encontra as cartas recebidas pelo ‘Ciclo inalcançável’ durante o momento no internato, ler todas e as junta para pôr na lareira, lembrando dos seus primeiros dias no pensionato, as confidências feitas para a irmã Mônica que via a oração como remédio para todas as crises e aconselhava a continuar rezando, seja qual fosse a aflição, esta era sua única forma de alívio para todas as dores. Na citação abaixo vejamos o momento em que a freira Mônica vem despedir-se:

Apesar de tudo. Que significaria para a freira aquele “apesar de tudo”? A perseguição de irmã Flora? A proibição de ter Ofélia como amiga constante? Os longos castigos que suportara com o coração cheio de ódio? As sucessivas hóstias recebidas com o coração vazio de fé? [...] Mas nestes dois últimos anos me veio uma grande tranquilidade. Disse e sorriu por não precisar mentir. Por que tranquilidade ou indiferença, no fundo, não eram a mesma coisa? Indiferença por aquelas imagens – barro de mau gosto patético – indiferença por aquela comida neutra, por aquelas hóstias neutras, por aquelas mulheres neutras, que pareciam antigas mortas esquecidas de partir. (TELLES, 2009, p. 105-107)

O internato foi o único meio de fuga para a protagonista que ansiava em afastar-se de todos que tinham sua presença como desagradável, não importava-se com ele e nem muito menos acredita em Deus. E enquanto o novo motorista guiava até o caminho da casa de Natércio, a sensação de estranhamento e distância que sentia em relação a casa, as pessoas e o jardim com os anões, veio à tona. Porém, teria que encará-los e ao entrar, correu o olhar em todos que estavam

presentes na sala e nesta fala tem o primeiro contato com a Ciranda depois de ficar interna:

– Impressionante como ela mudou, não? – Observou Afonso refestelando-se no braço da poltrona. – E dizem que é uma jovem cultíssima, sabe não sei quantas línguas... Quantas mesmo, Virgínia? [...] – O elegante Afonso – exclamou ela sentando-se no sofá aos pés de Otávia. – Pois enquanto você pensava nas suas belas meias, eu estudava. [...] Pois eu nunca consegui me diplomar em coisa alguma – começou ela, acendendo um cigarro. – Bruna também não conseguiu estudar até o fim, tinha que se casar imediatamente esse gênio. Só você mesmo conseguiu fazer alguma coisa assim tão formidável, formar-se em línguas, imagine. (TELLES, 2009, p. 115-116)

O momento tão ansioso enquanto estava no internato foi marcado por três componentes da Ciranda, Otávia, Corando e Afonso que a esperavam na sala. Assim como as memórias guardadas durante a infância a respeito de Afonso, notou que nada mudara, falava com grande tom narcisista, enquanto Otávia mostrava as telas pintadas e Conrado fazia perguntas a respeito de seus planos. Neste momento, constatou que ambos se amavam e nada mudara desde então, ao passo que observava o instante de deleite ao piano do casal, Letícia chegou e a convidou para ir ao jardim e nesse momento a primeira integrante oferece um espaço na roda:

– Mas não vá chorar agora, vamos, reaja! – ordenou-lhe Letícia. – Não sei o que aconteceu, mas posso imaginar. [...] – Pensei que ... [...] Mas continuou igual, igual. – Vi isso nos seus olhos, minha boneca. [...] – Mortos e vivos voltaram todos, No entanto, lá no colégio tudo me pareceu tão simples... [...] – Você terá que esquecê-lo. – Eu sei, eu sei. (TELLES,

O sentimento de rejeição pela irmã mais velha que sempre citava a Bíblia para ofender a condição de Laura, veio à tona. A Bruna que condenava o adultério e abandono da mãe, estava cometendo o mesmo pecado, porém, repreendia a vida praticada por Otávia. Enquanto ainda se sentia atraída por Conrado, viu em Letícia a oportunidade que nunca teve com ele, os dois eram parecidos e resolveu viver com ela, ao mesmo tempo que também sentia-se atraída por Afonso, seu cunhado. “Virgínia sorria ainda num relaxamento doce. Sentia um gozo obscuro em ir passando de mão em mão. Afinal, a roda era pequena. Logo chegaria a vez de Conrado, ‘Assim como chegou a de Letícia’” (TELLES, 2009, p.159)

No entanto, aos poucos veio à tona os acontecimentos desde sua chegada, estava sendo disputada por todos e esta sensação a agradava, tendo em vista que foi o objetivo desejado desde sempre, Porém, mesmo participando da ciranda, como denominava o “ciclo inalcançável” composto por suas irmãs e seus amigos, não se sentiu bem, na verdade, o que tanto desejou não era o que queria e resolver partir uma segunda vez, havia se formado em línguas no internado e seria independente, se descobriria.

Segundo as autoras Freitas e Silva (2010, p. 3-4) “Virgínia representa a mulher que transgrediu de uma posição de ingenuidade a uma situação de independência, saindo de casa para estudar e amadurecendo com as suas frustrações através das situações que lhe são apresentadas.” E assim, continua as autoras, “[...] Torna-se dessa maneira, uma mulher moderna, capaz de lidar e ultrapassar situações difíceis sozinha, destacando-se como mulher forte, não mais o “sexo frágil” e indefeso” (2010, p. 4).

CONCLUSÃO

Com base no que foi analisado a partir da protagonista, em Ciranda de Pedra (2009), notou-se o quão desumanizador o próprio ser humano pode ser com o outro. Virgínia, na primeira parte do romance é uma criança que sofre e cria em sua imaginação tentativas para burlar a angustia e o incomodo passados por todos ao seu redor

com sua presença.

Lygia Fagundes Telles, assim como em suas demais obras, neste romance, não fugiu do padrão que seus livros seguem e nos mostrou personagens femininas polêmicas, uma lésbica, o adultério praticado da mãe e da filha e outras que não viam o casamento como único desfecho para suas vidas, assim como a protagonista.

Portanto, notou-se a ênfase que Lygia Fagundes Telles buscou ressignificar com suas personagens femininas em *Ciranda de Pedra*, sendo o empoderamento feminino uma das temáticas mais presentes em seus romances e contos, tornandoos originais. Logo, percebe-se que a protagonista Virgínia rompe com o patriarcado em uma sociedade do século XX, caracterizada por seu alto conservadorismo.

REFERENCIAS

BRAIT, Beth. **A personagem**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

CANDIDO, Antônio. **A personagem do romance**. In: *A personagem de ficção*. 13 ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

FREITAS, Cibele Beirith Figueiredo; SILVA, Ângela Maria Garcia dos Santos. **A representação da mulher na obra Ciranda de Pedra**. X semana de Letras. 2010.

GANCHÓ, Cândida Vilares. **Como analisar narrativas**. 8ª ed. Ática, 1995

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros**. 8ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PINTO, Cristina Ferreira. **O Bildungsroman feminino: quatro exemplos brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 10ª ed. 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

TELLES, Lygia Fagundes. **Ciranda de Pedra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MULHERES E LAÇOS: HISTÓRIA DE MÃE E FILHA

Rosiely Jesus Batista Maurício

SEMPRE SE FAZ DESAFIANTE RECORDAR A PRIMEIRA LEMBRANÇA DE nossa vida. Confesso que a minha primeira, eu não lembro; porém há um leque de recordações da infância que se fazem presentes e compõe quem sou. E entre essas, uma se mantém vívida e foi a partir daquele momento que um elo invisível de reconhecimento de gênero se fez entre a mulher que me trouxe ao mundo e eu: certa vez, estava brincando atrás do sofá da sala enquanto minha mãe varria a casa e o tempo que permaneci ali, pude observá-la de forma minuciosa e contemplativa: minha mãe parecia dedicar sua única vida a mim, mas por quê? Ela sempre quis ser somente minha mãe? Eu teria o mesmo destino?

Como toda filha mais velha, tinha em minha mãe a inspiração de quem eu seria e ela se fazia enquanto minha referência de mulher. Lar tradicional, meu pai saía cedo para o trabalho e era o ser de olhos verdes e longos fios louros que me servia o café da manhã e cuidava das minhas necessidades vitais de sobrevivência. Se para muitos seus serviços eram invisíveis, para mim se faziam como vida e construção de subjetividades. Mas, por que minha mãe só cuidava da casa e de mim? Sendo ela a mulher que me inspirava, também devia eu seguir os mesmos passos e crescer para um dia também cuidar de uma casa e de outros seres humanos?

Questionamentos não raros, a saga da compreensão do mundo que me cercava só ampliava à medida que minha estatura também se elevava. E, com os dias vindouros, aos poucos recepcionei na família

pequenas figuras masculinas que trouxeram consigo uma reconfiguração das relações do lar: meus irmãos mais novos. Assim, quando me percebi, eu era uma pequena figura de minha mãe: cuidava dos meus irmãos e também dos serviços domésticos (ouvira que essa não era uma atividade para meninos, por mais que argumentos em protestos sempre viessem de mim).

Nesse meandro, a transição para a adolescência se fez permeada de temores e sentimentos conflitantes: entre amar os seres do meu núcleo familiar e odiar a maneira que as nossas relações eram estabelecidas, ressentimentos começaram a ser cultivados. E assim como Simone de Beauvoir menciona na sua obra *O segundo sexo* quanto às mulheres: “Vivem dispersas entre os homens, ligadas pelo *habitat*, pelo trabalho, pelos interesses econômicos, pela condição social a certos homens — pais ou marido — mais estreitamente do que as mulheres” (BEAUVOIR, 1970, p.13), se fazia perceptível que no meu lar, o afeto nutrido por mim e minha mãe aos homens que nos rodeavam era o que também nos mantinha em posição subalterna e cada vez mais distantes uma da outra.

Desta feita, as discussões se tornaram maiores quando a repulção pelos serviços domésticos atingiu o ápice: estava determinada que aquele não seria meu destino único e inevitável, e assim, minha mãe se via cada vez mais sobrecarregada enquanto eu fugia para os livros — a educação e os estudos demonstravam ser uma rota de fuga para uma vida que podia ser mais do que a vivência tradicional da mulher do lar. Porém, a dedicação e o alcance que essa poderia me proporcionar eram sempre questionados pelo meu pai, que não compreendia porque uma mulher precisava se preocupar com emprego quando certamente teria ao seu lado um homem que supriria todas as suas necessidades, lhe dando casa e comida (olhos revirados se faziam como resposta).

Meu pai e meus irmãos não compreendiam, mas era nítido o quanto transbordava compreensão nos olhos em lágrimas de minha mãe quando lhe disse extasiada que havia passado em um concurso público. Havia mais que orgulho no demorado abraço que essa me deu, haviam anos de subalternidade feminina aos homens da família e que agora eu, podia ter o poder de escolha quanto a essa condição.

Para os homens da família, agora havia renda em minhas mãos. Para a única mulher que esteve a todo o tempo se dedicando ao lar e se submetendo ao silêncio por falta de escolha, havia a oportunidade de fazer uma história diferente.

Seria falácia afirmar que após esse evento o mundo se tornou mágico e os dilemas de gênero desapareceram do meu seio familiar, mas certamente que uma nova dinâmica se fez inserida. Analisando por uma ótica mais abrasiva, durante minha infância e adolescência eu escutei as histórias das mulheres da família: guerreiras, trabalhadoras, mães de seis a vinte e três filhos, mulheres do campo, que comiam do que plantavam, fiéis ao recato que as mulheres católicas deviam demonstrar e algumas, chamadas que ardiavam em contraposição ao lugar de inferioridade perante os homens. Mulheres como a minha avó paterna, que não aceitava “a mão do homem por cima da mão da mulher” no casamento.

Assim, tal como o corpo político possui sua história e memória, meu próprio corpo de tecidos e órgãos no presente traduz a luta pela vida que todas as mulheres antes de mim precisaram travar, entre renúncias e violências — sejam elas físicas ou simbólicas — e que sem essa disposição de viver, apesar de tudo, hoje meu corpo não habitaria o tempo presente. Também não posso esquecer dos silêncios, dos gritos que ficaram inaudíveis e hoje compõe o monumental acervo das obras não concebíveis da história — afinal, não são eventos dos “grandes homens da história” e por isso, “não possuem importância”.

E o convite à reflexão permeia a passagem desses corpos lidos como invisíveis perante o passado, dos corpos que estiveram disciplinados a utilizar a única vida que possuíam seguindo a receita dos gestos, do esconderijo da sobrevivência, que apreendeu o possível dentro das possibilidades, que assumiu a receita cultural de boa filha, recatada esposa e dedicada mãe. Nessa tríade, pouco espaço se vê disponível para a mulher perante outras mulheres, e assim as histórias se entrelaçam e pungenciam continuidades na hereditariedade do roteiro de gênero. São os laços que adornam os cabelos das meninas e que enlaçam gerações de mulheres no não-lugar da história.

E assim meninas se tornam mulheres, mulheres se tornam mães de meninas e a receita de bolo continua a ser passada, de geração em

geração. E entre o rol das emoções permitidas a esses seres onde a sociedade aguarda na “boa conduta”, a raiva se faz enquanto elemento máximo de rejeição. Montar escarcéu porque está cansada de servir e não ser reconhecida, é lido como desregulação emocional que deve ser corrigida, mas até quando o indivíduo será lido de forma distante ao panorama macro de um patriarcado adoecedor para as mulheres? Até quando o histórico social de mundo, ao qual os indivíduos aprendem a se adequar para viver, será completamente ignorado para o enfoque se fazer completamente no sujeito?

É certo que o advento do Capitalismo inferiu uma nova forma de organização da vida humana, análises exaustivas de sua atuação foram realizadas por filósofos e sociólogos. E dentre diversos enfoques, o individualismo se faz enquanto um dos mais perniciosos para a experiência social. Sem querer me estender nessa temática mas também não se faz justo ignorá-la; apreender a vivência das mulheres como ato individualista, desprendido de contexto histórico, social e cultural, se faz no mínimo enquanto simplório para não mencionar antiético e violento.

Sendo assim, é a partir da leitura da história de vida de minha mãe perante os estímulos sociais que essa tivera, que posso então ler a minha e a de sua mãe, e a da mãe de sua mãe, além de tantas outras. Encontrar nessas histórias as continuidades e rupturas de como assumir o *ser mulher* perante um mundo repleto de histórias e escolhas, em que há uma lógica e logística de quais histórias devem ser contadas e quais devem jazer no esquecimento, é compreender que a escrevivência — conceito da Conceição Evaristo — é revolucionário no sentido de evidenciar aquilo que se supõe não haver evidência. É revolucionário por compreender que cada corpo perante a vida carrega em si florestas ricas na biodiversidade de fontes e ancestralidade que compõe a malha do social-cultural de cada indivíduo no mundo.

Desse modo, é através da escuta de falas da minha mãe sobre sua vivência, no final do século XX, no interior de um sítio que fica em uma cidade do interior do nosso estado, Paraíba, que percebo as motivações que a levaram a assumir o papel social que possui. Enquanto meu avô materno trabalhava na lavoura acompanhado dos seus três filhos mais velhos (os quais assumiam o trabalho dito destinado aos

homens), os serviços do lar se faziam exclusivamente para a minha avó. Certo dia, avô Zé fez uma oração pedindo a Deus o nascimento de uma menina para ajudar a sua esposa nas tarefas domésticas, e ficou muito agradecido aos céus quando nasceu em sequência duas filhas, vidas que antes de possuir a consciência de si já se faziam destinadas aos cuidados que o meio social delega às mulheres.

Minha mãe é a caçula da família e em sua infância, como toda boa criança que se compraz com elogios alheios, se via satisfeita ao receber exaltação por suas excelentes qualidades culinárias e de cumprimento aos deveres do lar: acordava de madrugada para reabastecer as reservas de água de uso do dia, varria a casa e a porção de terra ao redor de sua moradia, alimentava os cães e dava milho para as galinhas, remendava as roupas de trabalho do seu pai e irmãos, auxiliava minha avó em qualquer necessidade e percorria longas distâncias para entregar o almoço dos meus tios quando esses precisavam trabalhar em outras propriedades. A vida no sítio não é fácil e é necessário empenho para sobreviver.

Nesse tocante, é durante a adolescência que meus pais se conhecem e minha mãe percebe um novo panorama de vivência familiar — o que seria ornado por ambos enquanto um casal. E de forma quase que inconsciente o modelo de boa moça se fez não somente enquanto positivo, mas também aceito e fatídico de repasse. De boa filha, agora era ela a boa esposa que precisava educar uma menina a também ser boa, a ser a extensão dos cuidados que não alcançavam os homens da família e se faziam unicamente como responsabilidade das mulheres. Binarismo de gênero diante das demandas sociais, é esse que disciplina uma cultura a adotar uma fórmula que, a olhos ingênuos, se faz enquanto funcional.

Entretanto, assim como eu e todas as outras mulheres, minha mãe não estava para um mundo que não possuía história. A sociedade a qual a mesma precisava se relacionar impunha certas fórmulas, padrões e costumes aos quais devia se adequar e não apenas isso, a ela também se fazia necessária a incoesa função de educar e repassar adiante a difícil compreensão do que seria *ser mulher*. Ademais, a receita cultural seguida por minha mãe e que me foi repassada, também se fez para aquelas que conheceram o mundo antes de nós:

minha avó, bisavô, tataravó e as que estiveram antes dessas. É o repasse do script ornado pelo patriarcado que disciplina qual o papel que deve ser assumido pelas mulheres.

E assim também se manteve minha avó materna durante todos os anos de seu matrimônio: cedendo. Se há a máxima de que um relacionamento somente funciona quando ambos cedem, de certo que as mulheres heterossexuais — diante de sua posição subalterna — necessitam ceder muito mais. Mas o questionamento principal dessa escrevivência a qual a partir do gênero ensaio se faz, é o não-lugar da história que se vê diversas mulheres brasileiras por não possuírem narrativas sobre seus atos diários.

De certo que as *mulheres* são multifárias e há, por essa razão, diferentes formas de recepção dessas no meio social. Entretanto, se não há narrativa escrita, como apreender o existir dessas diante dos diferentes dilemas de cada momento presente que o tempo torna passado? Quais os vestígios que as tornam visíveis quando a própria vivência no âmbito privado as invisibilizam? E quantos *quarto de despejo* precisam ser escritos para haver visibilidade social e histórica mediante um estado de exceção?

E é a partir desses questionamentos supracitados que a necessidade de narrar as vivências que me atravessam, e se remendam entre diversas mulheres, então se fez necessária. Além disso, é pelo levante de milhares que me precedem e abrigam suas falas nas bibliotecas dos silêncios historiográficos que tornar seus enredos fatídicos de escuta se faz enquanto compromisso ético diante de vidas violentadas. Assim, se faz importante que a escrevivência seja não apenas relatada, mas ouvida e lida, uma vez que é reiterar a violência do silenciamento quando essas permeiam apenas pontuais lembranças familiares sem que o contexto circundante a compreenda como presença em seu meio.

Por fim, deixo através desse escrito a provocação para aquelas que querem reacender a vida de mulheres: escrevam! De forma exaustiva, relatem e levantem a poeira escondida debaixo do tapete patriarcal de anos em subalternidade e submissão ao que é imposto, em que muitas não possuíram oportunidades ou estímulos para que uma história diferente fosse então feita. É necessário voz, balbúrdia,

escarcéu e presença mediante a conjunção de letras que se tornam palavras, palavras que se tornam escritas e escritas que se tornam compromisso com a vivência de alguém que passou e que de alguma forma, ainda jaz aqui.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo I: fatos e mitos**. Tradução: Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

DUARTE, Constância; NUNES, Isabella (org). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução: Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

AHMED, Sara. **Estraga-prazeres feministas (e outras sujeitas voluntariosas)**. Revista ECO-Pós, 2020, Vol.23 (3), p.82-102.

O DESPRESTÍGIO DA MULHER NOS LARES BRASILEIROS

Nathalya Araújo

O PAPEL SOCIAL DAS MULHERES VEM SENDO CUSTOSAMENTE MUDADO através das décadas no cenário nacional e internacional. No entanto, mesmo após anos de luta por igualdade no campo profissional e social, este cenário de desvalorização fica cada vez mais escancarado, principalmente nos lares brasileiros. São elas, as donas de casa desse nosso país, aquelas responsáveis pela educação, manutenção e muita das vezes pelo sustento de seus lares, as esquecidas e preteridas, por seus próprios familiares e pela sociedade.

Evidenciamos a necessidade de falar sobre esse assunto quando na fase de elaboração de redação, de um dos maiores exames de ingresso universitário do país, o Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM, versa sobre a temática *Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho e do cuidado realizado pela mulher no Brasil*.

A invalidação do trabalho exercido pelas mulheres, conhecido por trabalho doméstico, é notória, e, o Exame Nacional, representando a mentalidade social de pesquisadoras e pesquisadores, comunica que estamos nos isentando de uma discussão necessária há anos, nos colocando em um papel de omissão enquanto deveríamos entender o funcionamento de uma rotina doméstica quase sempre conduzida por mulheres que vivem a experiência do esquecimento.

Atos dessa natureza no campo da pesquisa marcam nossa “duplicância” e está associada à romantização do trabalho doméstico e principalmente ao machismo estrutural enraizado na nossa sociedade. Como por exemplo, nas divisões dos afazeres domésticos,

geralmente as atividades do lar são atribuídas muito mais às meninas do que aos meninos, isto é fato. Posteriormente, quando essas meninas se tornam mulheres, elas tendem a seguir essa mesma linha de raciocínio de que as obrigações domésticas relacionadas ao lar são única e exclusivamente de sua responsabilidade, por tanto sua obrigação.

Persistindo assim na mesma linha de raciocínio de suas mães, pois são elas que geralmente delegam as criações e obrigações de seus filhos. Nessa perspectiva a teorias da pensadora e estudiosa na área, Simone Beauvoir escritora do livro o segundo sexo , onde a autora aborda o papel feminino na sociedade contemporânea, e a persistência cultural da opressão e desvalorização do trabalho feminino, dentre estes o doméstico. Com a emblemática tese de que a mulher não nasce com o seu papel pré-definido, mas sim o adquire através da sua criação e introdução social. Indo contra os pensamentos vigentes na época, que afirmavam o impirismo nas divisões dos papéis sociais, de maneira que é da natureza feminina os afazeres domésticos e a educação dos seus filhos como sua única e exclusiva serventia.

Atribuindo-as um condicionamento interno , que as levará a uma continuidade no clico comportamento que fora oferecido a elas desde que se tornar ocinhas” , e passaram a ter um papel ativo nos seus lares , tornando-se assistentes de sua mãe am “m ou figura materna , deixando de ser a princesinha a quem não era delegado nenhum esforço.

Nesse sentido, observamos, que a romantização do trabalho doméstico é reproduzida principalmente na família , fortalecendo o modelo da família tradicional , É uma ferramenta chave para a disseminação do pensamento arcaico de que o papel da mulher no ambiente do lar é um dever exclusivamente feminino , portanto ,exerce atividades consideradas fáceis, sem complexidade e sua valorização é desnecessária e ambígua.

A prevalência desses discursos tem existência em todas as localidades e é muito forte nos interiores e pequenos distritos espalhados pelo país. E vários são os fatores impulsionadores , porém, o fator informacional não deve ser considerado isolado conforme é utilizado o pretexto da desinformação . A tecnologia no campo

da comunicação está proporcionando às novas gerações o poder da aquisição da informação, o conhecimento está em nossas mãos.

Todavia, como o fator informação não tem ação isolada, a este se associa a moral social conservadora, a lógica patriarcal, que reprime e oprime o lado que foi criado socialmente como o mais fraco e assim, desprovido de poder social, político e, em contrapartida, os homens são considerados o lado forte e tudo concorre para o apagamento da representatividade feminina mas a situação vem mudando.

No entanto, o mais impressionante, nesse caso de trabalho doméstico, é que até hoje.

A sociedade vem tomando tímida providência sobre o assunto, e assim, vale a pergunta: será que nossa militância é apenas para os temas de grande visibilidade? E as esquecidas. Jamais serão lembradas, ou sequer citadas? Onde estamos, nós, a juventude ativa? Nossos discursos são abrangentes apenas às temáticas feministas mais urbanas, excludentes à realidade das mulheres rurais, ribeirinhas? Esquecemos de nossas mães, avós, tias e vizinhas. Esquecemos daquelas que nos preparam o café, as que lavam nossas roupas, as que enxugam nossas lágrimas, porém choram em silêncio e no vazio do esquecimento velado pelas conveniências sociais.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DA MÚSICA “ELE BATE NELA” DAS CANTORAS SIMONE E SIMARIA

Marília Gabriela do Nascimento Domingos Lira

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA É UMA PROBLEMÁTICA QUE AFETA MUITAS mulheres em diversas localidades, as agressões são ocasionadas pelos companheiros e ex-companheiros das mulheres, ocorrem de várias formas desde fisicamente, psicologicamente e sexualmente na maioria das vezes o ambiente em que mais acontece as agressões são nas suas residências, gerando traumas que se perpetuam de muitas formas na vida das vítimas, o objetivo dessa pesquisa é trazer esse assunto para o campo do debate e colaborar com outras pesquisas acerca desse tema, a metodologia usada foi a análise de quatro trechos da música “*Ele bate nela*” das cantoras Simone e Simaria e outros artigos de pesquisadores no assunto, o corpus teórico na pesquisa fora, artigos das pesquisadoras e pesquisadores: Meneghel (2011), Santos (2022), Guimarães (2017), Wânia Pasinato (2008) e entre outros, os resultados que obtivemos ao fim da pesquisa foram que por mais que haja a Lei Maria da Penha para regimentar os casos de agressão feminina, ainda é exorbitante a quantidade de mulheres que ainda enfrentam esse problema.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica é uma problemática que milhares de mulheres enfrentam, cujas agressões são causadas geralmente por seus companheiros ou ex-companheiros, originando-se normalmente dentro dos seus lares e até mesmo fora deles, em que os agressores

encontram meios de as praticarem. A violência contra as mulheres se designa em graves formas de agressões físicas, sexuais, sérios danos psicológicos e em alguns casos, a morte.

Atualmente temos em vigor a Lei Maria da Penha de número 11.360/2006² responsável por determinar medidas que assegurem os direitos femininos, no que diz respeito à violência doméstica como aponta Meneghel (2011, p. 692), escrevendo que a referida lei “Fundamenta-se em normas e diretivas consagradas na Constituição Federal, na convenção da ONU sobre a eliminação de todas as formas de violência contra a mulher.”

Percebe-se que ao longo dos anos a discussão sobre esse tema vem ganhando um maior alargamento em pesquisas. Mesmo com tanta relevância no âmbito acadêmico sobre essa temática, ainda é assustador o número de mulheres agredidas e mortas no Brasil diariamente.

A partir de pesquisas e leituras feitas sobre a temática do feminino, propõe-se, neste artigo, realizar-se uma análise crítica com base na música “*Ele bate nela*” das cantoras Simone e Simaria, discutindo trechos da música que apresentam fatores de agressão física, aspectos que afetam psicologicamente as mulheres que sofrem violência, refletindo sobre a vida dessas mulheres depois das agressões que vivenciam.

O artigo será organizado segue em duas seções: na seção 1 trabalhar-se-á a fase inicial do relacionamento abusivo e a luta contra a violência doméstica. Na seção 2, analisar-se-á a violência doméstica: mulheres que sofrem violência física e violência psicológica, tendo como aporte metodológico a música “*Ele bate nela*” das cantoras Simone e Simaria juntamente com pesquisas sobre o tema.

2 FASE INICIAL DO RELACIONAMENTO ABUSIVO E A LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

No ano de 2014 as cantoras Simone e Simaria lançam a música “*Ele bate nela*”, composta pela cantora Simaria. A música faz uma reflexão acerca de uma mulher que conhece um homem e acredita que ele era especial, e que teria um relacionamento saudável e feliz. No entanto,

2 Cf. **Lei Maria da Penha nº 11.360/2006**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 11 dez. 2023.

isso não ocorre. O relacionamento torna-se abusivo, tendo muitas violências e agressões.

A seguir, observa-se o primeiro trecho da música:

Era uma moça
Uma moça muito especial
Que namorava um cara
Que também parecia ser especial
Ele demonstrava
Ser um homem diferente (Diniz; Costa, 2014).

Com base nesse trecho, percebe-se que o relato do início de um relacionamento, destacando-se primordialmente os aspectos de cada personagem da canção, uma moça sendo refletida na canção como aquela que sonhava com um relacionamento que a fizesse feliz e um homem que apresentava características de um companheiro sincero; apto para uma relação afetiva sem abusividade.

De acordo com Santos (2022, p. 119),

Conhecer o perfil psicológico dos agressores conjugais, bem como de suas vítimas é de grande importância pois através desses padrões, seriam estabelecidas diversas explicações quanto à perpetuação desses comportamentos na vida de muitas mulheres e família. Além do mais com esse conhecimento, poderiam ser desenvolvidos programas de prevenção mais adequadas e eficazes.

A respeito da citação acima, o autor observa que ao conhecer ambos os perfis da vítima e agressor, é possível entender os motivos levados às agressões e, também, encontrar maneiras de combater essas violências que são muito recorrentes.

A seguir, será analisado o segundo trecho da canção:

E ele demonstrava amor

E jurava que nunca te enganou
Que seria sempre um anjo na vida dela
Que nunca maltrataria ela
E ela confiou
E entregou todo o seu amor
E esse cara com um tempo
A sua máscara quebrou (Diniz; Costa, 2014).

De acordo com esse trecho da música, testemunha-se que no limiar da relação do casal, houve promessas de fidelidade, de cumplicidade, de afeto por parte do homem para com a mulher. Entretanto, tudo mudou e esse homem revelou esconder características desconhecidas para a cônjuge.

Nas leituras de Santos (2022, p. 121), o pesquisador estuda a violência doméstica, de modo especial, fatores que têm grande influência no entendimento do ciclo de agressão praticado por ofensores, em que “[...] as características individuais que podem ser citadas como exemplo, encontra-se o fato que algumas pessoas possuem o sentimento de poder, ciúmes, atitudes possessivas para com o outro”.

A violência feminina também tem raízes profundas dentro do próprio sistema patriarcal, no qual o controle da mulher é o ponto principal, tendo sempre o homem como aquele que não deve ser contrariado, ratificando a submissão feminina. Em casos de agressão, as mulheres se sentem reprimidas, normalizando tais práticas.

As pesquisadoras Oliveira e Abreu (2022, p. 19) escrevem que as mulheres “Conquistaram, através desses movimentos, o reconhecimento legal, exemplificado na Lei Maria da Penha”. A partir dessa citação, percebe-se que o feminismo é um elemento importantíssimo na luta pelos direitos das mulheres e que o movimento possibilitou a visibilidade no cumprimento da lei para ajudar as mulheres que enfrentam os mais diversos tipos de violências.

A autora Wânia Pasinato (2008, p. 533) registra, a respeito da Lei Maria da Penha, que

A partir da aprovação da Lei Maria da Penha em Agosto de 2006, que esse reconhecimento social

ganhou novos contornos e a violência doméstica e familiar contra a mulher deixou de ser um tema acadêmico ou das pautas feministas e do governo para tornar-se conhecido por toda a sociedade Brasileira.

Acerca da citação acima, infere-se que com a Lei Maria da Penha a violência doméstica começou a ser tratada como um problema que afeta muitas mulheres, e que precisava ser visto como um crime. Antes de essa lei existir, a temática da agressão contra as mulheres já se encontrava presente no âmbito acadêmico, nos movimentos feministas ou por parte governamental, não tinham emendas que fizessem os agressores serem punidos desse crime imenso que afeta tantas mulheres.

Segundo Guimarães *et. al.* (2018, p. 1992) ela nos informa um ponto muito importante na luta contra as agressões femininas: “O sucesso do controle da violência contra mulher depende da participação social em entender a complexidade do problema, para que a sociedade fique menos omissa diante dos casos de agressão.” Com base nesta citação, verifica-se que a própria população, de modo geral, também contribui para a diminuição desse problema, ao compreender a gravidade e, sobretudo, não se calando diante da denúncia.

Os dados de mulheres que enfrentam agressões são gritantes e assustadores. A autora Guimarães *et. al.* (2018, p. 1993) informa algumas porcentagens, quando alerta que

Um estudo realizado numa Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres no estado do Rio Grande do Sul, usando 902 ocorrências policiais, mostrou que a faixa etária das mulheres se situou entre 20 e 29 anos (39,0%) seguida da correspondente a 30 e 39 anos (26,0%). Referente a escolaridade das mulheres, o estudo observou, que 63,2% das mulheres agredidas cursaram o ensino fundamental incompleto ou completo e 52 mulheres (5,8%) possuíam o nível superior, demonstrando

que a violência ocorre entre pessoas de diferentes graus de instrução.

Com base no que foi dito no trecho anterior, é possível analisar que a violência de mulheres ocorre em vítimas femininas das mais variadas faixas etárias e níveis de escolaridade, e que não é uma problemática que atinge apenas uma característica feminina, mas sim várias identidades.

De acordo com Guimarães *et. al.* (2018, p. 1995) ela nos diz que:

Destaca-se a importância do desenvolvimento de estratégias políticas das quais detectem precocemente casos de violência doméstica contra a mulher, assim como ofertem aos profissionais de múltiplas áreas de atuação treinamentos para este fim, e possibilitem melhor articulação com a rede de assistência, prevenindo então o surgimento de novos casos e os impactos negativos que esse fenômeno pode trazer em caráter individual.

A autora nos informa a importância em ter emendas que auxiliem no combate à violência de mulheres e cita, também, alguns pontos que devem ser levados em consideração, como quando fala em treinamentos aos profissionais para atuar neste fim e entre outros informes.

3 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: MULHERES QUE SOFREM VIOLÊNCIA FÍSICA E VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

O terceiro trecho da música que será discutido, traz imagens de como a ação agressora é praticada contra a personagem da canção ora abordada:

E agora ele bate, bate nela e ela chora
Querendo voltar pros braços de sua mãe
E agora
Eu tô sem saída

E se eu for embora
Ele vai acabar com a minha vida (Diniz; Costa,
2014).

A letra da música registra que a mulher da canção sofre violência física por parte do companheiro. A personagem feminina tem o desejo de sair dessa situação e voltar para a casa da mãe, no entanto, encontra-se diante de uma barreira, uma vez que sofre ameaças de morte vindas do parceiro caso decida ir embora. Esses são aspectos identificados com muita frequência, no que diz respeito a violência contra as mulheres. O desrespeito, as agressões tanto físicas quanto psicológicas, e em alguns casos a morte de mulheres, são fatores que marcam todo esse contexto de violência presentes na canção.

No que diz respeito à violência sofrida por mulheres, Guimarães *et. al* (2018, p. 1995) escreve que

A violência contra a mulher acontece principalmente no âmbito doméstico, onde o agressor, na maior parte das vezes, é um familiar, cônjuge ou parceiro íntimo. Tais agressões repercutem negativamente, não só na vida da mulher, mas também na dos seus familiares forma imediata ou tardia, tendo repercussões que vão além das lesões corporais.

A citação acima se refere ao local onde geralmente acontece as violências. Na repercussão que as agressões tomam, estendendo-se da vítima até aos seus familiares, os danos gerados são maiores do que as lesões na pele, afetando psicologicamente cada mulher de maneira diferente.

Oliveira e Abreu (2022, p. 22) enfatizam que “Os agravos no âmbito físico são: socos, queimaduras, cortes, escoriações, tentativa de asfixia e rompimentos de ossos do corpo, principalmente da face.” Essas informações são referentes aos tipos de violências sofridas pelas mulheres.

Um aspecto de grande importância situado por Oliveira e Abreu (2022, p. 21) foi “As mulheres relataram que os filhos presenciavam

as situações e sofriam com a violência que acontecia com as mães na própria residência”. Entende-se, com isso, que nesses casos de agressões os filhos também têm grande abalo psicológico, visto que em suas casas, que deveriam simbolizar o conforto e estabilidade familiar, encontram um ambiente desequilibrado e tumultuoso.

Segundo a autora Amaral *et. al.* (2016, p. 12),

As mulheres abrigadas trazem marcas de violência vivida por meio da força física, muitas vezes estampada em hematomas e, outras vezes invisíveis e imperceptíveis a olho nu, passando despercebidas pela equipe profissional da Casa do Caminho.

Esse trecho informa que as mulheres que são acolhidas nas casas de apoio muitas vezes chegam com marcas visíveis no corpo e, em algumas vezes, essas marcas não são vistas pelas equipes que as atende. Nessa citação, a autora nos diz que esse fato ocorreu em uma casa de apoio chamada *Casa do Caminho*.

Em relação aos motivos que fazem muitas mulheres não denunciarem os seus agressores, elencamos três: **a)** a dependência financeira, pois na sociedade em que vivemos, o fardo de cuidar da casa e dos filhos é de responsabilidade feminina, ficando o título de chefe da casa para os homens; nisso muitas mulheres não conseguem sua estrutura financeira, **b)** outro fator é a dependência emocional, pensar que será impossível viver sem o agressor, **c)** por último o medo das ameaças e de ser morta pelo agressor.

De acordo com Guimarães *et. al* (2018, p. 1989),

No tocante a violência psicológica, as vítimas sofrem com humilhações e xingamentos por parte dos companheiros que cometem esse tipo de agressão no intuito de denegrir a imagem da mulher.

Percebe-se que assim como a violência física, a violência psicológica pode afetar imensamente a vida das mulheres, deixando-as com uma visão distorcida sobre elas mesmas, acarretando baixa

alto-estima, entre outros problemas.

Guimarães *et. al.* (2018, p. 1992) nos relata: “A violência contra a mulher constitui fator de risco para o surgimento de doenças físicas e mentais, podendo levar a pessoa agredida à invalidez parcial ou total, ou em muitos casos à morte.” Esses aspectos trazidos pela autora são elementos presentes nos casos de violência doméstica, em que a vítima tanto pode sofrer com transtornos mentais, quanto fisicamente.

As motivações, em alguns casos, que levam à ocorrência das agressões é o sentimento de posse em que a maioria dos homens em relacionamentos abusivos sentem com as suas mulheres. A partir disso, originam-se atitudes agressivas que vão desde agressões psicológicas até as agressões físicas.

Muitas mulheres, ao vivenciarem agressões, tanto atuais quanto passadas, se sentem abaladas, deixando de se cuidarem, ficam depressivas, têm muitos traumas e não conseguem viver de forma saudável, à medida que carregam com elas, bagagens cheias de sofrimento e dor. São os resquícios que a violência doméstica deixa. Em cada mulher, uma seqüela diferente.

A autora Guimarães *et. al.* (2018, p. 1994) revela que:

O sofrimento mental das mulheres vítimas de violência pode ser destacado por sintomas de depressão, pensamentos repetitivos, ideias paranoides, somatização de problemas, ansiedade, hostilidade, entre outros. Essas mulheres muitas vezes necessitam de ajuda especializada não somente do ponto de vista jurídico para interrupção das agressões, sobretudo de auxílio psicológico para a compreensão do seu estado emocional e de sua própria resolução de problemas.

A citação acima refere-se que as mulheres que passam por agressões violentas têm o seu sistema psicológico totalmente abalado, necessitando não apenas do aparato da justiça para a resolução das violências sofridas, mas também de ajuda psicológica para conseguirem

lidar com essas situações.

O quarto e último trecho analisado da canção é o seguinte:

aaaaai, aaaaai

Quanta dor eu sinto no meu peito

Devia ter feito as coisas direito (Diniz; Costa, 2014).

Ao analisar esse trecho da música, infere-se que a mulher, alvo da agressão sente-se culpada pela situação de violência que está enfrentando, demonstrando tristeza e arrependimento.

Oliveira e Abreu (2022, p. 24) observam que “O agressor passa a realizar violência psicológica com a vítima, quando a mulher passa a interpretar como algo que fosse culpa dela para justificar tal comportamento do agressor.” A partir disso, compreende-se que através desse ponto, muitas mulheres se julgam culpadas, ou seja, fizeram coisas que foram contrárias aos agressores e, por esses motivos, eles as batem, gerando assim um conflito psicológico e traumático para as vítimas.

Por conseguinte, a violência doméstica traz uma série de riscos, os quais se podem observar, a saber: consumo de bebida alcoólicas sendo “tragadas” como meio de esquecer o sofrimento, suicídio, baixa autoestima, estresse, depressão, infecções vaginais, distúrbios do sono e da alimentação, fortes dores na cabeça, doenças cardíacas e outros distúrbios mentais, com os maus tratos as mulheres vão ficando enfraquecidas e desgastadas (Oliveira; Abreu, 2022).

Em relação ao agressor em função da vítima, pode-se perceber que para atingir o seu objetivo, ele age rapidamente por meio de atitudes violentas com a vítima, sendo visto como métodos eficazes para os homens agressores, fazendo disso um meio de coagir as mulheres vítimas a fazerem o que eles propõem (Santos *et. al.*, 2023).

Guimarães *et. al.* (2018, p. 1995) aponta que

Quando nos referimos a perda da auto estima, esses danos são causados de diferentes formas como a privação da liberdade de realizar atividades cotidianas como trabalho, estudo, contato com a

família e amigos, humilhações, ameaças de agressões e xingamentos.

Referente ao trecho acima, analisa-se que a perda da autoestima está ligada à privação da liberdade que ocorre com algumas mulheres, as quais todas as atividades que tinham prazer em realizar são proibidas de serem feitas.

No atendimento às mulheres vítimas de agressões, é extremamente importante que haja atenção em cada caso; um acolhimento abrangente cuja escuta seja de maneira sutil, fazendo disso meios que as mulheres se sintam bem assistidas e seguras em cada local de acolhida.

Em última análise, infere-se que socialmente existe uma desigualdade imensa quando o assunto é gênero feminino e gênero masculino. Além disso, essa temática também é um fator que gera uma invisibilidade em determinados casos de violência doméstica, banalizando essas situações que inúmeras mulheres enfrentam em todos os lugares.

É importante sintetizar que as violências psicológicas sofridas pelas mulheres afetam suas formas de se relacionar com as pessoas, seja com familiares, amigos, filhos e entre outras pessoas, gera um desconforto, uma desconfiança, em alguns casos optam por se isolarem, ficando introvertidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica é uma problemática que deve estar inserida no campo do debate, pois muitas mulheres infelizmente enfrentam essa realidade todos os dias, uma realidade cruel e que tanto gera traumas, desconforto e afeta de forma exorbitante não apenas fisicamente, mas psicologicamente também.

Em alguns casos, a violência chega a roubar vidas, dilacerar famílias e destruir os sonhos de tantas mulheres. Não estamos falando de números ou porcentagens notificadas em sites ou jornais policiais, mas sim de mulheres que precisam serem ouvidas e terem o máximo de atenção possível para a diminuição desse problema que vem crescendo.

Ao discutirmos essa temática neste artigo, tivemos como objetivo geral relatar, através da música das cantoras Simone e Simaria, juntamente com pesquisadoras e pesquisadores, pontos que muitas vezes não são debatidos, situar o quanto essa violência gera aspectos negativos na vida das mulheres, buscando alargar as discussões sobre o assunto e expor o quanto existem aspectos fortes em torno dessa problemática.

Percebemos com isso, que mesmo que haja a Lei Maria da Penha para regimentar os casos de violência doméstica, as agressões continuam. Muitas mulheres sofrem no silêncio de suas casas, é preciso que mediante a lei, outras formas de prevenção ocorram, que na mídia esse assunto seja mais explorado, que haja um aumento em investimentos governamentais para a melhoria desse problema e que as mulheres tenham mais apoio psicológicos em cada localidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Luana Bandeira de Mello et al. Violência doméstica e a Lei Maria da Penha: perfil das agressões sofridas por mulheres abrigadas em unidade social de proteção. Estudos feministas, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 521-540, maio/ago. 2016.

DINIZ, Simone Mendes R.; ROCHA, S. M. Ele bate nela. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/simone-simaria-as-coleguinhas/ele-bate-nela/>. Acesso em: 11 dez. 2023.

GUIMARÃES, R.C. S. et al. Impacto na autoestima de mulheres em situação de violência doméstica atendidas em Campina Grande, Brasil. Rev Cuid, 2018; 9(1): 1988-97. <http://dx.doi.org/10.15649/cuidarte.v9i1.438>.

MENEGHEL, Stela N.; MUELLER, B. et al. Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero. Ciência & saúde coletiva, Rio de Janeiro, RJ. Vol. 18, n. 3 (mar. 2013), p. 691-700

OLIVEIRA, Antônia L. X. de; ABREU, Leidy D. P. de. Violência

doméstica: um estudo com mulheres atendidas no centro de atenção psicossocial. *Cadernos ESP*, Fortaleza-CE, Brasil, v. 16, n. 1, p. 18–26, 2022. DOI: 10.54620/cadesp.v16i1.543. Disponível em: <https://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/543>. Acesso em: 12 dez. 2023.

PASINATO, Wânia. Oito anos de Lei Maria da Penha. Entre avanços, obstáculos e desafios. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 533-545, maio/ago. 2015.

SANTOS, Ricaro Luis dos; SOUZA, Morgana de Oliveira; MARCOLIN, Luisa de A. Violência doméstica: análises de perfis psicopatológicos e psicossociais de agressores conjugais. *Revista DI@LOGUS*, Cruz Alta, v. 11, n. 3, p. 117-133, set./dez. 2022

A NOÇÃO DE PROPRIEDADE, A MORTE FÍSICA E SIMBÓLICA DAS MULHERES: O CASO DO FEMINICÍDIO

Mauriene Freitas

ENSAIANDO UM DEBATE

O presente ensaio intenciona discorrer sobre os aspectos sociológicos que estão contidos na temática do feminicídio. Fazendo uma breve pesquisa bibliográfica, constatamos que normalmente esse tema é abordado, majoritariamente, sob a perspectiva jurídica (Façanha, 2021; Barros, 2021; Figueiredo, 2023). Não obstante as obras que divergem desse padrão, nosso objetivo nesse texto é trazer uma rápida síntese do que é feminicídio, suas especificidades, um histórico de aprovação da lei brasileira que a define para a justiça e algumas reflexões sobre o tema, sempre interseccionando com a Lei Maria da Penha e, em especial, com dados sobre o feminicídio na Paraíba.

Após a familiarização dessa qualificadora, discutiremos os ritos das violências, sejam eles físicos e simbólicos, pelos quais as vítimas de feminicídios são submetidas e quais as possíveis interpretações sobre essa questão. Por fim e no cerne do nosso ensaio, apresentaremos nossa tese de noção de propriedade da existência feminina, ancorada na categoria de reificação ou coisificação. Para isso faremos uma breve discussão sobre o tema e explanaremos nossa defesa do assunto estabelecendo as convergências dos tópicos.

A LEI DO FEMINICÍDIO NO BRASIL

A lei do feminicídio surgiu como desdobramento da Lei 11.340 de 2006, conhecida também como Lei Maria da Penha, que estabelece

os cinco tipos de violência contra a mulher - psicológica, física, sexual, patrimonial e moral - além de estabelecer medidas protetivas judiciais que visam inibir a reincidência dos agressores e resguardar as vítimas. Após uma década, a sociedade brasileira fez um balanço e constatou que a Lei Maria da Penha foi um avanço no histórico na luta das mulheres do Brasil, mas que ela não consegue sozinha inibir as práticas violentas contra as mulheres.

A partir de 10 de março de 2015, entrou em vigor no Brasil a lei 13.104/2015 que trata do feminicídio. No entanto, as leis são um conjunto de normativas punitivas que regulam e regulamentam as condutas sociais. Ela não são, necessariamente, instrumentos pedagógicos para transformação de comportamentos coletivos. Portanto, a aprovação de uma lei pode inibir algumas condutas e, é claro, estabelecer punições, mas ela em si mesma, sozinha, é incapaz de ter a força de transformação de práticas sociais de um determinado grupo ou mesmo de uma sociedade.

Mata-se mulher desde o início do tempo sob as mais diversas justificativas, com os mais diversos instrumentos e das mais diversas formas possíveis. Essa morte pode ser física e também simbólica. Neste último caso, ela se inicia ainda em vida, ao ser submetida os diversos tipo de violências previstas na Lei Maria da Penha³. A cada agressão, fala passiva agressiva ou gesto reativo, partes de uma mulher vai morrendo silenciosamente. A morte pode começar por sua autoestima, passar pelo desequilíbrio de suas emoções e racionalidade, privação de recursos financeiros, culminando na completa apatia que resulta no soterramento de suas subjetividades quanto indivíduo. Por se caracterizar pelo flagelo da dor lenta e gradual, ela não se finda em si mesmo na morte física. Nos casos de feminicídio, a morte simbólica perpetua durante todo o processo judicial. Falaremos sobre esse método de tortura da vítima mesmo após sua morte física mais adiante no texto.

No plano material, hoje no Brasil temos a Lei do Feminicídio para arbitrar sobre a morte física das mulheres. Assim, é lido como feminicídio a qualificadora de homicídio cometido contra as

3 Verificar capítulo 2, o artigo 7 da lei 11.340/2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm

mulheres, ou seja, o assassinato de mulheres motivado pela condição existencial deste ser humano: ser do sexo feminino e suas implicações da construção social desta categoria.

É importante lembrar que a lei não discorre sobre o conceito do que é ser mulher e tão pouco abrange a amplitude do conceito das mulheridades. Assim, a Lei do Femicídio ainda se limita, na letra da lei, as mulheres cis - ou seja, aquelas mulheres que se identificam com o gênero que é designado quando nasceram, aquelas em que são associadas compulsoriamente ao sexo biológico. Desta maneira, conforme esta lei, é estabelecido que a noção de sexo feminino está condicionado a presença biológica da vagina. Essa discussão - de ampliação no contexto da lei do conceito de sexo para gênero - infelizmente foi perdida à época da votação na casa legislativa. Para conseguir os votos necessários para a aprovação da matéria, por imposição da bancada conservadora, à época chamada de Bancada da Bíblia, foi substituído o termo gênero por sexo, o que na prática excluiu as mulheres trans e travestis do escopo da lei⁴.

No entanto, em movimento oposto, temos uma vitória na inclusão das mulheres trans e travestis no rol de protegidas pela Lei Maria da Penha desde abril de 2022 no qual o STJ⁵ teve o entendimento de que mulheres transgêneros também estão contempladas na proteção da lei contra a violência doméstica ou familiar.

2.1 FEMINICÍDIO NA PARAÍBA

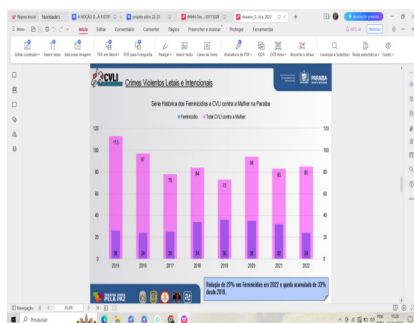
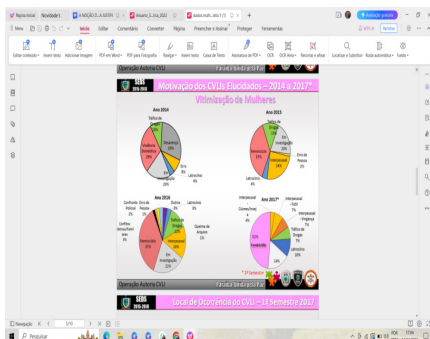
Devido aos altos índices de feminicídios cometidos no país, o Brasil ocupa a posição de quinto lugar no *ranking* mundial sobre a questão. Segundo pesquisa da ONU Mulheres, publicada em 2016⁶, para cada 100 mil mulheres brasileiras, 4,8 são vítimas deste crime. Em nossa

4 Ver matéria sobre a discussão em: <https://jornalcomunicacao.ufpr.br/lei-do-femicidio-e-aprovada-mas-populacao-trans-nao-e-amparada-na-mudanca-do-codigo-penal/>

5 Ver matéria sobre a discussão em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/29012023-Sexta-Turma-estendeu-protacao-da-Lei-Maria-da-Penha-para-mulheres-trans.aspx>

6 Dados da pesquisa disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf

realidade local, o Estado da Paraíba, segundo dados da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social, nos anos de 2015, 2016 e 2017, foram registrados como a maior causa de mortes violentas entre as mulheres paraibanas, o feminicídio, como mostra o gráfico abaixo, o feminicídio⁷.



Com o passar dos anos e com a popularização da pauta feminista na sociedade, os crimes contra a mulher obtiveram maior atenção dos meios de comunicação. Hoje, no ano de 2023, temos dados oficiais mais consubstanciados sobre o assunto. Vejamos acima a série histórica que vai de 2019 a 2022 que quantifica os casos de feminicídios ocorridos no Estado⁸, e que nos dá uma melhor clareza de

7 Anuário divulgado pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Pessoal em 2017 e 2022.

8 Anuário da Segurança Pública da Paraíba 2022. Disponível em: <https://sites>.

panorama da situação local.

2.2 O FEMINICÍDIO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB

A universidade é apenas mais um recorte da sociedade e, como tal, reflete as problemáticas que encontramos no cotidiano. No caso do feminicídio, não é diferente. Oficialmente há três registros de vítimas de feminicídio em nossa comunidade acadêmica. O primeiro e mais estarrecedor foi o assassinato da professora Brígida Lourenço, docente do curso de arquivologia do *campus* V- João Pessoa⁹.

Em 19 de junho de 2012, Brígida foi estrangulada, aos 28 anos, por seu ex-marido e pai de sua filha em seu próprio apartamento, pois este não aceitava o término da relação. O caso gerou grande comoção na comunidade acadêmica do *campus* V e em decorrência deste crime, foi fundado na instituição o coletivo feminista com seu nome. À época, ainda não havia a tipificação do crime de feminicídio, algo que só ocorreria três anos depois, mas por ser um caso que traumatizou toda a comunidade acadêmica e fomentou debates nessa área, é lembrado como o primeiro caso de feminicídio que atingiu a instituição. A data de sua morte também é a data estadual de combate ao feminicídio no Estado do Paraíba, pois após a tragédia, colegas e alunos se mobilizaram e conseguiram, via articulação política com o então Deputado Estadual Raniery Paulino, a aprovação da Lei na Assembleia Legislativa lei 11.166/2018. Em 2019 a Instituição criou o Observatório do Feminicídio da UEPB que se dedica as questões das mais diversas violências de gênero e na sequência, este espaço também foi batizado com seu nome. O assassino foi condenado há 17 anos no regime fechado, mas desde 2017, elegando questões de saúde, está em prisão domiciliar. Contudo, em 2022, o irmão da vítima, Ikaro Azevedo, fez postagem em suas redes sociais, denunciando a presença do assassino num aniversário infantil em um shopping de João Pessoa.

A segunda vítima foi a aluna de biologia também do *campus*

[google.com/view/anuariosesds/downloads](https://www.google.com/view/anuariosesds/downloads)

9 Para ver a notícia, acesse: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/09/em-juri-popular-fotografo-acusado-de-matar-professora-diz-que-amava.html>

V- João Pessoa Saara Rodrigues, à época com 27 anos¹⁰. Em 10 de julho de 2016 ela foi assassinada por tentar defender a amiga, com quem dividia o apartamento no bairro do Geisel, da agressão do ex-marido. Saara era natural de Guarabira mas morava em João Pessoa para estudar e foi atingida por dois tiros, um nas costas e outro no peito, além de ter sido esfaqueada no braço esquerdo dentro da própria casa. Nesse caso, o feminicídio seria da categoria “cruzado” ou como descreve a ONU Mulheres - feminicídio de “conexão” pois a vítima atravessou o caminho do assassino para defender outra mulher. O assassino fugiu e, anos depois, ainda não conseguimos achar registro de sentença do acusado.

A terceira vítima é um dos mais recentes casos do Estado. Rayssa Sá, aluna do curso de direito do *campus* III- Guarabira, foi assassinada aos dezenove anos, a tiros, por seu ex-companheiro por não aceitar o término do relacionamento¹¹. O crime aconteceu em 21 de setembro de 2023, um pouco mais de um mês da data em que está sendo escrito esse texto. Diferente das duas vítimas anteriores, a sociedade hoje tem mais clareza sobre os tipos de violências cometidas contras as mulheres e as formas de se proteger. No caso de Rayssa, ela já estava com medida protetiva contra o agressor - um dispositivo existente na lei Maria da Penha- e havia relatos de que a vítima já havia sofrido diversos tipos de violências descritas na lei, além da agressão física sofrida que a deixou inconsciente e que impulsionou o pedido de separação e a solicitação de medida protetiva.

O crime teve grande repercussão estadual pelas nuances, pois familiares da vítima relataram que ela foi desestimulada por agentes de segurança a prestar queixa contra o acusado porque o assassino era Secretário de Comunicação da Prefeitura de Belém, cidade localizada no Brejo paraibano, e sua sogra, mãe do acusado, era Prefeita do

10 Para ver a notícia, acesse: <https://www.clickpb.com.br/Policial/policia-prende-suspeito-de-assassinar-estudante-que-foi-morta-por-defender-amiga-207386.html>

11 Para ver a notícia, acesse: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/09/22/vitima-de-feminicidio-conseguiu-medida-protetiva-uma-semana-antes-do-crime-e-foi-ameacada-ate-ao-fazer-bo-vou-deixar-sua-filha-sem-mae-e-sem-pai.ghml>

mesmo município. Em decorrência desse fato, a morte simbólica de Rayssa se inicia ainda em vida, ao ser submetida as diversas formas de agressão e violência sofridas no processo, passando por sua morte física - com o feminicídio propriamente dito.

Chama atenção o retorno ao calvário da sua simbologia horas após sua morte física, pois a cidade em que a mãe do acusado ocupava cargo no poder executivo decretou luto oficial por três dias para prestigiar o assassino, que foi velado na Câmara Municipal da cidade - na sequência o feminicida cometeu suicídio - promovendo um processo de revitimização da Rayssa, tirando o direito ao luto de sua família, incluindo a filha do casal de 1 ano de idade.

Assim, o poderio da estrutura social que protege o acusado, mais uma vez, mostrou sua força e se impôs. Ela submeteu aos ascendentes e descendentes de Rayssa essa humilhação pública, utilizando as estruturas governamentais, nos ritos fúnebres, concedendo honras ao assassino de mulher e, desta forma, mandando uma clara mensagem para a sociedade paraibana de que ser assassino de mulheres é um delito menor. Foi mais uma forma de matar Rayssa e infligir à sua família. Foi, para além da morte física, a morte simbólica dessa jovem, em todas suas dimensões.

2.3 ESMIUÇANDO A LEI

A sociedade brasileira conseguiu aprovar mais uma lei que tenta combater a violência de gênero numa tentativa de sanar a redução dos altos índices brasileiros de morte de mulheres. Para a lei brasileira, o feminicídio é uma qualificadora do crime de homicídio motivado pelo desprezo da condição feminina. Esse crime se configura como crime de ódio, de feição misógina e sexista, para um determinado sexo. O feminicídio é classificado em duas modalidades: íntimo e sexual.

O feminicídio íntimo ou doméstico também conhecido como “crônica de uma tragédia anunciada” é uma das últimas e mais brutais violências sofrida por uma mulher. É comum, ao analisarmos os inquéritos que tratam deste crime, constatarmos que os acusados, na maioria das vezes, em seus depoimentos, se antecipam e afirmam categoricamente que nunca infligiram violência física à vítima

anteriormente. É surpreendente que para a maioria dos acusados e acreditamos que para a sociedade em geral, que apenas a agressão física seja considerada violência. No entanto, segundo a Lei Maria da Penha, existe outros tipos de violências como nos mostra a página do Instituto Maria da Penha - física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

O feminicídio íntimo ou doméstico é o mais recorrente e recentemente vem recebendo atenção da mídia pois está amplamente veiculado nos noticiários. Esse movimento é resultado das lutas estabelecidas pelo movimento feminista desde o final da década de 60 que com o *slogan* “o pessoal também é político” puxou para a esfera pública as problemáticas da esfera privada.

Com isso, dentre as várias bandeiras, essa iniciativa que combate o silêncio das mulheres frente à violência doméstica estimulando a denúncia, se contrapõe a cultura popularizada no Brasil que, sintetizada no ditado popular “em briga de mulher não se mete a colher” intenciona jogar para debaixo do tapete as ocorrências de violências domésticas, vem dando resultados, pois cada vez mais percebemos o crescimento de mulheres que não se calam e denunciam seus agressores.

Décadas depois, após muitas lutas e campanhas de conscientização, as mulheres hoje estão mais propensas a denunciar as violências, o Estado, em vários casos, já oferece uma rede de assistência especializada para proteção das vítimas, como na Paraíba temos a REAMCAV - Rede de Atenção as Mulheres em Situação de Violência Doméstica. Nos parece que a mídia agora superou o *tabu* que era veicular os crimes da esfera doméstica e, de certa maneira, reconhece hoje a emergência de veicular essas notícias de violências. A exposição de casos na mídia, em determinado nível, pode até exercer uma função pedagógica, já que pode fomentar o debate público, na esfera pública, das problemáticas da esfera privada, como acontece nos casos de feminicídios íntimos.

Neste tipo de feminicídio, a vítima obrigatoriamente já apresenta um histórico de agressões, ou como a ONU Mulheres afirma “parte de um *continuum* de violências” - dentro das violências tipificadas na Lei Maria da Penha - e seu agressor goza ou já gozou de intimidade

ou algum tipo de relação de proximidade e/ou afetiva com a vítima. Neste caso, as vítimas não se limitam apenas as parceiras ou ex-parceiras. Em diversos casos, também podem ser vítimas quaisquer pessoas, especialmente do sexo feminino, que se interpuser na história, as chamadas “vítimas cruzadas/conexões”. Pode ser um familiar que se propõe a proteger a vítima, amiga, vizinha ou mesmo desconhecida.

Os descendentes, bem como os ascendentes também podem ser vítimas da fúria do assassino, já que são vistos como um prolongamento da vítima, podendo ser instrumentos ou caminhos para infligir dor na vítima, ou estarem atrelados a noção e propriedade que a mãe/mulher está inserida. Também podem ser compreendidos como uma tentativa de apagar da presença do mundo a vida daquela mulher e de seu círculo biológico, sejam pais ou filhos. Não basta cortar uma árvore do pomar, é preciso destruir todo bosque para que daquela filiação genética nada nasça, nada prospere.

Para esses casos, a lei prevê um aumento da pena em 1/3 para o acusado. Outros casos estabelecidos em lei que prevêm esse acréscimo é o fato da vítima estar em gestante ou até três meses após o parto. Também é acrescido pena se for constatado que a vítima é menor de quatorze anos, maior de sessenta anos ou deficiente física.

Entendemos, a partir da recorrência do feminicídio íntimo, que a zona de morte está localizada ou orbitando no domicílio destas mulheres. A esfera privada, aquela onde se constroem as mais tenras subjetividades e os afetos - e a esfera que por muitos anos foi o local de atuação limitado exclusivamente para as mulheres, se configura como um espaço de insegurança, violências, medo e morte. As mulheres não estão seguras nem mesmo dentro das suas casas.

No outro extremo, temos a esfera pública, o espaço de atuação da vida social e da cidadania. Se a casa/lar é a representação da esfera privada, a rua é a representação de esfera pública. E é preciso lembrar que sobretudo aí as mulheres não estão seguras e é a partir deste local que surge a segunda categorização deste crime. No feminicídio sexual, ao contrário do primeiro tipo de feminicídio, não existe necessariamente a pré-existência de uma relação entre a vítima e o agressor, mas é aquele crime em que o acusado agride a vítima pelo

simples fato de ter desprezo pela condição sexual/gênero dela. Assim, estupros seguidos de assassinato podem, em tese, se encaixar na qualificadora de feminicídio, mas, para tanto, é preciso comprovar o componente de “crime de ódio” pela condição feminina da vítima.

Em ambos os casos, as defesas dos criminosos tendem a se ancorar, como estratégia defensiva, na degradação física e simbólica, via moralismo, da vítima. Matar o corpo e sua existência, com suas subjetividades e afetos não é suficiente, é preciso matar-lhe no campo das ideias, é preciso destruir sua essência e história frente as seus familiares, o sistema judicial e perante a sociedade. É preciso culpar-lhe do cometimento do crime contra si, desonerando o assassino de suas responsabilidades, revitimizando, em morte e após a morte, a mulher.

A morte simbólica consiste na destruição de todas as nuances que a caracterizava mulher: seu papel de companheira, de mãe, de filha, profissional ou quaisquer outros que a individualidade da vítima possa comportar. É o extermínio do ser em todas as suas possibilidades. É preciso aniquilar sua existência em todas as esferas da vida - material e imaterial. Como um objeto que finda sua função e sua utilidade no mundo após seu uso, a morte simbólica das mulheres segue a mesma lógica de descarte, por isso que defendemos que a categoria que melhor descreve o despojo feminino promovido pelo feminicídio é a reificação ou, se preferir, a coisificação por excelência.

A NOÇÃO DE PROPRIEDADE DAS VIDAS FEMININAS: A REIFICAÇÃO/COISIFICAÇÃO COMO CENTRALIDADE.

Dentro do modelo da sociedade patriarcal, tudo se organiza em torno do *pater*, do homem. A forma de gerir as vidas e os bens - que nesses casos são a mesma coisa, as dinâmicas cotidianas e a organização social tudo lhes pertence e a tudo lhe serve. Assim, a mulher, e tudo advindo dela, é só mais uma peça de seu conjunto patrimonial. É algo similar ao sistema escravocrata, dadas as devidas distinções de regime e tratamento entre as mulheres brancas e as negras desse período. E por isso, o direito de vida e morte se concentra na mão do *pater*, sendo ele senhor de escravo ou chefe de família e é isso que nos leva ao feminicídio. Nossa tese defende que o feminicídio

é o resquício dessa memória do poder do *pater* e/ou a tentativa de sobrevivência desse sistema decadente - escravocrata, patriarcal e latifundiário - característico da sociedade brasileira - em que tudo que era feminino era propriedade masculina e sua existência estava condicionada ao querer masculino, funcionando na prática como uma espécie de Deus em cada residência que a tudo governa.

Desta maneira, ser proprietário de algo ou alguém é ter controle e decidir as suas maneiras de vida e seu destino. É também apossar-se como lhe convier e reduzi-la a coisa. O item apossado, neste caso a existência feminina, não pode ter controle sobre seu corpo, sobre seu desejo, suas escolhas e, sobretudo, sobre sua vida. Por isso, vítimas de feminicídios sofrem em suas trajetórias, tentativas de limitações e interrupções de emancipação social, financeira, profissional, afetiva, familiar e individual - que se encaixam e reverberam nas diversas facetas das violências previstas na Lei Maria da Penha. Nesse caso, a lógica é simples: se você não tem respaldo social para possuir algo ou alguém, você é a coisa a ser possuída. Não é a toa que uma das reivindicações da pauta feminista do século XIX era o direito à propriedade. É sabido que mulheres, em diversos momentos da história ocidental, em diversos locais, as mulheres não podiam possuir nenhuma propriedade - no sentido capitalista do termo, em seu nome.

É verdade que se mata mulher pelo simples fato de ser mulher desde os mais remotos tempos. Em diversos momentos históricos, a posição feminina nas sociedades foram de completa submissão, sendo-lhes negada a prerrogativa de gestão de sua própria vida e de seus quereres. Seja pela obrigatoriedade de reclusão na esfera privada, no caso das mulheres brancas livres, seja pela força da escravidão, no caso das mulheres pretas escravizadas, as mulheres sempre foram vistas como um ser menor e incapaz e por este motivo sempre esteve à mercê da tutela compulsória, seja do pai, irmão, marido ou senhor de escravos.

Contudo, não podemos deixar de reconhecer que com o capitalismo mediando as relações sociais, precificando as existências e arregimentando todos para se tornarem, ao mesmo tempo, mão de obra, produto e consumidores, a vida das mulheres se tornou mais uma “coisa” no dito mercado. Como nos diz Axel Honneth em seu

livro **Reificação**: um estudo da teoria do reconhecimento (2018), a reificação/coisificação é um “modo específico de cegueira”, pois percebemos o mundo material em sua forma objetiva mas não consideramos que “estes possuem uma multiplicidade de significados existenciais para as pessoas à nossa volta e para nós mesmos” (pág. 95). Assim, para Honneth reificação é o “esquecimento do reconhecimento”, pois perdemos a capacidade de compreender as manifestações comportamentais das outras pessoas, ou seja, nossa capacidade de sentir sentimento de vínculo ou mesmo reconhecer sua humanidade em relação a estes.

Explico melhor o conceito de reificação de Honneth. O teórico parte de Lukács, que por sua vez parte de uma referência a Marx. O primeiro define reificação como “Uma relação entre pessoas que assume o caráter de uma coisidade (*dinghaftigkeit*)”. Para Lukács após a consolidação da sociedade capitalista, em que o capital passa a regular as relações sociais, os sujeitos passam a ordenar suas ações reproduzindo o modelo desse sistema: quantificando e qualificando a natureza em “coisas” já que estas são passíveis de precificação e por consequência por adquirirem valor de troca.

Honneth, por sua vez, amplia o conceito de Lukács e insere o componente interrelacional, subjetivo e afetivo, saindo exclusivamente do contexto coercitivo econômico, delimitado por Lukács. Por isso que Honneth insere categorias como conhecimento, reconhecimento e esquecimento. Essas categorias semanticamente estabelecem a relação entre algo à alguma coisa/algumém, nesse caso, do “eu” em relação ao “outro”. Assim, reificação não é só o ato de tornar uma humanidade em “coisa”, é também uma escolha de esquecer deliberadamente o outro em suas multiplicidades de existência, é ignorar a humanidade alheia, negando-lhe o direito de reconhecer sua porção viva, a mesma porção humana contida em si, naquele que reifica. É uma espécie de exercício de apagamento de alteridade. Contudo, é importante lembrar que ao reificar/coisificar o outro, o agente da ativa também promove sua autorreificação, pois essa relação é dialética.

Levando o conceito de reificação para o feminicídio, ao matar uma mulher, em especial nos casos de feminicídio íntimo, o assassino anula a porção humana daquela vítima, aniquilando-lhe sua

humanidade e toda as multiplicidades de existências contidas naquele sujeito, tudo isso em detrimento do seu sentimento de posse. Isto é, por ser sua propriedade e, por tal condição, a vítima não é mais um ser humano, mas uma coisa e tão logo recai sobre o assassino a falsa concepção de ter o direito de fazer o que desejar com aquele objeto - que nesse caso é dotado de vida singular. Assim, desidratando a humanidade do objeto - o esquecimento do reconhecimento - se retira as barreiras e dilemas éticos existentes em torno do cometimento de um homicídio, neste caso, do feminicídio.

No entanto a equação, na prática, não se mostra tão simples. Para além das garantias jurídicas e constitucionais que em tese todo ser humano tem, existe um fator afetivo, aquele que Honneth faz questão de mencionar, mesmo que seja pelo apagamento, em sua definição de reificação/coisificação. Contraditoriamente, aquele objeto pelo qual o assassino tem poder de vida e morte, que pode descartá-lo como lhe convier, é, simultaneamente, a porção humana que ele necessita e muitas vezes de que é dependente. Ao rejeitá-lo, a vítima promove uma espécie de ofensa, pois se atreve a confrontá-lo em suas próprias contradições existenciais: a arrogância de ter o destino da vítima em suas mãos, mas também a desesperada necessidade de ter sua existência atrelada a algo tão reificado/coisificado, tão menor, quase descartável. Desta forma reificante (autorreificado) e reificado entram em patamar de igualdade e essa constatação é demasiada dolorosa.

É nessa porção conflituosa que se localiza o feminicídio: a parte que despreza o objeto, mas que simultaneamente apresenta em algum nível uma dependência do objeto odiado. Assim, seu sentimento de superioridade de *pater* - aquele que tem o poder de vida e morte alheio - e escancarado, exposto e desmascarado diante de sua fragilidade frente a dependência ao objeto possuído. Por isso, os feminicídios costumam acontecer quando as vítimas apresentam indícios que irão abandonar ou já abandonaram a dinâmica periculosa.

Isto posto, o que acontece na prática é o escancaramento da dúvida sobre a dinâmica de posse, o questionamento do real poderio do *pater*. É descoberto as vulnerabilidades do sistema, ou seja, a inversão da ordem vigente é passível de questionamento e o poder do

reificante (autorreificante) se mostra débil e não absoluto.

TROCANDO EM MIÚDOS

O feminicídio é um crime hediondo que por muito tempo em nossa história foi tratado como problema doméstico pontual. No entanto, o que vemos é que essa construção é histórica e estrutural, atrelada ao modelo de desenvolvimento de colonização que até hoje não conseguimos superar.

Ainda estabelecido dentro da lógica da posse, os assassinos não hesitam em praticar o crime, pois se sentem donos e proprietários da existência feminina. Por este motivo, submetem as vítimas as mais variadas violências previstas na Lei Maria da Penha, antes de cometer o feminicídio propriamente dito. Funciona como um ritual de preparação funesto através do instrumento da tortura, uma espécie de feitura para morte física, executada através da morte simbólica em vida. Após a morte física (femicídio), esse ritual não cessa - e aqui também chamamos de morte simbólica - e se estende por todo processo judicial findando ou não na sentença do assassino. Se estabelecermos um paralelo com os casos de feminicídios ocorridos na UEPB, perceberemos que a lógica acima descrita está presente em todas as dinâmicas. Assim, nesse ensaio mostramos como noção de propriedade, morte física e simbólica são elementos estruturantes na concepção do cometimento do crime de feminicídio.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades:** limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL, LEI Nº 13.104, 10 DE MARÇO DE 2015. *Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio*. Brasília, DF mar 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm . Acesso em 11 Abril 2018.

HONNETH, Axel. **Reificação:** um estudo da teoria do

reconhecimento. Tradução Rúrion Melo. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo E Política**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

SABINO, Marcelo. **Feminicídio**: uma tragédia brasileira. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

XAVIER, Noemi Pinheiro. **Violência e Feminicídio**. Joinville: Clube das Autoras, 2021.

“BARBÁRIE DE QUEIMADAS” E O QUE A FUGA DO SEU MENTOR REVELA

Izabelle Ramalho

INTRODUÇÃO

Em 12 de fevereiro de 2012, na cidade de Queimadas-PB, ocorria um dos crimes mais atroz da história brasileira: um estupro coletivo planejado por Eduardo dos Santos Pereira como presente de aniversário ao seu irmão, Luciano dos Santos Pereiras, através do qual cinco mulheres foram estupradas com a participação de dez homens, dos quais três eram adolescentes. Dentre elas, Izabella Pajuçara Fração Monteiro e Michelle Domingues da Silva, que foram assassinadas por terem reconhecido seus algozes.¹²

Em outubro de 2012, ao longo de 107 páginas, foi proferida a sentença condenatória de seis dos dez homens acusados como responsáveis pelo ato cruel que ficou conhecido popularmente como a barbárie de Queimadas”. Os acusados foram condenados pelos crimes de cárcere privado, formação de quadrilha e estupros. Os três adolescentes envolvidos no crime, por sua vez, foram julgados e direcionados a receberem medidas socioeducativas.

Eduardo dos Santos, especificamente, foi a júri popular, sendo reconhecido como mentor da barbárie e condenado a 106 anos e 4 meses de reclusão pelos cinco estupros, dois homicídios, formação de quadrilha, cárcere privado, corrupção de menores e porte ilegal

12 BRASIL DE FATO. Mentor de estupro coletivo em Queimadas (PB) foge de presídio de segurança máxima. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/11/26/mentor-de-estupro-coletivo-em-queimadas-pb-foge-de-presidio-de-seguranca-maxima>> Acesso em 10 de fevereiro de 2022.

de arma, e ainda a 1 ano e 10 meses de detenção pelo crime de lesão corporal de um dos adolescentes envolvidos no crime.¹³

Porém, mesmo após a sentença condenatória proferida contra os responsáveis pela “Barbárie de Queimadas”, em 17 de novembro de 2020, o mentor Eduardo dos Santos, condenado a um total de 108 anos e 2 meses, fugiu da Penitenciária de Segurança Máxima Doutor Romeu Gonçalves de Abrantes de João Pessoa, na qual cumpria pena, sendo recapturado apenas em março de 2024.¹⁴

É sobre esse caso e a fuga ocorrida que, em memória à Izabella e Michelle, faremos a presente análise.

A REPERCUSSÃO DA BARBÁRIE DE QUEIMADAS

A barbárie de Queimadas ganhou notória repercussão nacional e internacional, intensificando os debates e as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres em todo o país.

Transformando o luto em verbo, os familiares das vítimas passaram a protagonizar, junto à sociedade civil organizada, uma árdua e corajosa luta de reivindicações não apenas pela investigação, acusação e condenação de todos os responsáveis, mas também pelos avanços sociais no enfrentamento a todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres.

Essas articulações resultaram em consideráveis avanços, como a instauração da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher, cujo relatório final recomendou a tipificação do feminicídio no Brasil, que foi concretizada em 2015, com a promulgação da lei n. 13.104/2015¹⁵.

- 13 G1 PB. Barbárie de Queimadas: relembre cronologia e investigação do crime. Disponível em: < <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/05/11/barbarie-de-queimadas-relembre-cronologia-e-investigacao-do-crime.ghtml> >. Acesso em: 10 de fevereiro de 2024.
- 14 BRASIL. Senado Federal. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da violência contra a mulher: relatório final. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496481>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2022.
- 15 BRASIL. Lei 13.104, de 09 de março de 2015. Altera o art.121do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº

Conhecida como lei do feminicídio, a lei n. 13.104/2015 inseriu o feminicídio na lista de crimes hediondos e o classificou como uma qualificadora do crime de homicídio, ocorrida quando o assassinato da vítima decorre do menosprezo ou da discriminação à sua condição de mulher ou de alguma prática de violência doméstica e familiar contra ela cometida.

A sanção desta lei, certamente, é um avanço legislativo para a punibilidade mais severa dos autores desses crimes, nos quais a mulher é assassinada por ser mulher. Os registros da “Barbárie de Queimadas” nos formatos de documentários e reportagens sobre o caso também possibilitaram mais discussões sobre a violência de gênero e a necessidade de políticas públicas voltadas para a sua prevenção, punição e erradicação, à luz da legislação brasileira vigente e dos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Contudo, a fuga do mentor da “barbárie de Queimadas”, ocorrida em novembro de 2020, retomou o sentimento de impunidade¹⁶, ainda tão predominante nas sociedades patriarcais.

Segundo a Secretaria de Administração Penitenciária da Paraíba, um funcionário teria esquecido um molho de chaves na bancada da cozinha onde Eduardo trabalhava, e que ele usou as chaves para abrir o almoxarifado e sair pela porta do presídio.

Em entrevista concedida ao programa Linha Direta, da Rede Globo, que foi ao ar no dia 11 de maio de 2023, Priscila Frazão Monteiro, irmã de Izabella e também vítima dos crimes - que foi testemunha chave para o desfecho da investigação, pois teve a coragem de relatar tudo que vivenciou durante a barbárie sofrida -, assim se manifestou sobre a notícia de fuga de Eduardo dos Santos:

8.072, de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes.

16 G1 PB. Fuga de mentor da barbárie de Queimadas completa um ano, e famílias das vítimas pedem justiça. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/11/17/fuga-de-mentor-da-barbarie-de-queimadas-completa-um-ano-e-familias-das-vitimas-pedem-justica.ghtml>> Acesso em :10 de fevereiro de 2022.

“Quando a gente foi saber que ele tinha fugido pela porta da frente de segurança máxima da Paraíba, veio um sentimento de decepção, veio um sentimento de incerteza, veio um sentimento de incapacidade... por eu ter lutado tanto para que a justiça fosse feita (...).”¹⁷

Na mesma entrevista, Isânia Frazão Monteiro, irmã de Izabella e de Priscila, também assim relatou:

“Infelizmente, essa fuga traz para a gente um sentimento de inquietação, um sentimento de injustiça, porque ele precisava minimamente responder por tudo o que ele fez, e ele é uma ameaça não só para minha família e para minha outra irmã, mas para todas as mulheres que estão aí em liberdade e precisam viver. Eu não queria estar aqui fazendo isso. Eu sei que de alguma forma, expõe demais, está entendendo? Expõe demais a minha imagem, me deixa, de certa forma, insegura, mas eu não posso silenciar pelo meu sangue que foi derramado. Não posso.”¹⁸

Portanto, a fuga do mentor desses crimes tão bárbaros, também considerado o assassino de Izabella e Michelle, gerou um sentimento de impunidade que atingiu, de maneira ainda mais atroz, os familiares e as vítimas sobreviventes, que passaram a vivenciar o temor ininterrupto de um criminoso que se encontra em local desconhecido, podendo surgir a qualquer momento. Para Priscila, em específico, que foi a vítima que serviu como testemunha chave do crime, pois teve a coragem de relatar os detalhes do ocorrido para as autoridades, dentre eles, o de que escutou quando sua irmã Izabella, ao ser estuprada, reconheceu Eduardo.

17 TV GLOBO. Programa Linha Direta. Apresentação em 11 de maio de 2023. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/1161120>>.

18 Ibidem.

3 A IMPUNIDADE DO CASO NO PERÍODO DA FUGA

Em seu aspecto objetivo, a impunidade consiste no não cumprimento da pena imposta pela prática de um delito; e, em seu aspecto subjetivo, consiste no sentimento coletivo de que os responsáveis pelos delitos não são devidamente responsabilizados pelos crimes cometidos. Significado que, em todos os seus aspectos, acaba por respaldar os autores de crimes dessa natureza não apenas a planejá-los e praticá-los, mas também a buscarem meios para se esquivarem de suas penas – o que, conseqüentemente, pode refletir em um maior receio das vítimas de denunciarem e, por conseguinte, aumentar, ainda mais, a impunidade.

Essa realidade, que nos permite identificar a impunidade como causa e efeito, gerando um cenário cíclico e difícil de ser quebrado, acaba por nos revelar muito mais do que as falhas já incontestes de um sistema prisional incapaz de impedir a fuga de um apenado com 100 anos de pena ainda por cumprir. O que elas revelam, na verdade, vai além da necessidade de um sistema jurídico mais repressivo, punitivo e vigilante.

Afinal, as normas não avançam, necessariamente, na mesma medida que os costumes e pensamentos – o que explica, por exemplo, os alarmantes números de violência doméstica contra as mulheres no Brasil, embora a Lei Maria da Penha seja considerada uma das três legislações mais avançadas no mundo nesta temática; e, no mesmo sentido, pode explicar também o porquê de, mesmo após a repercussão nacional e internacional ocorrida, o mentor da “barbárie de Queimadas” desafiar o sistema penal brasileiro através da sua fuga.

Uma impunidade que revolta a sociedade de maneira geral, porém, ainda mais duramente, as mulheres, por saberem da existência de um estuprador e assassino de mulheres que, ao longo de quase quatro anos foragido, pode ter cometido tais crimes novamente. E o que dizer das vítimas sobreviventes?

É difícil, enquanto vítima, ter que lutar por justiça, buscar a justiça, ter que reviver toda a cena do acontecido, é difícil enquanto vítima relatar várias vezes, mas é necessário... É necessário que a gente

se fortaleza, relate e busque por justiça. É muito importante. Então que as mulheres possam ser fortes e se encorajem para buscar lutar pela justiça. Se for preciso falar, fale sem vergonha nenhuma. Mas é preciso falar.¹⁹

Esses também foram os relatos de Priscila Frazão Monteiro na entrevista que concedeu, revelando que, além da dor que sofreu como vítima sobrevivente e como irmã e amigas das vítimas assassinadas, além de suportar o temor decorrente da impunidade identificada ao longo dos quase quatro anos em que Eduardo esteve foragido, ainda precisa seguir relatando o que viveu para lutar por justiça e encorajar outras mulheres a fazerem o mesmo.

Diante desse cenário, como dizer que a recaptura de Eduardo apagou os sentimentos de impunidade, de temor e incerteza vivenciado pelas vítimas, pelos familiares e pela sociedade ao longo desses quase quatro anos em que o condenado esteve foragido? Ainda mais diante de uma fuga, aparentemente, tão simples de ocorrer, já que o condenado saiu pela própria porta do presídio e, até a sua recaptura, os responsáveis não haviam sido responsabilizados?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa breve análise, é possível concluir que as práticas provenientes do patriarcado não serão erradicadas tão somente através da lei penal e de sua execução, por mais imprescindíveis que estas sejam para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres.

Também é possível identificar a necessidade de um olhar ainda mais atento para as sobreviventes e para seus familiares, não podendo deixar de considerar a responsabilidade do estado pelas condutas que resultaram na fuga do condenado, ocasionando uma maior insegurança para a sociedade em geral, além dos danos suportados pelas vítimas do caso, que recaptura nenhuma será capaz de apagar.

Reafirma-se, com isso, a necessidade de seguirmos na luta contra a impunidade, não apenas através do aperfeiçoamento do sistema penitenciário brasileiro, mas de toda a estrutura social existente, que

¹⁹ Ibidem.

tem provocado esse cenário ainda tão misógino e violento para as mulheres. Só assim teremos um amanhã de vida plena para as Izabellas e Michelles que virão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 13.104, de 09 de março de 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em: 16 de mar de 2024.

BRASIL. Senado Federal. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da violência contra a mulher: relatório final. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496481>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2022.

BRASIL DE FATO. Mentor de estupro coletivo em Queimadas (PB) foge de presídio de segurança máxima. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/11/26/mentor-de-estupro-coletivo-em-queimadas-pb-foge-de-presidio-de-seguranca-maxima>> Acesso em 10 de fevereiro de 2022.

G1 PB. Barbárie de Queimadas: relembre cronologia e investigação do crime. Disponível em: < <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/05/11/barbarie-de-queimadas-relembre-cronologia-e-investigacao-do-crime.ghtml>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2024

G1 PB. Fuga de mentor da barbárie de Queimadas completa um ano, e famílias das vítimas pedem justiça . Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/11/17/fuga-de-mentor-da-barbarie-de-queimadas-completa-um-ano-e-familias-das-vitimas-pedem-justica.ghtml>> Acesso em :10 de fevereiro de 2022.

TV GLOBO. Programa Linha Direta. Apresentação em 11 de maio de 2023. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/11611120>>.

NENHUMA MULHER A MENOS

Zuila David

“Mulher é baleada na cabeça em tentativa de feminicídio, em João Pessoa”

G1 Paraíba (08/01/24)

“Mulher baleada na cabeça por ex-marido, em João Pessoa, tem morte encefálica confirmada”

G1 Paraíba (11/01/24)

O ano de 2024 mal começou, mas as notícias sobre as mortes de mulheres na Paraíba já estão nos assuntos policiais dos principais telejornais das emissoras de comunicação no estado. No dia 08 de janeiro de 2024, minhas entradas “ao vivo” que já estavam marcadas para o Bom Dia Paraíba da TV Cabo Branco foram modificadas com a informação de que mais uma mulher tinha sido baleada na cabeça e o agressor era ex-companheiro da vítima. A pauta mudou para o factual por causa de mais uma tentativa de feminicídio na cidade.

Era por volta das 7h00 da manhã de uma segunda-feira. Fui até o local onde tudo tinha acontecido: Uma rua pouco movimentada no bairro de Jaguaribe em João Pessoa, em frente ao Hospital Napoleão Laureano, referência no tratamento de câncer na Paraíba. Vários repórteres de outras emissoras de TV já se encontravam na cena onde o crime aconteceu. Uma das testemunhas que presenciou o ocorrido topou falar com a nossa equipe, mas sem ser gravado. Ele relatou o que tinha visto poucas horas antes: Um homem de aproximadamente 50 anos, que morava no interior do estado, teria vindo à capital

destinado a encontrar a ex-mulher e tirar satisfação com a mesma por causa de uma possível traição. Os dois marcaram um encontro e ao chegar ao local, logo cedo, a mulher foi questionada por esse homem porque ela estaria em um relacionamento com outra pessoa. A testemunha disse que o homem em tom agressivo mostrava para a mulher um telefone que teria imagens dela com outro homem, numa praia. A vítima, que já estava separada do agressor, teria dito “Você me chamou aqui pra isso?” e nesse momento, os dois discutiram, o agressor puxou-a pelo braço e em seguida sacou uma arma que estava com ele e atirou contra a vítima, que foi atingida na cabeça, sem chance para se defender.

A mulher, identificada posteriormente como Verônica Mendes, de 49 anos, foi socorrida pelo SAMU e levada ao Hospital de Emergência e Trauma ainda com vida em estado gravíssimo, mas teve a morte encefálica confirmada três dias depois e a família autorizou a doação dos órgãos. O assassino, com quem Verônica tinha sido casada, Fabiano Gomes do Nascimento, conseguiu fugir após o crime para a cidade de Itaporanga, no Sertão do estado. Mas com a ajuda das imagens de circuito de segurança de uma casa que fica na rua onde o crime aconteceu, ele foi identificado e preso pela polícia dias depois da morte de Verônica.

O caso em questão foi o primeiro que eu, como repórter, acompanhei de perto no início de 2024, mas infelizmente não foi o único até aqui. Desde que comecei na profissão como jornalista de TV, há quinze anos, a violência contra as mulheres frequentemente esteve em pauta nas reportagens e entradas ao vivo nos telejornais e sempre me incomodou como mulher e profissional.

Além dos casos extremos de violência que acabam em feminicídio, são muitas as histórias absurdas de homens que não aceitam o fim de um relacionamento e agridem as mulheres com inúmeras formas de violência: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. E a sensação que temos, infelizmente, a cada caso que é noticiado, nos relatos das mulheres que sobreviveram à violência ou no choro de quem perdeu uma dessas vítimas é que esse é o reflexo de uma sociedade ainda patriarcal, que enxerga as mulheres como propriedade e com submissão.

De acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública da Paraíba, só em 2023 foram mais de 20 mulheres assassinadas em todo o estado. A Lei nº 13.104/2015 torna o feminicídio um homicídio qualificado e o coloca na lista de crimes hediondos, com penas mais altas. Conforme a lei, considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Discutir a violência em suas variadas formas é um papel que me cabe enquanto profissional da comunicação e mais que isso, também como mulher e mãe. Da mesma forma que damos espaço nos telejornais para repercutir os casos de agressões e assassinatos, também o fazemos para conscientizar a população sobre a importância de denunciar a violência e atuar no enfrentamento e na educação pela cultura de paz. Seja na divulgação ostensiva dos canais oficiais como 190 (Disque Denúncia da Polícia Militar – em casos de emergência), 197 (Disque Denúncia da Polícia Civil) ou 180 (Central de Atendimento à Mulher) ou fazer valer o que diz a Lei Maria da Penha, tão importante na proteção dessas mulheres vítimas de violência. Temos clara a noção de que a informação é uma ferramenta poderosa e necessária no trabalho pela vida das mulheres.

REAGIR ATRAVÉS DA FALA

Dar voz às mulheres que sofreram em algum momento de suas vidas uma violência também faz parte do papel do jornalismo no enfrentamento a esse problema. Ao longo dos anos pude ouvir de muitas dessas mulheres o relato doloroso de quem viveu por muito tempo uma relação abusiva e que por vários motivos não conseguia sair do círculo da violência.

Em dezembro de 2023, circularam nas redes sociais imagens de um médico psiquiatra agredindo a esposa. As cenas de agressão foram registradas nos anos de 2021, 2022 e 2023 pelas câmeras de segurança do apartamento onde o casal morava junto com os dois filhos. O processo foi aberto após a vítima, também médica, prestar um boletim de ocorrência no dia 01 de setembro de 2023, um dia depois de sofrer uma das agressões.

Em entrevista exclusiva feita por mim após a divulgação das

imagens, a vítima ainda bastante abalada emocionalmente, contou com detalhes como os primeiros sinais de violência surgiram no início do relacionamento e de que forma o comportamento agressivo do marido foi se intensificando ao longo dos anos, ao ponto de evoluir para vários tipos de agressão: física, patrimonial, moral e psicológica. A médica contou que vivia uma relação abusiva em que não podia contrariar o marido e comparou a situação com um campo minado.

“Têm pessoas que falam ‘pisando em ovos’, eu não pisava em ovos, era uma mina, um campo minado. De manhã eu acordava já pensando ‘o que eu posso fazer para ele não brigar comigo, para ele não me agredir, para ele não me xingar, para o dia ser perfeito?’” (*trecho da entrevista da vítima concedida à repórter Zuila David no dia 13 de dezembro de 2023*).

Apesar de sofrer diferentes formas de violência, a mulher revelou que demorou a pedir ajuda por medo de denunciar o caso à polícia e perder a guarda dos filhos, já que essa era uma ameaça constante do marido.

“Eu tive medo das represálias dele porque ele alegava que ia tirar meus filhos de mim”. (*trecho da entrevista concedida à repórter Zuila David no dia 13 de dezembro de 2023*).

O flagrante de violência envolvendo o casal de médicos ganhou repercussão em toda a Paraíba. Em nota assinada pelos advogados do acusado, a defesa negou que o médico tenha cometido qualquer lesão corporal contra a ex-esposa e alegou ainda que a vítima teria sido diagnosticada com “síndrome de borderline” e que tinha “surto psicóticos”.

Para a vítima, a fala da defesa foi mais uma tentativa de descredibilizá-la, alegando uma condição psicológica inexistente como estratégia para minimizar as agressões sofridas por ela durante o relacionamento.

Sobre esse caso, a Polícia Civil segue investigando e há medidas protetivas requeridas pela vítima para impedir o contato e a proximidade do agressor.

A entrevista em que a vítima relatou todas essas agressões foi realizada após conversas com o advogado da mesma e a produção da TV Cabo Branco. Na sala, além do advogado também estava a tia da

vítima, que é uma parlamentar e que também tem como uma de suas bandeiras a luta pelo fim da violência contra a mulher.

Esse caso foi um exemplo de que o homem agressor pode estar em qualquer lugar, independentemente de posição ou classe social e que muitas vezes a mulher pode aguentar vários tipos de violência por dependência psicológica, por status ou até mesmo por uma questão religiosa, para preservar uma família “tradicional e perfeita” aos olhos da sociedade.

Mas no caso em questão a vítima teve coragem de falar e o círculo de violência foi quebrado. Foi preciso força para se expor diante da mídia e tomar a sua dor como mártir para que outras mulheres, ao verem o seu depoimento, pudessem se enxergar e enfrentar o medo para conseguir sobreviver, já que em muitos casos a violência culmina com o feminicídio. No fim da entrevista, o desabafo de quem por muito tempo foi silenciada pelos abusos sofridos:

“A gente é calada durante esse ciclo de abusos. Mas temos que lembrar que a gente tem voz. Mulheres: tenham voz, lembrem a força que vocês têm. Se vocês têm filhos, façam pelos filhos. Precisamos usar da lei que está ao nosso favor”. (*trecho de entrevista concedida à repórter Zuila David no dia 13 de dezembro de 2023*).

O ato de coragem de pedir ajuda e denunciar o agressor salvou a vida dessa mulher, mas também é preciso lembrar que por trás dela também existia uma rede de apoio que foi fundamental nessa tomada de decisão. Nem todas têm a mesma sorte de ter um suporte familiar e emocional por perto para lidar com a violência. Pelo contrário, há casos em que a própria família se volta contra a vítima para que ela permaneça em um relacionamento abusivo sem enxergar que podem estar sendo omissos e cúmplices de um possível crime de feminicídio.

Como jornalista e mulher, sinto que há muito a se fazer para mudar esta realidade. Em campanha realizada em dezembro de 2023 pela Rede Paraíba de Comunicação, durante a programação comercial foi dedicado um minuto de silêncio em homenagem às mulheres vítimas de violência. Esse trabalho foi reconhecido pela Assembleia Legislativa da Paraíba com uma moção de aplausos pelos relevantes serviços prestados ao estado da Paraíba. Como representante

da emissora no local, pude receber esse reconhecimento durante uma audiência pública que tratava sobre a violência contra as mulheres e foi importante destacar durante o evento que esse trabalho faz parte de um compromisso não só da empresa de comunicação como de cada jornalista que atua na formação de opinião pelo fim da violência.

Usar o poder da comunicação para tratar desse assunto é um dever que precisa ser cada dia mais enfatizado, seja em um comentário crítico após um caso de violência, uma ajuda mostrando as formas de denúncia e os canais de apoio oferecidos pelo poder público e outras instituições que atuam no enfrentamento ou até mesmo dando força e voz a essas mulheres que só precisam de alguém que as ouçam.

Em tempos de redes sociais onde o engajamento e a atenção se tornaram moedas valiosas, é preciso empoderar e dar voz a essas mulheres e mais que isso, segurar nas mãos daquelas mais frágeis que não enxergam outro caminho a não ser o consentimento de uma violência sem fim. Por nós, pelas nossas filhas e netas, é preciso dar um basta hoje na violência e dizer que não vamos nos calar a cada morte, vamos viver e lutar para que um dia possamos ter uma sociedade que respeite e valorize a vida de cada mulher.

INVASÃO NOS CORPOS DAS MULHERES: DO ADOECIMENTO À MORTE, OS AGROTÓXICOS VÃO DEIXANDO SEUS VESTÍGIOS

Shirleyde Alves dos Santos

“Do útero para a sepultura, o meu corpo é o vestígio da invasão” (Pedro Augusto Baía, no livro *Corpos benzidos em metal pesado*).

O presente ensaio busca, a partir da temática das violências contra a vida das mulheres, provocar reflexões sobre como o modelo de produção do agronegócio, em especial a utilização de agrotóxicos, impacta a vida das mulheres, impondo-lhes diversas formas de violência e causando danos que podem ser irreversíveis.

Para iniciar é importante destacar que, desde a Revolução Verde²⁰,

20 “A Revolução Verde no Brasil, apresentando um alto grau de industrialização, trouxe num primeiro momento o aumento da produção e produtividade, notadamente nos produtos de exportação. O incremento no uso de insumos, da mecanização e da expansão de monocultivos levou a degradação de grandes superfícies, muitas delas abandonadas depois de poucos anos de cultivo. O agravamento desse quadro se deu com a intensificação da produção em áreas não aptas, ou acima de sua capacidade de suporte, provocando erosão e contaminação dos solos e água com agroquímicos, tornando-os cada vez mais dependentes do aporte de energia externa, e reduzindo a sua capacidade produtiva ao longo do tempo. Isso foi devido, em grande parte, à falta de uma visão mais abrangente entre a produtividade e a estabilidade dos ecossistemas tropicais” (Ferraz, 2003, p.19).

o modelo de produção agropecuária no Brasil vem defendendo que os agrotóxicos são necessários para a produção de alimentos e conseqüentemente para acabar com a fome mundial. Entretanto, o que se observa é uma substituição dos campos de alimentos por campos de *commodities*²¹ agrícolas (soja, cana-de-açúcar, milho, ...) ou *plantations*, como define Tsing (2019), em áreas extensas de monocultivos, verdadeiros desertos verdes que vão engolindo a produção da agricultura familiar e aumentando as situações de insegurança alimentar e nutricional, ao contrário do prometido combate à fome.

Esse modelo de produção fornece produtos e a disponibilidade de produtos alimentícios não garante a segurança alimentar, como pode ser constatado pelos princípios e diretrizes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Sobre o DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada, a Lei 11.346, sancionada em 15 de setembro de 2006, que cria o SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada, estabelece que:

Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

21 *Commodities* – são produtos de origem agropecuária ou de extração mineral, em estado bruto ou pequeno grau de industrialização, produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo. Seus preços são determinados pela oferta e procura internacional da mercadoria (ESPJV, 2024).

Em Parecer publicado em 2017, relatores especiais do Conselho de Direitos Humanos da ONU destacaram a contradição dos argumentos que apontam a importância dos agrotóxicos para proteger o direito à alimentação e à segurança alimentar já que vai de encontro ao direito à saúde, em vista da infinidade de impactos negativos associados ao seu uso (Elver, 2017).

Um exemplo dessa contradição foi exposto recentemente durante o primeiro ano da pandemia de Covid-19: de janeiro a outubro de 2020, a balança comercial do agronegócio registrou superávit recorde, com saldo de US\$ 75,5 bilhões e a receita com exportação foi de US\$ 85,8 bilhões, uma alta de 5,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto mais de 70% da população brasileira apresentava algum grau de insegurança alimentar, segundo dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - Rede Pennsan (Ramos, 2021).

A pandemia do Covid-19 escancarou outra dura realidade, para além da crise sanitária e das inúmeras mortes: homens brancos e ricos e donos de terra, de gado e do poder conseguiram ficar ainda mais ricos, enquanto uma parcela da população brasileira (em sua maioria mulheres pobres e pretas) enfrentava filas de ossos... A fome estava gritando, enquanto o agronegócio não parava de lucrar. Quem escutava?

No fim de 2020, 19,1 milhões de brasileiros/as conviviam com a fome. Em 2022, esse número passou para 33,1 milhões, de acordo com dados coletados entre novembro de 2021 e abril de 2022 para segunda edição do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Sendo as mulheres mais impactadas — **6 de cada 10 lares** comandados por mulheres convivem com a insegurança alimentar. Nas casas em que a mulher é a pessoa de referência, **a fome passou de 11,2% para 19,3%**. Nos lares que têm homens como responsáveis, a fome passou de 7,0% para 11,9%. Isso ocorre, entre outros fatores, pela desigualdade salarial entre os gêneros (Olhe para a fome, 2023).

Otimizar a produção de alimentos sem comprometer a saúde de

quem consome e de quem produz e com um mínimo de impactos ambientais é um desafio que precisa ser enfrentado por toda a sociedade – não pode ser pensado só por quem está na zona rural. Existe um ditado popular que diz: se o campo não planta, a cidade não janta. Mas que tipo produção é desejada? Quem está na cidade reflete sobre a qualidade de vida de quem está no campo? Alimentos com resíduos de agrotóxicos não promovem segurança alimentar, provocam doenças e ferem diversos Direitos, inclusive o Direito Humano à Alimentação Adequada. O campo adocece e a cidade adocece junto!

O Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA), desde 2012, tem promovido ações que fomentam o debate público acerca do perigo dos agrotóxicos para a saúde humana e ambiental e a reflexão sobre práticas agrícolas alternativas ao modelo de produção de alimentos do agronegócio. Em 2015, a Instituição publicou o seu posicionamento contra as práticas de uso de agrotóxicos no Brasil, ressaltando os riscos à saúde da população, em especial nas causas do câncer e destacando a agroecologia como modelo de produção que respeita todas as formas de vida (INCA, 2015).

É importante destacar que em 2008 o Brasil ganhou o título de campeão no uso de agrotóxicos e desde então a liberação dessas substâncias tem tomado proporções assustadoras, principalmente nos últimos anos, já sendo considerado um grave problema de saúde coletiva. Em função disso, em 2011, movimentos sociais e redes, escolas, universidades e instituições de pesquisa, movimento sindical e entidades de classe e associações diversas, bem como o Poder Legislativo se uniram e criaram a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, cujo objetivo é sensibilizar a população brasileira para os riscos que os agrotóxicos representam e a necessidade de tomar medidas para frear seu uso no Brasil, além de promover a agroecologia enquanto modelo de produção de alimentos que coloca a vida em primeiro lugar.

A aplicação de agrotóxicos é uma atividade em que a contaminação do ambiente pode ser considerada intencional já que são substâncias sabidamente tóxicas e utilizadas para matar seres vivos, seja insetos, microrganismos ou plantas consideradas “indesejadas”,

conforme regulamenta a Lei dos Agrotóxicos (Lei nº 7.802/1989)²². Os impactos à saúde humana e ambiental, decorrentes da exposição aos agrotóxicos, poderiam ser evitáveis? Não nesse modelo agropecuário que é amplamente difundido em nosso país. O Agro não é Pop, é Tóxico! Raquel Carson²³ já alertava em seu *Primavera Silenciosa*: “será que nós caímos em estado de mesmerização que nos induza a aceitar como sendo inevitável o que é inferior, ou o que causa detrimento? Será que perdemos a vontade, ou a visão, para exigir o que é bom?” (Carson, 2010).

Segundo Friedrich et al (2022, p.294), a compreensão desses processos passa pelo conceito de Biopoder, de Michel Foucault, “entendido como um conjunto de mecanismos e processos em que as características biológicas fundamentais da espécie humana passam a ser tratadas em uma estratégia política de poder sobre a vida”. Há um jogo de interesses do capital financeiro que se sobrepõe ao direito à vida. Os saberes são construídos e apresentados de acordo com esses interesses. “Diversos campos de conhecimento vêm sendo utilizados como instrumentalizadores do biopoder, como estatística, epidemiologia, toxicologia, engenharia genética, entre outros”, contribuindo para o controle da sociedade e resultando em danos à saúde e ao ambiente.

O fato é que toda a população está exposta aos resíduos de

22 A Lei nº 7.802/1989 define agrotóxicos e afins como: a) os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos ou industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-la da ação danosa de seres vivos considerados nocivos; b) substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7802.htm > Acesso em 25 out 2023.

23 Raquel Carson - bióloga, escritora e ícone do ambientalismo contemporâneo. Carson escreveu *Silent Spring* como pesada crítica aos vários programas de detetização, levados a efeito em fazendas, cidades, Estados e macrorregiões dos EUA, ao longo da década de 1950. (Maia; Franco, 2021).

agrotóxicos. Eles estão presentes nos alimentos *in natura* e processados, na água, no solo, no ar e até no leite materno. Os danos para os seres humanos geralmente não são contabilizados no processo produtivo. É um custo absorvido por toda a sociedade das mais diferentes formas. Entretanto, os grupos sociais atingidos diretamente - como as pessoas que aplicam agrotóxicos no campo - muitas vezes enfrentam dificuldades para reconhecer, tornar público e enfrentar os riscos de forma a influenciar os processos decisórios que os afetam (Soares, 2010; Marinho et al, 2011).

Como a aplicação de agrotóxicos na lavoura é uma atividade preferencialmente masculina, as mulheres, as crianças e os demais familiares dos agricultores que pulverizam agrotóxicos tem uma falsa ideia de que estão livres dos riscos de intoxicação. Não obstante, uma atividade realizada comumente por mulheres - a lavagem das roupas utilizadas pelos homens na aplicação de venenos - é desempenhada sem nenhuma proteção expondo essas mulheres ao risco de intoxicações (Londres, 2011).

Carvalho e Alonzo (2022, p.97) também destacam que, para a soberania do agropatriarcado, as mulheres sustentam o rótulo de cuidadoras do lar e genitoras, o que esconde a sua sobrecarga de mulher multitrabalhadora. “Elas oferecem seus corpos de forma acrítica aos efeitos danosos dos agrotóxicos. Tudo justificado pelo projeto patriarcal e capitalista que as mantém inaptas a acessarem informações *masculinas*”.

As mulheres representam 43% da força de trabalho agrícola global, e é provável que esse número seja subestimado. A agricultura de subsistência, o trabalho familiar não remunerado e o trabalho sazonal, que frequentemente envolvem mulheres e meninas, muitas vezes não são contabilizados, ainda que essas mulheres sejam rotineiramente expostas aos agrotóxicos durante tais atividades (Soares; Beserra, 2023, p.45).

Ora se, quando falamos sobre agrotóxicos, os homens têm poucas

informações, quais informações são acessíveis às mulheres? A exposição direta ou indireta aos agrotóxicos resulta em diferentes efeitos na sua saúde. Todavia a maioria dos estudos que investigam danos causados por essas substâncias ainda é voltada para a população masculina ou estudos analisando a exposição direta de ambos os sexos (Mescka; Costa; Ceolin, 2022). E esses estudos que circulam nos meios acadêmicos em geral não chegam no campo, onde o problema existe e persiste.

Calixto et al (2021), em estudo realizado com mulheres moradoras de comunidades rurais na zona da mata mineira, deduzem que a exposição indireta aos agrotóxicos afeta a saúde das mulheres rurais e destacam a importância de que mais estudos sejam realizados com as mulheres que estão sujeitas à contaminação domiciliar, visto que estas não estão isentas dos efeitos deletérios desses produtos.

Além disso, os trabalhos realizados pelas mulheres, como a produção dos quintais, a horta, o cuidado com os pequenos animais e a transformação de alimentos e plantas medicinais na cozinha, considerados extensão das atividades domésticas, são invisibilizados duplamente: por não serem considerados como trabalho e por não serem reconhecidos por sua contribuição econômica (Telles, 2018).

Assim como em outros espaços, no campo as mulheres também são vítimas de diversos tipos de violência. Entretanto se organizam em diferentes frentes de resistência. O movimento agroecológico apresenta várias experiências de grupos de mulheres. O fato é que o enfrentamento das mulheres ao modelo do agronegócio, chamado de agricultura da morte, também é um tema pouco explorado cientificamente.

Como citado acima, as pesquisas científicas sobre os impactos dos agrotóxicos à saúde humana, em geral, tem sido focadas na exposição ocupacional de agricultores e/ou trabalhadores rurais. As mulheres, agricultoras ou não, são estudadas na perspectiva da saúde reprodutiva, pelos efeitos tóxicos já conhecidos dessas substâncias como causa de más-formações congênitas, aumento dos casos de aborto, puberdade precoce, bem como nos estudos sobre uma maior incidência de diversos tipos de câncer no meio rural. Diversos estudos apontam para questões reprodutivas e contaminação do

leite materno (Palma, 2011; Menck, Cossella, Oliveira, 2015; Lima, 2017; Sandes et al, 2022) e más-formações congênitas (Grisólia, 2005; Aguiar, 2017).

Os agrotóxicos interferem em muitos mecanismos fisiológicos dos seres humanos, podendo estar relacionados à: alterações cromossômicas, teratogênese, infertilidade, neurotoxicidade, problemas endócrinos, doenças hepáticas, respiratórias, renais e dermatológicas, carcinogênese (Rosa et al, 2011). A sua utilização em sistemas abertos (meio ambiente) impossibilita qualquer medida efetiva de controle. Assim, agricultores/as, trabalhadores/as rurais, pessoas que vivem no campo e a população em geral que consome o que é produzido no campo se expõem a esses venenos de forma inespecífica e indeterminada (Augusto et al, 2011).

Apesar desse modelo predatório ser predominante, as estratégias de enfrentamento ao uso de agrotóxicos existem e precisam também ser evidenciadas. Em seus quintais as mulheres resistem e enfrentam o modelo hegemônico do agronegócio - embora seus corpos continuem expostos aos impactos dos agrotóxicos.

Historicamente as mulheres são parte da solução e da resistência aos impactos causados pelo uso de agrotóxicos. Segundo Tauil, as mulheres são guardiãs da agrobiodiversidade porque em seus quintais elas trabalham através de técnicas que não reproduzem o modelo convencional, mas perpetuam tradições, costumes e tecnologias sociais passadas de geração em geração. Elas também promovem segurança alimentar e nutricional da família através dos alimentos cultivados e colhidos de suas hortas. Além disso, nos arredores de suas casas, elas criam um espaço de autonomia porque tomam decisões sobre o que será cultivado, o local a ser plantado e o modo de produção a ser implementado (Somini; Vianna, 2022, s/p).

As mulheres merecem destaque por seu protagonismo na

resistência contra o avanço desses produtos químicos, seja no âmbito acadêmico ou no âmbito da luta dos movimentos populares e sindicais, que frequentemente são liderados por trabalhadoras rurais que reivindicam um modelo mais saudável, sustentável e justo de produção agrária. Um exemplo dessa luta são os quintais agroecológicos, historicamente manejados por mulheres, sistemas agrícolas que agregam a diversidade: jardim, horta, pomar, plantas medicinais e criação de pequenos animais (Soares; Beserra, 2023).

Além da diversidade, seus quintais produtivos são espaços de autonomia e de segurança e soberania alimentar e nutricional. Sua relação com seu território se aproxima do conceito de “Biointeração”, de Nego Bispo, onde se rompem as noções utilitaristas vinculadas à propriedade da terra para uma relação mais existencial, de interdependência entre os indivíduos e seus territórios (Silva, 2018).

acredito que seja essa estreita relação dos povos de lógica cosmovisiva politeísta com os elementos da natureza, é dizer, a sua relação respeitosa, orgânica e biointerativa com todos os elementos vitais, uma das principais chaves para compreensão de questões que interessam a todas e a todos. Pois sem a terra, a água o ar e o fogo não haverá condições sequer para pensarmos em outros meios (Santos, 2015, p.90).

Na mesma linha de pensamento, Rigotto (2019, p.34) alerta que, para iluminar nossa intervenção na esfera Política, “na espiral dialética da História, precisamos nos redescobrir como parte da comunidade de vida, seres-humanos-em-ecossistemas, responsáveis pelo cuidado para manter, continuar e reparar o complexo tecido que sustenta a vida”. Ainda há um longo caminho a ser percorrido até que a agroecologia e outros modelos sustentáveis de produção sejam predominantes e o campo seja um lugar de saúde e não de adoecimento.

No sudoeste do Paraná, por exemplo, uma pesquisa realizada em parceria entre o curso de Medicina da Universidade Estadual do Oeste (Unioeste), Campus de Francisco Beltrão, o Hospital do Câncer (CEONC) e o Instituto Nacional do Cancer (INCA) está fazendo

um mapeamento sobre a relação da exposição ocupacional aos agrotóxicos e o desenvolvimento de câncer de mama. A região apresenta um alto índice de casos de câncer de mama, que supera a média nacional, correspondendo a uma diferença de aproximadamente 30% a mais do que a estatística do restante do País. A coordenadora do projeto, Carolina Panis, relata que o câncer de mama em mulheres agricultoras é mais agressivo, um dos motivos é o contato mais próximo com os agrotóxicos (Vitorino; Griz, 2021).

Entretanto, mesmo com evidências dos impactos, o capital segue ditando as regras:

Lembro de uma roda de conversa do Outubro Rosa em que uma agricultora viúva me disse: ‘Depois que meu marido faleceu, fui ao banco para fazer um financiamento para produzir alimentos. Eu não queria comprar o pacote de venenos, mas disseram que, sem ele, eu não ia ter acesso ao seguro, e sem seguro não tem financiamento’. Então, é uma bola de neve, que torna muito difícil fugir dessa lógica, relata Panis (Giovanaz, 2021, s/p).

É a insanidade do modelo civilizatório, como escreveu Rigotto (2019, p.30): “ao tempo em que a questão dos agrotóxicos expressa de forma icônica os descaminhos da modernidade, ela também nos convida a refletir sobre a insanidade do modelo civilizatório”. Ela ainda acrescenta que a associação perversa entre o patriarcado, o colonialismo/racismo e o capitalismo nos trouxe à encruzilhada da Era do Antropoceno, onde os próprios seres humanos construíram as condições de ameaça à sua própria sobrevivência.

A escolha, no fim das contas, cabe a nós. Se, depois de muito suportar, nós afirmamos, finalmente, o nosso “direito de saber”, e se, sabendo, concluímos que estamos sendo chamados a assumir riscos sem sentido e assustadores, então não devemos mais aceitar o conselho daqueles que nos dizem que

devemos encher o nosso mundo com substâncias químicas venenosas. Devemos olhar a nosso redor e ver que outro caminho está aberto para nós (Carson, 2010, p.233).

Infelizmente, a lógica e os interesses do mercado são geralmente colocados em primeiro plano, mesmo quando as doenças e mortes aparecem. Como mudar a cultura do lucro acima de tudo? Quem realmente se importa? A riqueza desse modelo produtivo é restrito a poucas pessoas – geralmente homens e brancos, mas o sofrimento não e atinge massivamente uma grande parcela da população – principalmente mulheres pretas e pobres. Precisamos proteger os corpos das mulheres de mais essa violência!

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. C. P. Más-formações congênitas, puberdade precoce e agrotóxicos: uma herança maldita do agronegócio para a Chapada do Apodi (CE). 2017. Dissertação (**Mestrado em Saúde Coletiva**) – Faculdade de Medicina, Departamento de Saúde Comunitária, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

AUGUSTO, L.G. da S. et al. O contexto de vulnerabilidade e de nocividade do uso dos agrotóxicos para o meio ambiente e a importância para a saúde humana. In: RIGOTTO, R.M. (org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Edições UFC. Co-edição com a Expressão Popular, 2011. pp. 166-214.

BRASIL. Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-Sisan com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 set. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.

CALIXTO, F. A. M. et al. Tempo de exposição indireta aos agrotóxicos

e avaliação bioquímica, antropométrica e composição corporal de mulheres rurais. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável** (RBAS), v. 11, n. 1, p. 385-394, Outubro, 2021.

CARVALHO, A. O.; ALONZO, H.G. A. As mulheres lavradoras e os agrotóxicos no cotidiano da agricultura familiar. **Saúde debate**. Rio de Janeiro, v. 46, n. Especial 2, p. 89-101, jun 2022.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

ELVER, H. **Special rapporteur on the right to food**. Geneva, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/31615082/Human_Rights_Council_Thirty-fourth_session_Report_of_the_Special_Rapporteur_on_The_Right_to_Food_and_Pesticides_7_March_2017_Geneva. Acesso em 20 out 2023.

ESPV. Fiocruz. **Commodities** – definição. Disponível em: <https://www.epsv.fiocruz.br/commodities-definicao>. Acesso em 20 jan 2024.

FERRAZ, J.M.G. As dimensões da sustentabilidade e seus indicadores. In: MARQUES, J. F.; SKORUPA, L. A.; FERRAZ, J. M. G. (Ed.). **Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2003. 281 p. Parte I, cap.1, p. 15-35. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1076520>. Acesso em 20 jan 2024.

FRIEDRICH, K. et al. Toxicologia crítica aplicada aos agrotóxicos – perspectivas em defesa da vida. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, V.46, N. Especial 2, p.293-315, jun 2022.

GIOVANAZ, D. **Outubro Rosa**: conheça relação entre agrotóxicos e o câncer que mais mata mulheres no Brasil. Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/outubro-rosa-conheca-relacao-entre-agrototoxicos-e-o-cancer-que-mais-mata-mulheres-no-brasil/> Acesso em Dez 2023.

GRISÓLIA, C.K. **Agrotóxicos** – mutações, reprodução e câncer. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 2005. 392p.

LIMA I. P. Avaliação da contaminação do leite materno pelo agrotóxico glifosato em puérperas atendidas em maternidades públicas do Piauí. 2017, 66p. **Dissertação de Mestrado Profissional**. Programa de Pós-Graduação em Saúde da Mulher – CCS/UFPI.

LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil**: um guia para ação em defesa da vida. – Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

MARINHO, A. M. P.; CARNEIRO, F. F.; ALMEIDA, V. E. Dimensão socioambiental em área de agronegócio: a complexa teia de riscos, incertezas e vulnerabilidades. In: RIGOTTO, R. M. (org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: Edições UFC. Co-edição com a Expressão Popular, 2011. pp. 166-214.

MAIA, J.C.; FRANCO, J.L.A. De naturalista a militante: a trajetória de Rachel Carson. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 56, p. 1-21, jan./jun. 2021.

MENCK, V. F.; COSSELLA, K. G.; OLIVEIRA, J. M. Resíduos de agrotóxicos no leite humano e seus impactos na saúde materno infantil: resultados de estudos brasileiros. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 22(1):608-617, 2015.

MESCKA, L. C.; COSTA, A.R.; CEOLIN, S. Exposição aos agrotóxicos: implicações na saúde da mulher. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 16, 2022.

OLHE PARA A FOME. **A fome e a insegurança alimentar avançam em todo o Brasil**. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em dez 2023.

PALMA, D. C. A. (2011). Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT (**Dissertação Mestrado**). Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil.

RAMOS, M.F. José Graziano, ex-diretor da FAO, aponta papel do agronegócio no agravamento da fome. **Notícia**. 8 mai 2021. Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/jose-graziano-ex-diretor-da-fao-aponta-papel-do-agronegocio-no-agravamento-da-fome/>. Acesso em: dez 2023.

RIGOTTO, R. Tempo de cuidado. In: GURGEL, A.M.; SANTOS, M.O.S. dos; GURGEL, I.G.D. (org.). **Saúde do campo e agrotóxicos: vulnerabilidades socioambientais, político-institucionais e teórico-metodológicas**. Recife: Ed UFPE, 2019, pp 29-35.

ROSA, I.F.; PESSOA, V. M.; RIGOTTO, R. M. Introdução: agrotóxicos, saúde humana e os caminhos do estudo epidemiológico. In: RIGOTTO, R.M. (org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Edições UFC. Co-edição com a Expressão Popular, 2011. pp. 217-256.

SANDES, A. S. et al. Contaminação do leite materno por agrotóxicos e implicações na saúde infantil: uma revisão sistematizada. **Saúde Meio Ambiente**. v. 11, p. 43-58, 2022.

SILVA, B. (2018). Colonização, quilombos, modos e significações: Colonization, quilombos, modes and meanings. *Argumentos - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes*, 15(2): 250–258, 2018.

SANTOS, A.B. **Colonização, quilombos**. Modos e significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SOARES, M.R.; BESERRA, L. O impacto no corpo das mulheres. In: MONTENEGRO, M.; DOLCE, J. (orgs). **O atlas dos agrotóxicos**

- fatos e dados sobre agrotóxicos na agricultura 2023. – Rio de Janeiro : Fundação Heirich Böll, 2023. P.44-45.

SOARES, W. L. Uso dos agrotóxicos e seus impactos à saúde e ao ambiente: uma avaliação integrada entre a economia, a saúde pública, a ecologia e a agricultura. / Wagner Lopes Soares. Rio de Janeiro: s.n., 2010. **Tese (Doutorado)** – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2010.

SOMINI, J; VIANNA, M. **Quintais agroecológicos**: territórios de autonomia das mulheres e de combate aos agrotóxicos. Disponível em <https://br.boell.org/pt-br/2022/06/09/quintais-agroecologicos-territorios-de-autonomia-das-mulheres-e-de-combate-aos> . Acesso em 12 out 2023.

TELLES, L. Desvelando a economia invisível das agricultoras agroecológicas: a experiência das mulheres de Barra do Turvo, SP (**Dissertação de mestrado**). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2018.

TSING, A. L. “Dançando na floresta de cogumelos”, “Arte da inclusão: ou como amar um cogumelo” e “Sobre a não escalabilidade: o mundo vivo não é submisso a escalas de precisão aninhada.” In: TSING, A. L. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019, pp. 27-60 e 175-202.

VITORINO, M; GRIZ, M. **Unioeste mapeia relação de câncer de mama com agrotóxico**. 06 mai 2021. Disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/central-de-noticias/57042-unioeste-mapeia-relacao-de-cancer-de-mama-com-agrotoxico>. Acesso em 31 jan 2024.

[unioeste.br/portal/central-de-noticias/57042-unioeste-mapeia-relacao-de-cancer-de-mama-com-agrotoxico](https://www.unioeste.br/portal/central-de-noticias/57042-unioeste-mapeia-relacao-de-cancer-de-mama-com-agrotoxico). Acesso em 31 jan 2024.

PARA AVANÇAR NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA: PRODUÇÃO ACADÊMICA DA UEPB NOS ANOS DE 2015 A 2019²⁴

Ivonildes da Silva Fonseca - Orientadora
Larissa Oliveira Fernandes - Aluna Bolsista

PELO DIREITO DAS MULHERES

O tema da violência contra as mulheres no âmbito universitário demonstra a inserção deste assunto no meio acadêmico, uma vez que por longo tempo foi invisibilizado socialmente sob o predomínio do provérbio “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. A violência “habitava” no espaço do privado. Assim, o projeto de pesquisa intitulado “A produção acadêmica da UEPB sobre a violência às mulheres dos anos de 2015 a 2019 com o propósito de dar suporte para as ações do Observatório do Feminicídio da UEPB Brígida Rosely Lourenço”, foi executado com o objetivo de relacionar a produção acadêmica na graduação da UEPB, no intervalo de 2015 a 2019, datas que marcam a sanção da Lei do feminicídio (2015) e a criação do Observatório Brígida Lourenço na UEPB (2019).

O reconhecimento oficial sobre a necessidade de assegurar o direito das mulheres é recente no Brasil, conforme consta na Convenção de Belém do Pará no ano de 1994, em desdobramento da Declaração para a Erradicação da violência contra a mulher, conforme o trecho:

24 Este artigo decorre do Projeto de pesquisa, aprovado pelo Edital 08/2021 da Fundação de Apoio à pesquisa - FAPESQ e da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia/SEECT para egressos da rede pública de ensino na gestão do Governador João Azevedo e Secretário da Educação, Cláudio Furtado.

[...] a Declaração para a Erradicação da Violência contra a Mulher, aprovada na Vigésima Quinta Assembleia de Delegadas da Comissão Interamericana de Mulheres, e afirmando que a violência contra a mulher permeia todos os setores da sociedade, independentemente de classe, raça ou grupo étnico, renda, cultura, nível educacional, idade ou religião, e afeta negativamente suas próprias bases; [...] (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 1994, s.p.)

Atualmente as contribuições científicas oriundas de pesquisas, muito auxiliam a visibilidade social sobre as violências contra as mulheres e vêm forjando mecanismos de punição mas também de prevenção a este fenômeno que, certamente é um grave problema social.

Os mecanismos vêm sendo conformados nos poderes legislativo, executivo e judiciário gerando leis, construção de equipamentos públicos, capacitando profissionais, todos voltados para o enfrentamento aos diversos tipos de violência.

No campo científico, as contribuições, apenas citando algumas dizem respeito à compreensão sobre a posição social das mulheres em contexto em que há dificuldades (afetiva, moral, financeira, etc) para que as mesmas reconheçam os tipos de violência; na conceituação e percurso do ato violento, conhecido como o ciclo de violência e que este precisa ser rompido.



Fonte: BAHIA. Tribunal de Justiça. Coordenadoria da Mulher.²⁵

A discussão sobre o conceito de diversidade na contemporaneidade alcança a constituição diversificada da pessoa humana e demonstrada nos marcadores sociais geracional, gênero, raça /étnica, classe social e o termo mulher passa a ter o seu uso para o plural

²⁵ Disponível em: <http://coordenadoriadamulher.tjba.jus.br/coordenadoriadamulher/noticias/ciclo-da-violencia-contra-mulher/> Acesso em: 2 de nov de 2023.

bem como a violência, daí, a expressão de forma atualizada é dita no plural: “violência contra as mulheres”.

Consequentemente, o entendimento é o de que as violências praticadas contra o gênero feminino, de forma individual ou em grupo, afetam as mulheres indistintamente. Dessa forma [...] “só se pode falar de violências, pois se trata de uma realidade plural, diferenciada, cujas especificidades necessitam ser conhecidas.” (MINAYO; SOUZA, 1998, p.514)

A pluralidade dos seres humanos corrobora com a afirmação do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania de que “cada mulher reúne em si outras diversas identidades diferentes culturas, etnias, o sexo, idades, credos, cores e outras características” e, ao ocorrerem violências, estas incidem sobre a/s identidade/s. Portanto, ao tratar as violências, há que se considerar as especificidades e a complexidade do fenômeno da violência.

Nesse sentido, há a obrigatoriedade em recorrer às ciências, seja para a obtenção de dados quantitativos, qualitativos ou quanti-qualitativos. As ciências são imprescindíveis, sobretudo, para a contextualização histórico-socio-cultural da ocorrência.

A violência é um fenômeno histórico, quantitativa e qualitativamente, seja qual for o ângulo pelo qual o examinemos (conteúdo, estrutura, tipos e formas de manifestação). [...] e que no seu acionamento há “os aspectos culturais concernentes tanto à modelagem da consciência, dos usos e costumes atualizados no cotidiano como à ‘naturalização’ da violência e à criação da ideologia que repele ou justifica o limite da tolerância social. [...]”.(MINAYO;SOUZA, 1998, p.522 -523)

Assim, a produção científica, no seu *locus* por excelência, deve circular socialmente buscando as formas colaborativas no enfrentamento à violência contra as mulheres com órgãos oficiais de repressão e punição, movimentos sociais, instituições de ensino, dentre outros. Toda a sociedade deve estar envolvida para enfrentar o

fenômeno e, conseqüentemente alterar comportamentos culturais e para isto, a interação social se faz necessária, pois é neste processo em que falas, gestos, ações vão formando práticas sociais ou reforçando as já existentes.

Dito isto e focando no fenômeno da violência praticada contra as mulheres, é preciso disseminar o que a ciência apresenta em relação ao conteúdo, forma, tipos e formas de manifestação da violência.

A sociedade brasileira é violenta, sobretudo com relação às mulheres, todavia o enfrentamento e a desconstrução da mentalidade social perversa vem ocorrendo a partir de mecanismos legais nos planos internacional e nacional e ações educativas.

No campo da legislação é imprescindível pontuar o ano de 1998, em que a farmacêutica Maria da Penha, apresentou a corte Internacional da OEA, denúncia contra o ex-marido. Este ato mostrou a inoperância do Brasil, gerando uma condenação para o estado brasileiro e assim surgiu a Lei n. 11.340/06 que evidencia o âmbito doméstico como espaço em que ocorrem violências antes “invisíveis” e “silenciosas” trazendo também as formas de manifestação: física, psicológica, moral, patrimonial e sexual.

Esta lei a partir da sua aceitação, aplicabilidade e reconhecimento das atrocidades cometidas contra as mulheres tem alta popularidade e o seu nome tornou-se Lei Maria da Penha. (BRASIL. Lei 11.340/06)

O exemplo da Lei Maria da Penha, desde o seu surgimento e respectiva popularidade é sinal de que o Brasil mudou com relação ao dito de que “a lei não pegou”. Assim, a Lei Maria da Penha é lei que “pegou” e nesse processo vale ressaltar o papel social das pessoas ativistas nos movimentos sociais, nos parlamentos, nas instituições jurídicas e nos espaços escolares.

Das ações educativas, é notório o movimento que vem acontecendo nas Universidades brasileiras, no sentido do enfrentamento às violências às mulheres e conseqüentemente a alteração da cultura da violência com a construção da cultura institucional da não-violência. Portanto, temos universidades inserindo em sua estrutura funcional, grupos, núcleos, setores que trabalham direcionados ao fim da violência na instituição e conseqüentemente se espalha para a sociedade em geral.

Na UEPB, em 2019, foi criado o Observatório do Feminicídio da UEPB Briggida Lourenço - OBL, em memória à Briggida Lourenço, que era Professora da instituição e, teve o infeliz encontro com o feminicídio. A gestão da Universidade estava neste momento sob a condução do Reitor Rangel Júnior e vice-reitor, Flávio Romero, este último o seu idealizador.

No ano de 2021, o OBL, iniciou atividades privilegiando desenvolver de forma educativa a prevenção à violência contra as mulheres, no espaço desta universidade.

Esta opção se inicia pelo fato de que, ao colocar o olhar institucional para as pessoas que convivem diariamente na comunidade universitária, foram identificadas pessoas em sofrimento decorrente de violência doméstica e assédio em espaços acadêmicos.

O desenvolvimento das atividades do OBL são importantes para a construção da cultura institucional pela não-violência e o conhecimento das situações nas quais as pessoas estão envolvidas mostrará aspectos concretos acerca da cultura institucional que temos e a que precisamos.

Nesse sentido, conhecer o que está acontecendo na relação docente-discente, especialmente quando da elaboração do trabalho de conclusão -TCC de curso gerou o projeto de pesquisa norteado pela questão: o que vem sendo produzido em termos de TCC sobre o fenômeno da violência contra as mulheres?

Foi arquitetada uma pesquisa visando saber sobre a produção acadêmica na temática da violência contra a mulher de 2015 a 2019, datas que têm como eventos significativos, a Lei do Feminicídio (2015) e a criação do OBL (2019), principalmente por entender que a Universidade enquanto instituição educativa, dentre diversas funções sociais deve desenvolver pesquisas que venham a contribuir de forma decisiva na mudança da cultura nociva à existência das mulheres.

Indo aos estudos científicos sobre a violência nas universidades, encontramos em Valls et al. (2009) a indicação que os Estados Unidos da América foram o país pioneiro no que diz respeito a pesquisas

na temática, pois trouxeram dados concretos, tipificando as formas de violência desta temática e também evidenciando programas de intervenção e prevenção da violência de gêneros nas universidades. (BELLINI; MELLO, 2022, p.31)

De posse desses dados poderíamos inferir se a universidade vem fortalecendo o enfrentamento à violência; se a Universidade está conectada com o que acontece na sociedade em geral; quais são as áreas do conhecimento nas quais são realizadas as pesquisas? Quais são os aspectos que estão sendo contemplados?

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E A PRODUÇÃO ACADÊMICA NA UEPB -2015-2019

Desde 1970/1980 os movimentos feministas brasileiros protestam, denunciam as perversidades cometidas contra as mulheres e solicitam mudanças na sociedade.

A postura naturalizante construída socio-histórico-culturalmente edifica a compreensão social sobre a “intocabilidade da sagrada família”, representada por um grupo social no qual a chefia exercida pelo homem, detinha o poder absoluto sobre a mulher e o seu corpo, caracterizando o domínio social denominado de patriarcalismo.

A mentalidade social construída sob a égide do patriarcalismo se expressa em diferentes formas e concepções, das quais o adágio bastante reproduzido no Brasil, “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”. Este provérbio, é demonstrador de que a relação entre o homem e a mulher é concebida como sendo de natureza privada e, sendo assim, não cabe intervenção pública ou de terceiros e esta “blindagem”, pode ocorrer em qualquer estágio da união seja no que em dias atuais é conhecido como “ficar” ou no, namoro, noivado, casamento, estas últimas nomenclaturas mais tradicionais.

Todavia, a pressão dos movimentos feministas e de outros movimentos sociais brasileiros vem impactando essa relação de autoridade patriarcal, machista, racista e uma conquista se apresenta na virada do entendimento de que a relação conjugal é de âmbito particular e em dias atuais, há uma resposta que vem sendo repetida no meio

popular e da militância de que, se a situação na qual a mulher está envolvida, é de violência, “se mete o faqueiro inteiro” . Dessa forma ficam evidenciadas que as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres devem partir de qualquer campo social, seja pessoal ou do Estado.

Nesta perspectiva de enfrentamento, é importante ressaltar que as pessoas que vão intervir em casos de violência, saibam da necessidade dos cuidados e que devem acionar.

Gráfico 1-PRODUÇÃO ACADÊMICA DA UEPB SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES 2015-2019

Fonte: Larissa Oliveira Fernandes/bolsista

Quadro 1- QUANTIDADE GERAL TCC's (nos Cursos pesquisados)

ANO	Quantidade TCC's	Quantidade TCC com Tema
2015	2.097	9
2016	2.995	23
2017	2.761	14
2018	2.664	16
2019	2.609	22
Total	13.126	84

Fonte: Larissa Oliveira Fernandes/bolsista

Quadro 2: Quantidade TCC Campus III - Guarabira

ANO	Quantidade TCC's	Quantidade TCC's Guarabira	Quantidade TCC com tema
2015	2.097	133	1
2016	2.995	389	6
2017	2.761	449	5
2018	2.664	442	7

2019	2.609	420	9
Total	13.126	1.833	28

Fonte: Larissa Oliveira Fernandes/bolsista

Quadro 3: Quantidade TCC Campus I - Campina Grande

ANO	Quantidade TCC's	Quant TCC Campina Grande	Quantidade TCC com tema
2015	2.097	1.136	7
2016	2.995	1.729	14
2017	2.761	1.508	9
2018	2.664	1.538	9
2019	2.609	1.334	13
Total	13.126	7.245	52

Fonte: Larissa Oliveira Fernandes/bolsista

Quadro 4: Quantidade TCC em JOÃO PESSOA	Quantidade TCC em C – Campus V – João Pessoa		
Quadro 4: Quantidade TCC em JOÃO PESSOA	Quantidade TCC em C – Campus V – João Pessoa		

ANO	Quantidade TCC's	Quant TCC João Pessoa	Quantidade TCC com tema
2015	2.097	64	0
2016	2.995	144	0
2017	2.761	125	0
2018	2.664	125	0
2019	2.609	98	0
TOTAL	13.126	556	0

--	--	--	--

Quadro 5: Quantidade TCC Campus IV - Catolé do Rocha



ANO	Quantidade TCC's	Quant TCC Catolé do Rocha	Quantidade TCC com tema
2015	2.097	58	1
2016	2.995	64	3
2017	2.761	48	0
2018	2.664	70	0
2019	2.609	91	0
TOTAL	13.126	331	0

Fonte: Larissa Oliveira Fernandes/bolsista

Quadro 6: Quantidade TCC Campus VIII - Araruna



ANO	Quantidade TCC's	Quant TCC Araruna	Quantidade TCC com tema
2015	2.097	41	0
2016	2.995	89	0
2017	2.761	91	0
2018	2.664	79	0
2019	2.609	78	0
TOTAL	13.126	378	0

Fonte: Larissa Oliveira Fernandes/bolsista

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados coletados e analisados na pesquisa pudemos constatar que na UEPB vem se desenvolvendo pesquisas sobre a violência contra as mulheres o que possibilita afirmar que o enfrentamento à violência com ações reativas são diárias no campo administrativo e na movimentação em prol da construção da cultura institucional.

A pesquisa mostrou que esta violência está sendo explorada no campo da pesquisa e ações práticas vêm sendo forçadas por

movimentos sociais, por estudiosas e pelo Governo do Estado. Também foi constatado que as análises encontradas nos TCC's vão além da área de Humanas (História, Jornalismo, Sociologia, Direito, Geografia, Pedagogia, Letras) e, dessa forma, a área da saúde, teve estudantes que contemplaram o tema .

Vale ressaltar que não foram encontrados TCC's com o tema nos cursos de Pedagogia (Campina Grande), Geografia (Campina Grande), Letras (Monteiro), Arquivologia (João Pessoa) e Odontologia (Araruna).

Ademais, a pesquisa revelou que as /os estudantes mostram não só interesse na temática, mas também evidenciam um incômodo evidente acerca do assunto, e , que a universidade não é apenas um ambiente que forma pessoas apenas para o âmbito profissional , mas que é um lugar para desenvolver a consciência crítica dos discentes sobre os problemas sociais que a nossa sociedade enfrenta, especialmente a violência contra as mulheres , pois o enfrentamento dessa mazela é uma luta que vem obtendo grandes avanços , contudo ainda há muito a ser feito e discutido para coibi-la.

REFERÊNCIAS

BELLINI, Daniela Mara Gouvêa; MELLO, Roseli Rodrigues de. As contribuições científicas para a prevenção e superação da violência de gênero nas universidades. In: ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; ZANELLO, Valeska (Orgs). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022 p. 29-58 Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=rm&ogbl#search/viol%C3%Aancia/QgrcJHrj-CFQGXZsJnQGpDWmdDHNDXPQLpZl> Acesso em: 28 de junho de 2022

BRASIL. Lei 11.340/06. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm Acesso em: 21 de junho de 2022

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Convenção de Belém do Pará**, 1994, s.p. Disponível em: <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm> Acesso em: 20 de junho de 2022

MINAYO, Maria Cecília de Souza ; SOUZA, Ednilsa Ramos de: 'Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva'. **História, Ciências, Saúde**— Manguinhos, v. IV, n.3, p.513-531, nov. 1997-fev. ,1998 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/S9R-RyMW6Ms56S9CzkdGKvmK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 29 de junho de 2022

ATIVIDADE EXTENSIONISTA SOBRE VIOLÊNCIA ÀS MULHERES NA ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL JOSÉ SOARES DE CARVALHO/GUARABIRA/PB

Ivonildes da Silva Fonseca-Coord Extensão
Terlúcia Maria Silva-Colaboradora Extensão
Maria Lídia dos Santos Costa-Estudante bolsista

A ATIVIDADE DE EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

A Universidade é uma das instituições sociais que tem ligação intrínseca à realidade social, especialmente quando é pública e assim é desenvolvido compromisso com o que está ocorrendo na sociedade, sobretudo com problemas sociais, a exemplo da violência contra as mulheres no Brasil.

Nesse sentido, a força motriz da vida universitária seja nas áreas da saúde, educação, inovação tecnológica, engenharias, artes... enfim é produzir conhecimento em um sistema em que o ensino, a pesquisa e a extensão formam um elo inquebrantável, como está descrito na Constituição Federal de 1988, Artigo 207: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (Brasil. [Constituição (1988)], [2016])

Assumindo o compromisso social, muitas Universidades vêm tratando de forma científica o fenômeno da violência contra as mulheres de modo que a pesquisa científica nesse campo tem apresentado análise, conceituação e perspectivas de atuação que vêm se tornando

contribuição da mais alta importância para que a sociedade enfrente os efeitos deletérios desse fenômeno que, em caráter de urgência, deve ser mitigado ou erradicado.

Nesse sentido as pesquisas científicas acerca da violência nas perspectivas histórica, socioantropológica, produziram a sistematização dos tipos de violência e o importante ciclo da violência doméstica, abalaram a naturalização da violência às mulheres.

A Lei 11.340/06, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, traz em seu art. 5º a definição sobre a violência doméstica. De acordo com o art. 5º da Lei Maria da Penha, violência doméstica e familiar contra a mulher é “*qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial*”.

O conhecimento e reconhecimento do ciclo da violência tem mostrado uma alta importância na desnaturalização deste fenômeno social, sobretudo, para muitas mulheres pois a cultura do patriarcado desenvolve mecanismos que deixam as mulheres com sentimentos diversos que transitam entre medo, decepção, auto-culpa, enfim as emoções negativas que recaem sobre a autoestima e erige um cenário de desesperança.

Com a contribuição científica, especialmente ao esquema realizado pela psicóloga estadunidense Lenore Walker acerca do ato da violência doméstica, mostrando que há uma ordem no acontecimento de agredir a mulher. É **o ciclo da violência** que percorre três fases. Na fase 1, denominada de Aumento de tensão o agressor fica raivoso, humilha a mulher, dá murro ou quebra objetos e a origem desses acessos violentos muitas vezes é algo insignificante ou seja qualquer episódio é motivo de violência.

Nesse turbilhão, a mulher tende a se auto responsabilizar e experimenta sensações de medo, angústia, tristeza. Por ser muito forte a cultura de encobrimento dessas situações de violência com o companheiro, a mulher não comenta, não pede ajuda e tenta adotar um comportamento de agradar o companheiro em uma situação que pode durar dias, meses e a partir de constatação científica sabe-se que a fase 2 chegará.

A mulher na fase 2 da violência doméstica tem os atos violentos

ampliados e a reação dela na forma de “paralisia” demonstra a profundidade da violência que vem sendo cometida e que ela ainda não reconhece como tal. O seu sofrimento é encarado como produto da sua postura enquanto companheira, noiva, namorada, esposa. Afinal, a educação patriarcal que recebeu a colocou no lugar da figura que desarmoniza o ambiente, “desde a criação do mundo”, haja vista a narrativa de muitos sistemas religiosos.

Na fase 2, o indivíduo agressor explode em atos de violência verbal, física, psicológica, moral, patrimonial e geralmente a mulher fica sem saber o que fazer para reagir. O sofrimento se implanta gerando perda de apetite, de sono, de vigor físico e às vezes se isola. A mulher fica doente e nessa fase muitas buscam ajuda de parentes, de amigas, procuram ficar distantes das agressões.

Assim, compreendendo que é uma causadora da instabilidade e da irritabilidade do agressor, a mulher chega até a fase da “Lua de mel”, a fase 3 do ciclo da violência. Esta fase é a que tem o agressor fazendo promessas de mudanças, busca reconciliação e as mulheres que aceitam a volta ao relacionamento, terminam experimentando a volta à fase 1 e assim, o retorno ao ciclo.



Figura 1 - Ciclo da violência doméstica

Fonte: <https://cidaramos.com.br/blog/ciclo-de-violencia-contra-a-mulher/>

De posse das contribuições científicas, resultantes de pesquisas, as reivindicações de parlamentares, militantes, pesquisadores propõem temas nesse campo em currículos escolares, em formação continuada para docentes e gestoras/gestores, em cursos para técnicas e técnicos. Todavia, e para as pessoas que não estão nas universidades, se faz necessária a aquisição de tão importantes conhecimentos. Assim, a extensão universitária tem importância ímpar, conforme os escritos da PROEX da UFES /Campus de Goiabeiras:

A **Extensão Universitária** é a ação da Universidade junto à comunidade que possibilita o compartilhamento, com o público externo, do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição. É a articulação do conhecimento científico advindo do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a universidade se insere, interagindo e transformando a realidade social.

O TEMA DA VIOLÊNCIA ÀS MULHERES EM ATIVIDADE EXTENSIONISTA NA UEPB/CAMPUS III-GUARABIRA

Na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, o tema da violência contra as mulheres tem sido trabalhado em Trabalhos de Conclusão de Curso-TCC na forma de monografias, artigos e em projetos de Extensão.

A violência contra as mulheres é um problema histórico-estrutural e está ancorada na cultura patriarcal e no Brasil, desde a sua formação há um extenso repertório de violências contra as mulheres e, na contemporaneidade brasileira, especialmente na década de 1970 ocorrem transformações visando erradicar a violência, o desrespeito aos direitos humanos das mulheres. Das transformações, temos o abalo demonstrado no adágio popular – “Em briga de marido de mulher, não se mete a colher”. Este abalo se refere à reversão deste entendimento e a partir de mobilizações sociais, com campanhas, a mensagem mudou e o entendimento de que “em briga de marido e

mulher, se mete a colher” passa a ser materializado em ações oficiais.

Assim, a adoção da compreensão por parte do Estado sobre este assunto ser de interesse público, e não apenas da esfera privada promove grande avanço, conforme afirma Saffioti (2011, p.54):

Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado.

O Estado “desimpregnado” da naturalização da violência às mulheres, parte para assumir a competência em casos de violência contra a mulher e assim muitos mecanismos institucionais começam a ser acionados, muitos instrumentos são elaborados no sentido de coibir, punir e desconstruir a mentalidade social presente em cada ato violento, principalmente dos homens contra as mulheres.

Dos mecanismos, atualmente, existentes ficam visíveis os que são exercidos nos campos legislativo (leis) e judiciário/policial (Varas cíveis, delegacias de polícia) e as diversas sistematizações sobre os serviços oficiais, e, vale ressaltar a Paraíba se destaca graças às mobilizações constantes da militância, de parlamentares e pesquisadoras de diferentes áreas.

Diante da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres, muitas ações de enfrentamento vêm sendo adotadas em muitos países e no Brasil, país que ocupa a 5ª posição no mundo, vale ressaltar as ações dos movimentos sociais e no campo legislativo, muitas leis importantes foram sancionadas das quais a Lei Maria da Penha (11.340/2006) e a Lei do feminicídio (13.104/2015).

Apesar de muitas iniciativas de enfrentamento à violência o fortalecimento para as mesmas se faz necessário muitas estratégias das quais a construção de redes de apoio, de prevenção e enfrentamento por parte da sociedade organizada e de órgãos do Estado.

Desde 1980 a sociedade mobilizada, na forma de organizações governamentais e não governamentais, elabora medidas e instrumentos que venham a construir uma mentalidade social e comportamentos

em que haja o respeito aos direitos humanos das mulheres e promovam um mundo sem violência.

Na Paraíba, o Decreto - lei 11.276/86 criou as Delegacias especializadas de mulheres na Paraíba sendo que a primeira Delegacia especializada foi em 1987 na cidade de João Pessoa. No ano de 2022, a Paraíba contava com 14 as delegacias especializadas localizadas nas cidades de João Pessoa (unidade Sul na Central de Polícia e Norte no Centro), Bayeux, Cabedelo, Santa Rita, Mamanguape, Campina Grande, Guarabira, Picuí, Monteiro, Queimadas, Patos, Sousa e Cajazeiras. Valorizando a importância e eficácia da interinstitucionalidade, foi constituída: “A rede de proteção às mulheres vítimas de violência na Paraíba é formada pela Secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social (Sesds), através da Polícia Civil e Polícia Militar, além da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, Ministério Público (MPPB), Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) e outras instituições. Esse conjunto atua contra a violência doméstica e na prevenção ao feminicídio.” (Cavalcanti, 2022)

No sentido de ampliar a informação sobre os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência, foi elaborado pela Secretaria Estadual da Mulher e Diversidade Humana, no ano de 2021 o **Guia da rede de enfrentamento e atendimento à violência doméstica e sexual**.

Dessa forma, a apresentação detalhada deste Guia, principalmente no que diz respeito a como acessar os serviços e onde os mesmos estão localizados, se torna imprescindível para as comunidades, especialmente para as mulheres que necessitam dessa informação para si ou para outras que estão em situação de violência.

A AÇÃO EXTENSIONISTA NA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO EM GUARABIRA/PB

No ano de 2023, iniciamos em uma escola de ensino médio na cidade de Guarabira a execução do Projeto de Extensão “**Guia da rede de enfrentamento e atendimento à violência doméstica e sexual**”: **um caminho no enfrentamento à violência contra as mulheres**.

As atividades que antecederam à apresentação do “**Guia da rede de enfrentamento e atendimento à violência doméstica e sexual**”:

um caminho no enfrentamento à violência contra as mulheres, constaram da metodologia com Rodas de Conversa e Oficinas cada uma das técnicas com uma hora e meia de duração.

As rodas de conversa e as oficinas (antecedidas de exposição sobre os temas) ocorreram a partir de eixos geradores acerca da importância da ciência, o conceito do amor, o sistema patriarcal, respeito e diversidade humana. Esses assuntos prepararam o terreno para a abordagem direta sobre a violência contra as mulheres e, dessa forma a interação foi satisfatória movimentando as turmas à participação dialógica.

As turmas selecionadas foram as do último ano do Ensino médio pelo fato de que esse público possui no seu repertório de vida situações amorosas que permitia um entendimento para análise, ainda que houvesse meninas e meninos adolescentes e jovens ainda sem vivência de relacionamentos amorosos. Todavia, muitas sofriam com a violência que envolvia a mãe, a irmã, a prima, a amiga em uma confirmação do tipo de sociedade brasileira com relação à vida das mulheres.

O eixo gerador “Início da relação amorosa com Carinho ou agressão?” possibilitou diálogos com argumentações surgidas de experiências próprias e de reflexões sobre as experiências de outras pessoas; Outro eixo gerador instigou as falas sobre “O que podemos fazer, enquanto sociedade, para mudar a situação de violência contra as mulheres?”

Foi dito por muitas pessoas da turma que o “amor tóxico”, expressão usada na atualidade, em relacionamentos afetivos tem sido normalizado pela sociedade, assim passando despercebido o seu grau de nocividade. Continuando com as reflexões foram elencadas dificuldades que “prendiam” a mulher em situação de violência com predomínio da dependência emocional e financeira em um relacionamento e a dificuldade de identificar o seu parceiro como alguém ruim.

No desenvolvimento do trabalho foram analisados fragmentos de textos com definições sobre o Amor em diferentes contextos históricos pretendendo evidenciar que há uma dinâmica social moldando as formas de relações afetivas e também sobre o sistema patriarcal.

Os trechos advindos das leituras de livros e artigos científicos foram excelentes impulsionadores à discussão, a exemplo do que evidenciava o sofrimento profundo que acomete as mulheres que passaram por situação de violência: “Feridas do corpo podem ser tratadas com êxito num grande número de casos. Feridas da alma podem, igualmente, ser tratadas. Todavia de sucesso, as probabilidades em termo de cura, são muito reduzidas e, em grande parte dos casos, não se obtém nenhum êxito” (Saffioti,2004, p.19).

O conceito de patriarcado teve larga aceitação nas turmas, inclusive houve quem fosse enfática na indicação de ser este fenômeno aliado ao racismo uma das fortes bases da situação a qual a sociedade deve se livrar que é a violência às mulheres. Vale lembrar que nesta ocasião do debate em uma das turmas -, a equipe da UEPB foi elogiada por praticar um discurso incluindo as mulheres trans. Foram palavras de uma aluna trans.

Dos trechos sobre o patriarcado, foi bem explorado o que pontuava a dicotomia entre espaço público e espaço privado

Na literatura feminista internacional, a discussão sobre o patriarcado tem indicado a existência desse fenômeno quando existe uma ausência de regulação da esfera privada em situações onde há um notável desequilíbrio de poder dentro dessa instância. A presença de violência doméstica, por exemplo, evidencia que a separação entre público e privado se deu de forma tão ampla que ocorrem situações de dependência no interior do espaço familiar, particularmente das mulheres com relação aos homens. (Aguiar,2000. p.305).

Também nos valem de dados quantitativos para fortalecer a ideia de que a vida das mulheres tem que ser valorizada. Nesse sentido, o infográfico do Fórum de Segurança Pública foi exposto²⁶

26 O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) divulgou o resultado da pesquisa “Visível e Invisível de mulheres no Brasil, realizada entre 9 a 13 de janeiro de 2023, solicitada pela ONG do Instituto Datafolha com o universo composto por mulheres com mais de 16 anos de idade. Foi constatado que em 2022 mais de 18 milhões de mulheres agredidas o que significa que algum tipo de violência atingiu 35 mulheres por minuto. Disponível em: <https://www.gp1.com.br/brasil/noticia/2023/3/2/pesquisa-aponta-que-35-brasileiras-foram-agredidas-por-mi>

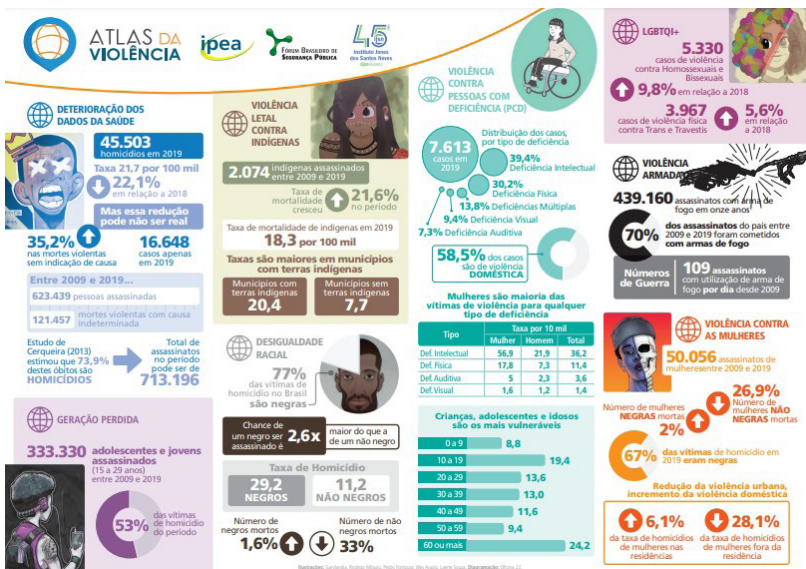


Figura 2: Infográfico

Fonte: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/213/atlas-2021-em-infograficos>.

O infográfico com dados dos índices de violência do ano de 2021, o mais recente encontrado chama a atenção para o alto número de mulheres assassinadas entre os anos de 2009 e 2019, mais de 50 mil mulheres sofreram de feminicídio. Também foi destacado o aumento na porcentagem de mulheres negras que sofrem esse tipo de violência com mais de 67% das vítimas de feminicídio eram mulheres negras em 2019.

É importante o alerta sobre a diminuição da violência urbana e o aumento da violência doméstica, nos trazendo a informação de que na maioria dos casos, o agressor é um parente da vítima, além de nos informar sobre a maioria das vítimas de violências contra pessoas com deficiência (PCD) são mulheres, seja qual for o tipo de violência

sofrido.

Nessa linha foram mostrados os diferentes tipos de violência contra as mulheres: Violência física, violência psicológica, violência sexual, violência moral e violência patrimonial.

Esta parte atinente à categorização das violências foi atentamente acompanhada pela turma de estudantes que fez relatos quase sempre acompanhado do tom de indignação por tamanha violência contra mulheres e o fato de que essa luta ainda não tem toda a visibilidade que necessita e foi unanimidade a conclusão: a violência contra as mulheres precisa parar, as mulheres querem viver.

Na exposição sobre o ciclo da violência foi explicado que a ordem se dá em três fases: aumento de tensão, ataque violento e lua de mel. Inicialmente, o agressor ameaça, cria toda uma situação de constrangimento e ameaças. Em seguida, ele parte para a ação, ou seja, a violência contra a mulher. Depois disso, ele se mostra arrependimento, prometendo uma mudança de comportamento conhecida como a fase da lua de mel.

Entretanto, são apenas palavras de arrependimento, porque o ciclo volta a se repetir. Não é fácil sair de uma situação como essa, e isso foi discutido em sala. Por vezes, a mulher pode se sentir culpada pelo o que está acontecendo e até merecedora da situação, por causa da manipulação contra ela. A dependência financeira também é um dos motivos que mantém o relacionamento, até mesmo filhos. Ou seja, são muitos motivos que infelizmente fazem com que a mulher se sinta presa à aquela situação, àquela relação.

O assunto também foi trabalhado com algumas músicas que tratam da violência contra as mulheres. Como: Disque Denúncia – Nina Oliveira; Rosas – Atitude Feminina que tratam e expõem a violência sofrida por mulheres dentro do ambiente doméstico. Outras músicas foram indicadas pelos estudantes, como *Ultraviolence* da Lana del Rey. Nessa música, a frase “Ele me bateu, mas pareceu amor verdadeiro” foi destacada. Na finalização foram apresentados os números de telefone e *WhatsApp* de órgãos oficiais para atendimento e denúncia. Os contatos constavam em um cartaz que faz parte do projeto da UEPB, denominado “As mulheres querem viver”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno da violência contra as mulheres é uma prática cultural multifatorial portanto assim deve ser o enfrentamento exigindo atividades em todos os grupos sociais pois é uma obrigação de todas as instituições sociais, Com esse entendimento a UEPB por meio de atividade extensionista desenvolveu no ano de 2023 o projeto **“Guia da rede de enfrentamento e atendimento à violência doméstica e sexual”**: um caminho no enfrentamento à violência contra as mulheres em uma escola de ensino médio na cidade de Guarabira.

A atividade foi iniciada abordando os mecanismos de sedução antes da consolidação da relação entre as pessoas e nesse sentido foram exploradas definições do conceito de amor.

A seguir a violência foi exposta conceitualmente exibindo dados estatísticos do FBSP que após a realização da pesquisa “Visível e Invisível de mulheres no Brasil, realizada entre 9 a 13 de janeiro de 2023, concluiu que, em 2022, no Brasil por minuto, 35 mulheres foram acometidas de algum tipo de violência”.

Todo o conteúdo foi acompanhado de forma muito participativa e as turmas demonstraram discursos que apontam indignação e ao serem inquiridas sobre as medidas necessárias, apontaram o rompimento com a dependência emocional e financeira.

Esta pontuação sobre a dependência nos deixa a refletir se a escola está acompanhando as reivindicações das adolescentes e jovens; se a escola consegue articular a sua metodologia com o que ocorre fora da escola

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e Estado**, n.15, v.2, 2000 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/cRnvYmPTgc59jggw7kV5F4d/?lang=pt#> Acesso em: 20 de outubro de 2023

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.

htm Acesso em: 23 de dezembro de 2023

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 [Lei Maria da Penha] Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, 2006 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm Acesso em: 20 de outubro de 2023

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015.[Lei do feminicídio] Altera o art.121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm Acesso em: 20 de outubro de 2023

CAVALCANTI, Juliana. 35 anos da Delegacia da mulher. **A União**, João Pessoa/PB, 2022 Disponível em:https://auniaio.pb.gov.br/noticias/caderno_paraiba/35-anos-da-delegacia-da-mulher Acesso em: 20 de dezembro de 2022

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Pesquisa aponta que 35 brasileiras foram agredidas por minuto em 2022.** Disponível em: <https://www.gpi.com.br/brasil/noticia/2023/3/2/pesquisa-aponta-que-35-brasileiras-foram-agredidas-por-minuto-em-2022-543921.html> Acesso em:23 de out de 2023

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/contato.html> Acesso em: 23 de dezembro de 2023

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana /SEMDH. **Guia da rede de enfrentamento e atendimento à violência doméstica e sexual.** João Pessoa, 2021 Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-mulher-e-da-diversidade-humana/programas/guia-da-rede-de-enfrentamento-e-atendimento-a-violencia-domestica-e-sexual.pdf/view> Acesso em: 22 de outubro de 2023

RAMOS, Cida. **Ciclo de violência contra a mulher.** Disponível em: <https://cidamos.com.br/blog/ciclo-de-violencia-contra-a-mulher/> Acesso em 23 de dezembro de 2023

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado, Violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

INVESTINDO EM LUGARES DE ESCUTA: REFLEXÕES INTERSECCIONAIS E COLONIALIDADE

Susel Oliveira da Rosa

Ouvir é, nesse sentido, o ato de autorização em direção à/ao falante. Alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida. Nessa dialética, aquelas/es que são ouvidas/os são também aquelas/es que “pertencem”. E aquelas/es que não são ouvidas/os se tornam aquelas/es que não pertencem (GRADA KILOMBA, 2019, p. 43).

O presente artigo é fruto de uma proposta de pesquisa para o PIBIC/CH/UEPB no ano de 2020. A questão central era de que forma – do lugar da produção histórica – poderíamos investir em lugares de escuta. O que as mulheres racializadas estavam dizendo e produzindo há tanto tempo e a Universidade (esse espaço de construção e produção de um saber majoritariamente colonialista) já não podia mais ignorar? O quanto de violência carrega esse lugar de não-escuta acadêmica para a vida das mulheres? O título sugeria a necessidade de ampliação de lugares de escuta: inserção das produções de autoras não-brancas, racializadas, afrodescendentes, originárias e das mulheres que estavam/estão fora do mercado de referências e citações acadêmico-colonialistas em nossos currículos/componentes curriculares. Proposta de pesquisa-convite à inserção dessas autoras de forma não meramente simbólica, mas como bibliografia básica em

nossos cursos.

Vale enfatizar que há algumas décadas pensadoras negras, de Abya Yala, originárias, não-hegemônicas têm questionado a colonialidade do poder, do saber e do conhecimento, perpetradas desde a modernidade com a invasão e ocupação europeia de África, Ásia e América Latina e seus respectivos processos de instauração de hegemonia no planeta, como aponta Oyèrónké Oyewùmí:

Uma característica marcante da era moderna é a expansão da Europa e o estabelecimento de uma hegemonia cultural euro-estadunidense em todo o mundo. Em nenhuma área essa hegemonia é mais profunda que na produção de conhecimento sobre o comportamento humano, sua história, sociedades e culturas. Como resultado, os interesses, preocupações, predileções, neuroses, preconceitos, instituições sociais e categorias sociais de euro-estadunidenses têm dominado a escrita da história humana (OYEWÛMÍ, 2020, p. 85).

Em seus trabalhos, Oyewùmí enfatiza o quanto e como gênero e raça foram fabricados e tomados como universais durante a modernidade colonial e se transformaram em “eixos fundamentais a partir dos quais as pessoas foram exploradas e as sociedades foram estratificadas” (2020, p.85). A racialização do conhecimento foi um dos efeitos da colonialidade, diz a autora. Nesse sentido, mas com outra abordagem teórica, Sueli Carneiro (2005) em sua tese de doutoramento (atual e felizmente já publicada em livro), mostra como o dispositivo da sexualidade se entrelaçou ao que nomeou como “dispositivo da racialidade”. Ao retomar, incrementar e expandir as análises de Michel Foucault sobre a modernidade e o racismo biológico, Sueli Carneiro ampliou também a noção de Epistemicídio:

Para nós, porém, o Epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de

produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o Epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra (sic), mutila a capacidade de aprender etc. É uma forma de seqüestro (sic) da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta. Sendo, pois, um processo persistente de produção da inferioridade intelectual ou da negação da possibilidade de realizar as capacidades intelectuais (CARNEIRO, 2005, p.97-98).

Epistemicídio que foi e é central à colonialidade. Colonialidade que atravessou e construiu relações de gênero, raça, de trabalho, subjetivas e intersubjetivas como demonstrou Maria Lugones ao entrelaçar o olhar interseccional com a ampliação da noção de colonialidade do poder, chegando ao que denomina de sistema modernocolonial de gênero, já que em sua perspectiva “toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade” (LUGONES, 2020, p. 57).

Colonialidade que habita também os feminismos ou o “feminismo eurocentrado e civilizacional”, como aponta Heloisa Buarque de Hollanda:

A marca mais forte desse momento é a potencialização política e estratégica das vozes dos diversos segmentos feministas interseccionais e das múltiplas configurações identitárias e da demanda por seus lugares de fala. Nesse quadro, o feminismo eurocentrado e civilizacional começa a ser visto como um modo de opressão aliado ao que rejeita, uma branquitude patriarcal, e informado na autoridade e na colonialidade de poderes e saberes (HOLLANDA, 2020, p.12).

Para a autora, o giro decolonial marca o quarto momento dos feminismos – esse que estamos vivendo - como àquele que entrelaça o individual e o coletivo, propõe uma revisão epistemológica radical das teorias feministas eurocentradas, convidando à passagem do universal abstrato para o universal concreto, do entrelaçamento entre teoria e ativismo e, ao fazer isso, coloca em xeque a branquitude colonial. Resta-nos, então (e para ontem), descolonizar ou contracoletivizar o pensamento, como forma de suscitar uma sociedade mais solidária e inclusiva, como propõe a noção interseccional.

Assim, a partir das noções de interseccionalidade e lugar de fala, a proposta do projeto apresentado no ano de 2020 foi de mobilizar lugares de escuta acadêmica, tencionando a branquitude, com uma pesquisa voltada para a produção intelectual de autoras racializadas que colocaram suas tripas no papel, como convidou Glória Anzaldúa: “não deixem a tinta coagular em suas canetas. Não deixem o censor apagar as centelhas, nem mordanças abafar suas vozes. Ponham suas tripas no papel [...] eles mentiram, não existe separação entre vida e escrita (2000, p.233-235). Porém....

COMO ESCUTAR SEM (NOVAMENTE) COLONIZAR?

Segundo profecia yorubá, a diáspora negra deve buscar caminhos discursivos em atenção aos acordos estabelecidos com antepassados. Aqui, ao consultar o que me é devido, Exu, divindade africana da

comunicação, senhor da encruzilhada e, portanto, da interseccionalidade, responde com a voz sabedora do quanto tempo a língua escravizada esteve amordaçada politicamente, impedida de tocar seu idioma, beber da própria fonte epistêmica cruzada de mente-espírito.

Antes de se preparar o pensamento feminista negro e a interseccionalidade como metodologia, a encruzilhada engloba oferendas analíticas contra nós, razão de depositar neste texto pontos de vistas produzidos pelas intelectuais negras, escrever preto-guês brasileiro, conforme Lélia Gonzalez, pensadora ameericana - já que neocolonizadores acadêmicos não podem abocanhar a interseccionalidade e sequer têm autoridade para dominar o ponto de vista feminista negro (AKOTIRENE, 2018, p.15-16).

Como escutar sem neocolonizar? Carla Akotirene nos mostra a encruzilhada presente nesse e, quiçá, em todos os caminhos. Conseguiremos pesquisar/ouvir/ler sem (novamente) colonizar (roubar, saquear, usurpar, violentar)?

Além de remeter à divindade africana Exu, senhor da encruzilhada, Akotirene (2018) nos diz que o conceito de interseccionalidade foi cunhado academicamente por Kimberlé Crenshaw, intelectual afro-estadunidense e professora de direito em duas grandes universidades daquele país. Cunhado para dar conta das brechas deixadas pelo feminismo branco que não considerava as especificidades das mulheres negras. Com isso, Kimberlé Crenshaw criava uma base teórico-metodológica para pensar a inseparabilidade do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado (AKOTIRENE, 2018, p.14). Desse sistema de opressões interligadas, da conexão entre várias vidas que são ou tornam-se descartáveis na governamentalidade liberal ou neoliberal, nessa gestão bio-tanato-político da vida. (ROSA, 2013).

Ao transformar a interseccionalidade numa proposta teórico-metodológica, Kimberlé Crenshaw não deixou de lembrar a

ancestralidade do conceito (as que vieram antes dela), ao dizer que:

Em cada geração [...] existiram mulheres afro-americanas que se articularam a partir da necessidade de pensar e falar sobre raça através de uma lente que observe a questão de gênero, ou pensar e falar sobre feminismo através de uma lente que observe a questão de raça. Portanto, esse conceito é uma continuidade disso.²⁷

Mulheres como Sojourner Truth. Sojourner que nasceu escravizada por volta do ano de 1797 no EUA e foi a primeira mulher negra a mover um processo contra um homem branco e ganhar. Foi líder abolicionista e sufragista e, em 1851, já lutava pelo que hoje chamamos interseccionalidade, percebendo que as feministas presentes na Convenção dos Direitos da Mulher/Ohio/EUA eram brancas, contavam com privilégios econômicos e suas lutas não incluíam as mulheres negras. O discurso que proferiu nessa Convenção, em 1851, circulou o mundo. Reproduzo parte dele aqui (com a tradução de Djamila Ribeiro):

E eu não sou uma mulher?

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregá-las quando atravessam o lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E eu não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e

27 <https://www.geledes.org.br/kimberle-crenshaw-sobre-interseccionalidade-eu-queria-criar-uma-metafora-cotidiana-que-qualquer-pessoa-pudessem-usar/> Acessado em: 06/05/2019.

também agüentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? E daí eles falam sobre aquela coisa que tem na cabeça, como é mesmo que chamam? (uma pessoa na platéia murmura: “intelecto”). É isto aí, meu bem. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres ou o direito dos negros? Se minha caneca não está cheia nem pela metade e se sua caneca está quase toda cheia, não seria mesquinho de sua parte não completar minha medida?

Então aquele homenzinho vestido de preto diz que as mulheres não podem ter tantos direitos quanto os homens porque Cristo não era mulher! Mas de onde é que vem Cristo? De onde foi que veio Cristo? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com ele. Se a primeira mulher que Deus criou foi suficientemente forte para, sozinha, virar o mundo de cabeça para baixo, então todas as mulheres, juntas, conseguirão mudar a situação e por novamente o mundo de cabeça para cima! E agora elas estão pedindo para fazer isso. É melhor que os homens não se metam.

Obrigada por me ouvir e agora a velha Sojourner não tem muito mais coisas para dizer (RIBEIRO, 2017, p.23).

Podemos perceber que o discurso de Sojourner Truth já era um convite para os feminismos falarem de mulheres no plural, levando em conta outras intersecções como raça, sexo, nacionalidade, etc. Algo que, como diz Djamilia Ribeiro, manifestou-se no que denominamos de terceira onda ou momento dos feminismos (muito embora já tenhamos uma crítica substancial à ideia de “ondas feministas”). Noção interseccional que se manteve atual e reverberou nas feministas brasileiras, mesmo aquelas que não aderiram ao conceito em si,

como Sueli Carneiro:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando?

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, por que nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar. Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados.

São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral, e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de afirmação da superioridade do vencedor. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as

mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego pra que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: 'Exige-se boa aparência.' Quando falamos que a mulher é um subproduto do homem, posto que foi feita da costela de Adão, de que mulher estamos falando? Fazemos parte de um contingente de mulheres originárias de uma cultura que não tem Adão. Originadas de uma cultura violada, folclorizada e marginalizada, tratada como coisa primitiva, coisa do Diabo, esse também alienígena para a nossa cultura. Fazemos parte de um contingente de mulheres ignoradas pelo sistema de saúde na sua especialidade, porque o mito da democracia racial presente em todas nós, torna desnecessário o registro da cor dos pacientes nos formulários da rede pública, informação que seria indispensável para avaliarmos as condições de saúde das mulheres negras no Brasil, pois sabemos, por dados de outros países, que as mulheres brancas e negras apresentam diferenças significativas em termos de saúde. Portanto, para nós se impõe uma perspectiva feminista na qual o gênero seja uma variável teórica, mas como afirmam Linda Alcoff e Elizabeth Porter, que não pode ser separada de outros eixos de opressão e que não é possível em uma única análise. Se o feminismo deve liberar as mulheres, deve enfrentar virtualmente todas as formas de opressão. A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto das sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas –, tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas

sociedades (CARNEIRO, 2003, p.50-51 *apud* RIBEIRO, 2017, p. 49-51).

Sueli Carneiro, certamente é uma das feministas brasileiras que fez circular o valor interseccional. Ela que é filósofa, educadora e fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra. Autora de vários livros e artigos, a filósofa é uma referência. O quanto conhecemos a produção acadêmico-intelectual de Sueli Carneiro?

O quanto conhecemos a produção de Lélia Gonzalez? Historiadora e educadora, Lélia Gonzalez era filha de um ferroviário negro e de uma empregada doméstica indígena. Formou-se em história e filosofia e foi professora da PUC/RJ. Criou e ajudou a criar vários Coletivos e espaços de pesquisa da cultura negra. Em plena ditadura militar (1964-1985), lutou contra o racismo e o sexismo. Foi Lélia Gonzalez que cunhou o termo “amefricanidade” para dar conta da formação africana e indígena das Américas, defendendo um feminismo afro-latino-americano:

é importante insistir que, no quadro das profundas desigualdades raciais existentes no continente, se inscreve, e muito bem articulada, a desigualdade sexual. Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não-brancas na região: as amefricanas e as ameríndias. O duplo caráter de sua condição biológica - racial e sexual - faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas da região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque esse sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo: dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afro-latino-americano (GONZALEZ, 2020, p.46).

O trecho acima foi publicado originalmente nos anos 1980. Foi nessa década também que Lélia Gonzalez mostrou a hierarquização

do conhecimento através da linguagem, conhecimento marcado pela modernidade colonial com cor, raça, sexo, classe social e nada neutro epistemologicamente, como Lugones (2020) e Oyewúmi (2020) - entre muitas outras pensadoras - enfatizam na atualidade. Vejamos um trecho de Gonzalez sobre a linguagem:

É engraçado como eles gozam quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse R no lugar do L nada mais é do que a marca lingüística de um idioma africano, no qual o L inexistente. Afinal, quem é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí fora. Não sacam que tão falando pretuguês (GONZALEZ, 1984, p.238).

Por que em nossos cursos de graduação em Ciências Humanas nem Sueli Carneiro nem Lélia Gonzalez são referências teórico-bibliográficas fundamentais-básicas? O quanto o que as feministas racializadas denominam de “colonização epistemológica” impediu nosso acesso a essas produções? Podemos, agora, estabelecer um lugar de escuta? Podemos, como vaga-lumes, reconectarmos-nos aos fios que nos ligam à experiência?

VAGA-LUMES DA EXPERIÊNCIA...

Debruçar sobre as reflexões do feminismo negro e buscar autoras não-hegemônicas, especialmente no aporte teórico/metodológico/prático da interseccionalidade e da decolonialidade, é uma forma de religar os fios que nos reconectam a experiência, como desejava Walter Benjamin (1994). Ao diagnosticar o empobrecimento da capacidade de compartilharmos experiências e o declínio na narração em meio ao crescimento do que denominou de “cultura do vidro”, Benjamin também diagnosticava a quebra entre passado e presente. Acredito que parar e escutar e estudar e aplicar e trazer para a

academia as problematizações colocadas por essas autoras é dar lugar a experiência, compartilhar o mundo no sentido arendtiano, reconectar com o passado.

Se Walter Benjamin diagnosticou o declínio da experiência, Didi-Huberman (2014) vai dizer que o verbo utilizado por Benjamin sugeriria menos o fim da experiência, como muitos interpretaram, e mais um convite pra retomarmos a dignidade tanto da experiência quanto da narração. Para Didi-Huberman, se Benjamin dizia que “a experiência caminhava para seu fim”, é essa caminhada que deve nos ocupar. Penso que retomar os escritos, as propostas e os caminhos sugeridos pelas autoras citadas aqui – e muitas, muitas outras – significa produzir conhecimento que contribui com o fortalecimento da experiência. “Para conhecer os vaga-lumes, é preciso observá-los no presente de sua sobrevivência; é preciso vê-los dançar vivos no meio da noite, ainda que essa noite seja varrida por alguns ferozes projetores” (DIDI-HUBERMAN, 2014, p.52). Autoras negras, mestiças, originárias e tantas outras que souberam e sabem dançar vivas no meio da noite, não se deixaram abater pelos projetores, e vivem em cada uma/um de nós, inspirando e instigando-nos.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade*. BH: Letramento/Justificando, 2018.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. RJ: Forense Universitária, 2004.

ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, ano 08, 1º semestre, 2000, p.229-236.

ANZALDÚA, Glória. La consciência de la mestiça/Rumo a uma nova consciência. *Revista Estudos Feministas*, 13(3):320, set-dez, 2005, p. 704-719.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. SP: Brasiliense, 1994.

CARNEIRO, Sueli Aparecida. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de Doutorado (Doutorado e Filosofia da Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

_____. *Escritos de uma vida*. BH: Letramento, 2018.

_____. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. SP: Selo Negro, 2011.

_____. *Dispositivo de racialidade*. RJ: Zahar, 2023.

COLLINS, Patrícia Hill. Comentário sobre o artigo de Hekman “Truthand Method:Feminist Standpoint Theory Revisited”: Onde está o poder? *Revista Sings*, v.22,n.2, 1997, p.375-381 [Tradução de Juliana Borges]

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos Vaga-lumes*. BH: UFMG, 2004.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade* vol.1.RJ: Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. SP: Martins Fontes, 2008.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984. Disponível em:https://disciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em 10/05/2019.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Em: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. páginas

38-51.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. Em: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Em: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

_____. *A invenção das mulheres*. RJ: Bazar do Tempo, 2021.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: estudos de racismo cotidiano*. SP: Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. SP: n-1edições, 2018.

_____. *Crítica da razão negra*. SP: N-1, 2018.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala*. BH: Letramento/Justificando, 2017.

RIOS, Flavia. RATTS, Alex. *Lélia Gonzalez*. Coleção Retratos do Brasil Negro. SP: Selo Negro, 2010.

ROSA, Susel Oliveira. *Mulheres, ditaduras e memórias: “não imagine que precise ser triste para ser militante”*. SP: Intermeios/Fapesp, 2013.

_____. “Não deixem a tinta coagular em suas canetas”: por uma escrita orgânica. *Sæculum – Revista de História*, v. 24, n. 41, p. 236-247, 15 dez. 2019.

_____. *Racismo Biológico e Dispositivo da Racialidade: de Michel Foucault a Sueli Carneiro*. Em: Antonio Gasparetto Júnior; Pedro Ivo Dias Tanagino. (Org.). *Democracia e estado de exceção: entre o temporário e o permanente*. 1ed. Curitiba: CRV, 2020, v. 1, p. 163-178.

“QUEM TEM MEDO DE LÉLIA GONZALEZ?”: VIDA E OBRA DE UMA INTELLECTUAL NEGRA BRASILEIRA.

Fernanda de Araújo Oliveira

INTRODUÇÃO

Escreverei do lugar do questionamento “Quem tem medo de Lélia Gonzalez?”²⁸, parafraseando o livro da Djamila Ribeiro (2018) “Quem tem medo do Feminismo Negro?”. Falarei de uma voz que quase não se ouve, ou se vê, que passou, pela metamorfose de auto-consciência da sua negritude, adentrando a luta, contra o racismo e o sexismo na sociedade na qual vivia. Marcando uma década, uma vida, um movimento de mulheres negras, que questionariam esse feminismo branco, eurocêntrico.

Dissertarei de um lugar de consciência política, sendo uma mulher negra de pele clara, que chega a essa autodefinição²⁹, depois de um processo de transição capilar e aceitação do cabelo crespo. Cabelo meu, que foi escondido, contido, durante a infância, chamado pejorativamente de “bombril”, e posteriormente alisado exaustivamente. Cabelo que é uma parte integrante da identidade negra, e um dos maiores elos entre mim e Lélia Gonzalez. Bem como o trocar do l pelo r, traço da africanização do pretuguês que carrego nas veias.

28 O presente artigo compõe o meu trabalho de conclusão de curso desenvolvido na graduação em História pela Universidade Estadual da Paraíba e orientado pela Prof^a. Dr^a. Susel Oliveira da Rosa (2021).

29 Autodefinição é tensionada pela Patricia Collins (2016) como uma forma das mulheres negras definirem a si mesma, aonde valida “o poder de mulheres negras enquanto sujeitos humanos” (COLLINS, 2016, p.104).

“Brasil, chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, Marielles, Malles.” Em 2019 a escola de samba, Estação Primeira de Mangueira, trouxe como enredo “histórias para ninar gente grande”. Em que questiona “a história que a história, não conta”, uma história que não se encontra nos livros historiográficos. Assim, chegou a hora de contarmos a história de Lélia de Almeida Gonzalez, uma mulher negra, preta, que foi militante, professora, feminista negra, uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU) e que esteve entre nós de 1935 a 1994.

Tornou-se desde então, referência para os estudos feministas, de gênero e raciais, especialmente do feminismo negro, como percebemos em várias autoras - Djamilia Ribeiro, Carla Akotirene e a própria Angela Davis-. Davis que durante uma conferência pela liberdade aqui no Brasil disse: “[...]temos que aprender com o Brasil. Mais do que vocês com os Estados Unidos. Isso é consequência do quanto o EUA coloniza região toda em movimentos[...]”³⁰, citando referências de ativistas negras brasileiras, como Lélia Gonzalez, Preta Ferreira, Erica Malunguinho e Luiza Barros.

Escrevendo no período histórico, de luta e fervor, da comunidade negra, trago a necessidade e importância de aprofundarmos o estudo sobre o racismo no Brasil. Observando, que é mais que necessário pararmos para analisar a nossa estrutura, em vez de negá-la, já que a negação é “[...] a recusa de reconhecer a verdade[...]” (KILOMBA, 2019, p.43), pois, aqui no Brasil, ainda não houve, um processo de reconhecimento pleno, de que somos um país e uma sociedade profundamente racistas, sendo ainda visível, essa negação que impede, o reconhecimento e a reparação. Precisamos ir muito além da bolha de ativismo virtual das hashtags “#vidasnegrasimportam” “#Blackouttuesday”³¹.

Isso posto, é importante destacarmos o que demonstra Djamilia Ribeiro (2019), acerca das relações do poder falar. Historicamente, nós

30 Portal Claudia. <https://claudia.abril.com.br/cultura/angela-davis-brasil/> acesso: 15/11/2019 às 12:33.

31 Termo utilizado nas mídias digitais sendo composto de palavras-chaves ou de única palavra, sendo representada pelo símbolo do jogo da velha. Ambas as hashtags marcam os protestos virtuais contra o racismo.

mulheres negras, experienciamos um fator chamado invisibilidade. Invisibilidade não é só impedir nossa voz de falar, mas também não nos escutar. Essa invisibilidade é vista desde o século XIX, no discurso de Sojourner Truth, uma afro-abolicionista norte americana, que subiu no palco do movimento Sufragista em Ohio, em 1851, nos Estados Unidos e questionou “E eu não sou uma mulher?”. Observamos que Truth não foi impedida de falar, mas não foi ouvida, pois para aquelas mulheres brancas, ela não era uma mulher, a sua raça a diferenciava das demais.

Analisa-se que a invisibilidade leva ao epistemicídio, que é tensionado pela filósofa Sueli Carneiro (2005) como um apagamento sistemático da história e dos escritos de nós negros e negras. A autora argumenta ainda que o epistemicídio ultrapassa as paredes das universidades, implica também na falta de direitos básicos como educação, saúde, moradia, entre outros. Vai legitimar a história europeia como única verdade e os europeus como os únicos que poderiam falar. Assim, se voltarmos para o período da invasão brasileira, o epistemicídio estava lá, na imposição de uma nova cultura, de uma nova religião, na deslegitimação cultural dos povos originários, tidas como “atrasadas”.

A partir destas premissas, devemos levar em conta que a “[...] responsabilidade de criar novas configurações de poder e de conhecimento é nossa, é toda nossa [...]” (ROSA, 2019, p.241). Em seu artigo “Não deixem a tinta coagular em suas canetas, por uma escrita orgânica” (2019), Susel da Rosa mostra que é impossível nos separarmos do nosso objeto/corpus de estudo e nos convida a colocarmos a nossas tripas no papel. Trazendo a história da sua mãe e de Dona Leonor, a autora entrelaça com a história dos feminismos negros.

Rosa (2019) prossegue questionando a falta de mulheres negras na academia, pois acabamos por sofrer de uma “colonização epistemológica”, lendo, ouvindo, estudando, autores e autoras europeus. Analisamos que mesmo tendo estudado em um curso de licenciatura em História, foi visível a invisibilidade de Lélia Gonzalez, ou seja, inserirmos Gonzalez é uma forma de combater ao epistemicídio, bem cabe a nós essa responsabilidade.

Assim sendo, neste artigo buscamos evidenciar a história de Lélia

de Almeida Gonzalez, para tal recorrerei ao livro-biografia “Lélia Gonzalez: Retrato do Brasil negro” dos autores Alex Ratts e Flavia Rios (2010). Também objetivamos apresentar o seu pensamento, tendo como enfoque, dois dos seus principais conceitos: amefricanidade e pretuguês presentes no livro “Por um feminismo afro latino americano” (2020), de Lélia Gonzalez, organizado pelas autoras Flavia Rios e Márcia Lima.

Por fim, gostaria de destacar que esse estudo surge, a partir, de questionamentos, do deixar morrer e fazer viver, de sujeitas que não foram suficientemente ouvidas por uma academia branca. Para que, futuras gerações possam saber da importância de Lélia Gonzalez, “pra gente sacar”, movimentarmos, lutarmos, buscarmos dias melhores para todas, todos e todes que fazem parte, dessa grande maioria brasileira, negra, pobre, que os brancos terão que aguentar, vendo essas feições do Brasil, a história estampar.

LÉLIA DE ALMEIDA, LÉLIA GONZALEZ

A história de vida da Lélia de Almeida Gonzalez é perpassada pela construção política enquanto mulher negra. Visto que na sua juventude ao adentrar a Universidade, ela é “vítima” do embranquecimento. Passando posteriormente, por vivências racistas, que lhe trouxe uma “consciência” de sua negritude, havendo assim uma transformação de nome e sobrenome de Lélia de Almeida para Lélia Gonzalez.

Com base em Alex Ratts e Flávia Rios (2010), sabemos que Lélia de Almeida foi a penúltima dentre dezoito irmãos, filha de Urcinda Serafim de Almeida, uma mulher indígena que era trabalhadora doméstica e de Acácio Joaquim de Almeida, um homem negro trabalhador ferroviário. Nasceu em Belo Horizonte, no ano de 1935 no estado de Minas Gerais. Em seguida, aos sete anos de idade migrou para o Rio de Janeiro onde faleceu em 1994 aos cinquenta e nove anos de idade.³²

No Rio de Janeiro Lélia de Almeida se torna a primeira da família a cursar o nível superior, considerando-se que durante os anos de

32 A migração se deu devido à contratação do seu irmão Jaime de Almeida, pelo Esporte Clube Flamengo, que veio a trazer uma transformação social para toda a família Almeida.

1954 a 1958, ela adentrou a vida acadêmica cursando bacharelado e licenciatura em História e Geografia pela Universidade do Estado da Guanabara -atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro, UERJ-. Cursou também o bacharelado e licenciatura em Filosofia, pela mesma instituição, nos anos 1959-1962. Foi mestranda em Comunicação, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutoranda em Antropologia Social, pela Universidade de São Paulo (USP). Esses últimos, infelizmente, não chegaram a ser concluídos. Como podemos ver, Lélia de Almeida, quebrou e desmontou a estrutura racista, saindo do lugar que a sociedade “considerava de negro”.

Percebemos que ao ingressar a universidade, Lélia de Almeida passou por um processo de embranquecimento, nas palavras dela já era “[...] uma pessoa de cuca, já perfeitamente embranquecida, dentro do sistema[...]” (GONZALEZ, 1979, p.202-203 *apud* Ratts e Rios, 2010, posição. 352). É fato, que ela adentrou um local destinado historicamente às elites brancas, e neste caso ela enquanto mulher negra, precisou se “adaptar”, moldando-se para sobreviver a um ambiente que era padronizado.

Outra questão igualmente importante, ocorreu durante a graduação de Filosofia, quando Lélia de Almeida conheceu o seu companheiro, Luiz Carlos Gonzalez, que era seu colega de faculdade e possuía uma origem espanhola. Sobre essa experiência, ela destacou que o relacionamento foi marcado por diversos episódios de racismos praticados pela família de Luiz Carlos, tendo em vista, que aceitaram a relação, como se fosse um caso de “concubinagem” o que nos remete ao período da escravização e a célebre frase “branca para casar, mulata para fornicar e preta para trabalhar”.

Esses episódios foram decisivos para o desabrochar dela como uma mulher negra, pois ela vivenciou diretamente o racismo. Além disso, Luiz Carlos incentivava Gonzalez a se posicionar politicamente como negra. É importante, aliás, frisar, que Luiz Carlos faleceu tragicamente e Lélia optou por continuar com o sobrenome de casada, o Gonzalez.

Nesta conjuntura, constatamos uma mudança de Lélia de Almeida para Lélia Gonzalez. Uma transformação que não é só estética, mas antes de tudo é política, como podemos observar na fotografia

abaixo.

Lélia Gonzalez assumindo a sua negritude



Fonte: Uol.³³

Analisa-se que a identidade negra da Lélia Gonzalez, floresce através do uso de roupas com cores mais fortes, assumindo o seu cabelo crespo, demarcando a sua estética que tanto foi embranquecida. É fato que o cabelo crespo assumido pela Lélia Gonzalez ganha contornos “político-identitários” (LOPES; FIGUEIREDO, 2018) tornando-se um ato político de resistência e aceitação da identidade negra.

É nesta ocasião, que Gonzalez, começa a lecionar em universidades, ao passo que inicia uma vida mais ativa na militância, sendo uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU) que “não apenas alcançou outros estados do sudeste, sul e nordeste como desenvolveu uma série de atividades que contribuiriam enormemente para o avanço da consciência democrática (antirracista e anticolonialista)” (GONZALEZ, 2020, p.162).

Lélia Gonzalez também foi a primeira coordenadora do Coletivo

33 Para mais detalhes ver: Angela Davis recomendou: quem é Lélia Gonzalez, ícone do feminismo no país - 01/02/2021 - UOL Universa.

Nzinga, um coletivo de mulheres negras que era autônomo e tinha como sede o Morro dos Cabritos, no estado do Rio de Janeiro. Neste sentido, ela passou a trilhar outros lugares e assim partindo de um lugar muito específico, Gonzalez começa a analisar que dentro do movimento negro as mulheres sofriam do sexismo e da desigualdade de gênero, já no movimento das mulheres, as questões raciais eram silenciadas.

A partir daí, Gonzalez, começou a fazer a análise de como nós mulheres negras sofremos opressões distintas das mulheres brancas. Isso porque “implica ser objeto de um duplo efeito de desigualdades muito bem articulado e manipulado pelo sistema que aí está” (2020, p.192). Para as autoras Flavia Rios e Marcia Lima (2020), as pesquisas e análises de Lélia Gonzalez sob as dimensões sexual, racial e de classe articuladas como formas de opressões são um dos pilares para a interseccionalidade, conceito este que foi cunhado pela jurista norte americana Kimberlé Crenshaw (2005). Esboça-se, assim, que Lélia Gonzalez, foi e ainda é, uma ancestral epistemológica negra brasileira.

Dando continuidade, observamos que Gonzalez leva a questão racial para o âmbito dos partidos políticos, ela inclusive ajudou na constituição do Partido dos Trabalhadores (PT), também foi candidata a deputada federal pelo mesmo partido no ano de 1982, no pleito em que Benedita da Silva foi candidata a vereadora: ambas pelo estado do Rio de Janeiro.

É notório que ela teve uma experiência fundamental na compreensão da dimensão racial e sexual. O contato com diversas comunidades e grupos sociais abrangeu mais a sua teoria política. Porém, ela não conseguiu se eleger, mas Benedita da Silva sim e Lélia Gonzalez se dispôs a ser sua assessora. Já em 1986, Gonzalez deixa o PT, pois a questão racial não estava sendo prioridade.

Posteriormente, lançou-se como candidata a deputada estadual pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em ambas as candidaturas, Lélia Gonzalez levantava bandeiras dos silenciados, pobres, pretos, homossexuais, prezava a liberdade do corpo entre as mulheres, mas como da primeira vez, ela não foi eleita.

Portanto, notamos o desabrochar político da Lélia Gonzalez,

militante, escritora e uma das primeiras autoras brasileiras que buscou fazer uma análise de gênero e raça como é possível ver no artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. Como sabemos, Lélia Gonzalez teve uma vasta produção entre 1977 a 1988, produção está que é fundamental para compreendermos a sociedade brasileira, destacamos os conceitos: amefricanidade e pretuguês os quais veremos a seguir.

AMEFRICANIDADE E PRETUGUÊS

Primeiramente, é importante situar, que as influências intelectuais da Lélia Gonzalez, vieram da Europa com o feminismo do pós-guerra de Simone de Beauvoir, do marxismo da escola francesa e da psicanálise. Do continente africano veio a influência do anticolonialismo de Amílcar Cabral, do Caribe e dos Estados Unidos as ideias pan-africanista (RIOS; LIMA, 2020).

Dando continuidade, observamos que o conceito de amefricanidade é cunhado no artigo “A Categoria político-cultural da Amefricanidade” (2020) em que Lélia Gonzalez expõe uma visão pan-africana e diaspórica da formação da sociedade brasileira, contando a história pela visão dos povos do continente africano. Desde os que vieram no período da escravidão, aos ameríndios que já estavam bem antes das invasões europeias. Fazendo deste continente uma Améfrica Ladina, ou mesmo, pensando mais contemporaneamente uma Abya Yala³⁴, visto que o resgate decolonial começa pela língua e renomear nosso continente é fortalecer uma luta ancestral, pois:

[...]Trata-se de um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico cultural do Brasil, que por razões de ordem geográfica e, sobretudo, de ordem do inconsciente, não vem a ser o que em geral se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancos. Ao contrário,

34 Abya Yala é um resgate ancestral dos movimentos feministas do continente americano, para renomear a região territorial com um nome que existia antes das invasões europeias, já que América deriva de Americo Vespúcio. Ver mais em: <https://www.abracocultural.com.br/criacao-america-latinaabya-yala/>.

ele é uma América Africana [...] (GONZALEZ, 2020, p.127.)

A partir de sua experiência, no que diz respeito às viagens feitas por todo o continente americano e a teoria lacaniana de Betty Milan e M. D. Magno, Lélia Gonzalez nos aponta a premissa de uma “[...] América Africana, cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o T pelo D para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: Améfrica Ladina[...] (GONZALEZ, 2020, p.127)”. Esta América é um conjunto de lutas, resistências e criações dos nossos ancestrais, para a sobrevivência ao duro colonialismo/imperialismo europeu, já o ladino³⁵ refere-se aos escravizados já “aculturados” que sabiam falar o português, por vezes já nascidos no Brasil.

Podemos notar como a presença negra modificou a cultura branca europeia no nosso continente. Gonzalez (2020) analisou aqui no Brasil, a troca do L pelo o R, traço herdado dos nossos ancestrais que chegaram forçadamente neste continente, no qual alterou o português de Portugal. Assim, o sujeito branco, apontará o dedo para “negrada” que não fala a língua do colonizador (o português) e dirá que fala errado, porque “não é culto o suficiente”. Pois sinto lhes dizer, que a nossa língua - português brasileiro - foi marcada pela africanização com um caráter rítmico que acabou, por se mesclar com o português que veio do luso, o que mudou não só os falares de nós negros, mas de todas, todos e todes do nosso país, na verdade falamos é pretuguês.

Então, a língua portuguesa brasileira difere-se da de Portugal, pois teve a influência nos falares dos diversos povos vindos do continente africano. Esta africanização se deu, a partir da resistência de manter viva as línguas, como: quimbundo, ambudo, iorubá, entre outras, mesclando-as com o português. Formando assim inúmeras palavras do nosso dia a dia. Lélia Gonzalez observou e utilizou em seus trabalhos acadêmicos, cunhando assim o conceito “pretuguês”.

Como Lélia Gonzalez nos mostra, neste “barato doido da cultura brasileira”, nós falamos é “pretuguês”. Visto que, as “mães pretas” que

35 Retirado do site: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/escr_confitto.html acessado 13/06/2021 às 10:53.

cuidavam/cuidam de crianças brancas, contavam histórias, músicas etc., derivadas do continente africano, levando assim o “pretuguês” para toda a cultura dita brasileira.

E o “ignorante” demonstra seu racismo ao inferiorizar a língua pretuguesa como “informal”. Ao mesmo tempo em que trocam o “você” pelo “cê”, como se não tivessem falando o pretuguês. A verdade é que, enquanto sociedade racializada, o Brasil fez um apagamento de diversas línguas originárias sofrendo assim de um linguicídio que é a morte das línguas existentes em detrimento da língua colonialista (NASCIMENTO, 2019), ou mesmo se configurou uma forma resistência aonde mesclaram as línguas que veio do continente africano com a língua do colonizador.

Assim a população negra, preta, favelada são os que “falam errado” e os brancos falam “informalmente”, porque houve um processo no qual a língua racializou, nomeando e inferiorizando as populações não brancas. No entanto, se o português sofreu esta africanização, todos nós falamos o pretuguês. Porém, acabam por negar a importância negra na formação linguística. E o engraçado “negrada” é a contradição de o objeto parcial por excelência da nossa cultura ser a bunda, como ressalta Gonzalez:

[...] Recorrendo ao Aurélio, pode-se constatar que essa palavra se inscreve no vocabulário de uma língua africana, o quimbundo (mbunda), que influenciou os nossos falares. Além disso, vale ressaltar que os bundos constituem uma etnia banto de Angola que, além do supracitado quimbundo, falam outras línguas: bunda e ambundo (...) Em consequência, além de certos modismos (refiro-me, por exemplo, ao biquíni fio dental) que buscam evidenciar esse objeto parcial, note-se que o termo deu origem a muitos outros em nosso “pretugues”. Por essa razão, gosto de fazer um trocadilho, afirmando que o português, o lusitano, “não fala e nem diz bunda” (do verbo desbundar). (GONZALEZ, 2020, p.129)

Além da palavra bunda, vinda do mbunda, podemos encontrar o pretuguês em letras de músicas do hip hop, nos cultos religiosos de matrizes africanas como candomblé, axé, iemanjá entre outras, ou mesmo, no nosso cotidiano, a exemplo: bagunça, cachaça, chuchu, coque, até a interjeição hã³⁶, que “transa” surpresa, espanto ou admiração entre outras.

Fato é que, Lélia Gonzalez, além de criar o conceito, também “pinta” em seus textos o “pretuguês”. Segundo Alex Ratts e Flavia Rios “[...] Lélia agregava gíria e dialeto. A gíria se refere a um conjunto de termos e expressões geralmente vinculadas a determinados grupos sociais que podem transbordar para públicos mais amplos [...]” (RATTS E RIOS, 2010. Posição-643 *apud* PRETI, 1984). Ao utilizar o pretuguês Lélia Gonzalez quebrava/quebra uma estrutura que diz que nós que somos a “negrada”, pobre, que muitas das vezes falamos o pretuguês e não entendemos o “português” academicamente falando pudesse “sacar”. Podemos notar essa escrita transgressora de Lélia Gonzalez, no artigo “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira” (2020), por exemplo.

O artigo contém por volta de 50 palavras e expressões pretu-guesas. Dentre elas: “Cuméz?” que significa: como é? “pro” para o, “crioleu” e “negrada” faz referência ao grupo de pessoas negras, “mucama” escravizada especial, “pivete” criança pequena, entre outras. E expressões como: “Segurando a barra” que podemos interpretar como aguentando firme, “botar para quebrar” uma forma de dizer que vai fazer algo muito bem feito. Tanto neste artigo, como em seus outros escritos, Lélia Gonzalez, diferenciava-se das demais pessoas dentro da academia, pois seus textos têm todo um “jogo de cintura”, no qual a escrita flutua levemente, mesmo com uso de conceitos complexos da psicanálise, por exemplo.

Assim sendo, a resistência de existir na cultura amefricana pode ser notada na nossa língua pretuguesa. Onde está no nosso dia a dia, porque a nossa contribuição na formação está aí. Lélia Gonzalez além de fazer teoria, foi prática da amefricanidade, ao questionar a

36 Palavras retiradas do dicionário de palavras de origem africana no site Geledes: Ver mais: <https://www.geledes.org.br/palavras-de-origem-africana-no-vocabulario-brasileiro/>: Acessado no dia 04/01/2021 às 14:19.

estrutura e quebrar paradigmas, escrevendo em uma linguagem para todos, todas e todes e não só para o público que estava dentro da Universidade.

Voltando-se novamente para as reflexões acerca da categoria da amefricanidade, percebemos que Lélia Gonzalez pensa para além do Brasil, mas sim em toda a América seja Central, do Norte ou do Sul. Ela nos convida a definição por meio dessa categoria, que vai além da nossa geografia. Vivemos uma unidade americana que nos foi forjada historicamente, a partir do momento que nossos ancestrais foram traficados como objetos pelas sociedades colonialistas, tirados/as a força e jogados em navios, tendo a perda da nossa identidade enquanto herança familiar, porque para evitar “rebeliões” mesclávamos entre várias etnias. Mas foi aí que começou a luta por resistência, a luta pela permanência da cultura africana adaptando-se a do colonizador.

Outro fator que devemos questionar é a contradição de saímos de um imperialismo e seguirmos o outro, o dos Estados Unidos. Onde comumente chamamos de “americanos”, mas nós também somos americanos, ou melhor, amefricanos. As terminologias “afro-americano” e “africano-americano” que comumente são utilizados nos Estados Unidos reproduzem o imperialismo dos mesmos, e nos traz a premissa que só teriam negros nos Estados Unidos, além de que os nossos irmãos e irmãs que moram no continente africano podem muito bem achar que eles não são africanos.

Por fim, Gonzalez (2020) nos propõe como autodefinição amefricanos e amefricanas para todos os brasileiros e não só os negros – pretos e pardos segundo o IBGE – tal como para todos os americanos. Logo que, não nascemos no continente africano e sim na América, mas toda a nossa cultura, tem a influência, tem a resistência, dos povos africanos em diáspora. A América, é uma criação nossa e de nossos ancestrais que vieram para o continente, baseados em seus modelos africanos. A nossa experiência amefricana é diferente dos nossos irmãos que ficaram lá no continente africano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se propôs a visibilizar, analisar e apresentar a

história de vida de Lélia Gonzalez e seus conceitos de amefricanidade e pretuguês. A partir das ideias levantadas, vemos que “não se nasce mulher negra, mas se torna mulher negra”, pois Lélia Gonzalez, conforme foi ascendendo socialmente, foi embranquecendo, tanto esteticamente, quanto culturalmente.

Ao passo que só veio notar as práticas racistas que sofreu no exato momento que se casa com um homem branco, um tornar-se mulher negra. Segundo Neusa Souza (1983) tornar-se negro é uma tarefa política é romper com o desejo impossível de ser branco, é um vim a ser, é em outras palavras romper com o modelo advindo dos pais ou da sociedade “que lhe ensinaram a ser uma caricatura do branco” (SOUZA, 1983, p. 110-111).

Gonzalez mostra que a amefricanidade é a nossa contribuição cultural, na qual é negada pela história branca, que ao mesmo tempo fala pretuguês, mas a “norma culta” a considera como “coloquial” quando na verdade é nossa expressão máxima desta cultura dita brasileira.

Portando, a importância e urgência de questionarmos “Quem tem medo de Lélia Gonzalez?” é resgatarmos nossa ancestralidade epistemológica brasileira, que há muito tempo buscamos fora, o que já se tínhamos aqui no Brasil, como ressaltou a intelectual negra norte-americana Ângela Davis na palestra anteriormente citada. Notar-se ainda que é uma prática de luta contra o epistemicídio acadêmico, pois se faz-se necessário ouvir os silêncios de muitas pensadoras e pesquisadoras não brancas e assim trazer vida negra, preta, originária, não europeia de volta para um lugar que sempre lhes pertenceu.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli Aparecida. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese.2005. (Doutorado em Filosofia da Educação) -Universidade de São Paulo (USP)-, 2005, p.20-123.

COLLINS. Patricia Hill. Aprendendo com a outsider Within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**. – V 31, N. 1, Janeiro/abril, p. 99-127, 2016. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso no dia 11/11/2023 às 21:23.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro latino americano**. Rios, Flavia; Lima,

Márcia. 1. Ed. Zahar: Rio de Janeiro, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: estudos de racismo cotidiano**. SP: Cobogó, 2019.

LOPES, Dailza Araújo. FIGUEIREDO, Ângela. Fios que tecem a história: o cabelo crespo entre antigas e novas formas de ativismo. **Revista OPARÁ: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**, Salvador, v. 6, n. 8, set., p. 1-17, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/opara/article/view/5027>. Acesso em: 20/08/2019 às 21:00.

NASCIMENTO. Gabriel. **Racismo Linguístico**. Letramento: Belo Horizonte, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. Polén: São Paulo, 2019.

RIOS, Flavia. RATTTS, Alex. **Lélia Gonzalez. Coleção Retratos do Brasil Negro**. SP: Selo Negro, 2010.

ROSA, Susel Oliveira da. **“Não deixem a tinta coagular em suas canetas”: por uma escrita orgânica**. *Sæculum – Revista de História*, João Pessoa, v. 24, n. 41, p. 236-247, 2019. Disponível em: [“Não deixem a tinta coagular em suas canetas”: por uma escrita orgânica | Sæculum – Revista de História \(ufpb.br\)](#) Acesso em 16/11/2023 às 21:48.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Zahar: Rio de Janeiro, 2021, e-book.

A COR DE CAMPINA: JÔ OLIVEIRA – UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA

*Dayane Nascimento Sobreira
Susel Oliveira da Rosa*



Foto: Dayane Sobreira (2020)

AO RECEBERMOS A DIVULGAÇÃO-CONVITE DO OBSERVATÓRIO Brígida Lourenço para que mulheres (funcionárias, docentes, discentes, etc.) contribuíssem com o livro “As mulheres querem viver... e escrevem”, pensamos em escrever sobre a trajetória de uma mulher paraibana com significativa atuação política na atualidade. Uma mulher negra, filha de empregada doméstica e feirante, que cursou graduação e mestrado na UEPB. Uma ex-aluna da casa com comprometimento e atuação significativa na gestão pública, que luta por

minimizar os dados de violência contra as mulheres, por um mundo mais filógeno – acolhedor para todas, todes e todos.

Sempre ridente, com um abraço acolhedor e com uma flor sob os cabelos, ao que parece ser uma das suas marcas estéticas, Jô Oliveira engrossa os dados sobre a participação das mulheres na política, mas que ainda são muito rasos. Em um país de maioria negra, representam apenas 6% do Congresso Nacional; são sub-representadas, portanto. E isso constitui por si só uma violência política de gênero.

Jô é marcada duplamente pela cor de sua pele e pela sua condição de mulher. Uma mulher negra que se orgulha de seus pertencimentos e, por certo, conhece de perto os significados da palavra “resistência” ou “re-existência” – quase um pleonasmo dado o seu lugar no mundo (Franco, 2018).

Flávia Schilling (1991), ao voltar dos quase oito anos de prisão nos cárceres da ditadura uruguaia nos anos de 1970/1980, elaborou uma dissertação de mestrado sobre tal constructo. Ao buscar seu significado em dicionários e na psicanálise, abre seu texto dizendo que

A resistência, ato, força, luta, defesa, oposição, reação, movimento, processo, acontece dentro de um contexto qualificado como sendo de opressão, desgaste, invasão, ataque e também introdutor de novidades (uma nova ordem). Este ato, esta força, esta reação, encontra-se qualificado, por sua vez, pela espontaneidade, pela vontade presente, pela autonomia, pelo “vigor moral e ânimo”, pela consciência. Também nos é apresentada a palavra resistência como embaraço, empecilho, estorvo, obstáculo. O “resistente”, ao mesmo tempo que portador de “vigor moral” e ânimo, aparece no dicionário como “teimoso, obstinado, contumaz” (Schilling, 1991, p. 23).

A autora aponta para um possível duplo-múltiplo sentido da palavra (enquanto substantivo, adjetivo e verbo), que aparece no positivo: “resistir é (...) defender-se, recusar-se [para sobreviver],

negar-se [para não-sucumbir], sobreviver, subsistir, durar, conservar-se...” (Schilling, 1991, p. 24). Mas, é também negativedo, se quem resiste é tida como uma pessoa teimosa, obstinada, seria, então, um obstáculo a “ser cuidadosamente contornado, ou desconstruído, ou destruído” (Schilling, 1991, p. 24). Seria essa duplicidade uma falsa percepção? Mais uma construção do mundo colonial?

“Poderemos brincar com nossa palavra, brincar sonoramente com o que ela própria nos sugere? Resistir, re-existir, existir novamente?” (Schilling, 1991, p. 25). Ao buscar os significados de “resistência” na psicanálise, a autora mostra que essa duplicidade aparece também no processo terapêutico: resistência como negação inicial que pode ser pausa/tempo/defesa no processo de recuperação de si e como o próprio cuidado de re-existir novamente para além do trauma. Com isso, Schilling diz que, de imediato, uma única certeza é possível:

Isso que chamamos de resistência carrega um valor, provoca e é reação, chama a atenção, perturba, exige uma reflexão, uma atenção. Diz coisas. Não pode ser reduzida a teimosia ou obstinação. Questiona os lugares onde acontece: o meu lugar e o seu lugar. Coloca em questão (Schilling, 1991, p. 30).

Questionar os lugares, colocar em questão, perturbar, exigir uma reflexão parece compor a trajetória de Josilene Oliveira, ela que aos quarenta anos de idade foi a primeira mulher negra eleita para o cargo de vereadora na cidade de Campina Grande-PB. Em uma cidade conhecida pelo conservadorismo, “A cor de Campina” foi o slogan da campanha de 2020 que resultou na vitória com 3.059 votos. Em 2022, Jô concorreu à eleição para o cargo de deputada estadual – com a máxima “Florescer uma nova história” – e conseguiu 20.785 mil votos válidos, superando nomes mais conhecidos da política paraibana. Com uma campanha, como Jô nomeia, “pé no chão”, conversando com as pessoas, ouvindo suas necessidades, sem promessas ou discursos retóricos que valem só no período da corrida eleitoral. Já tendo comprovado sua prática no Legislativo, só em Campina

Grande obteve mais de 11 mil votos. Vamos conhecer um pouco mais da história de Jô, começando com Dona Basta.

Na websérie “Nossa luta vem de longe” (2022), se apresenta como “vereadora e filha de Dona Basta”. É Dona Basta quem abre o primeiro episódio. Nascida em Juripiranga-PB, onde trabalhava nas lavouras de cana-de-açúcar e plantava no roçado, Dona Basta – que criou a filha sozinha trabalhando como empregada em casas de “família” e feirante – mudou pra Campina Grande aos 21 anos para cuidar de uma tia. Foi em Campina Grande que Jô nasceu.

Josilene Oliveira estudou em escolas públicas e fez o curso de Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba, seguindo para o mestrado na mesma área e instituição. Costuma enfatizar que seu interesse pela política – enquanto possibilidade de pensar o mundo e o espaço onde habita coletivamente – veio de sua inserção e atuação nos movimentos sociais. Movimento estudantil, movimento de mulheres, movimento de trabalhadoras/es rurais sem terra. Foi em sua prática, observando os espaços de poder, que percebeu a ausência dos corpos e das vozes de mulheres e de mulheres negras e originárias.

Ao falar de seu lugar na política, lembra que não pensava nem foi ensinada a estar ou se sonhar ali. E que essa possibilidade passou a existir na percepção da coletividade, pois para ser efetiva, sua ação política precisa estar ligada ao coletivo:

Eu, pessoalmente, nunca pensei em estar nesse lugar, nem fui ensinada a estar, como a maioria das mulheres e a maioria da população negra, então, se nós vamos estar nesse processo que seja com todo mundo que acredita que tem a possibilidade de entender que esse projeto precisa ser coletivo para que ele tenha de fato efetividade. Cada passo que a gente dá nessa direção, precisa ser também coletivo e dialogado. Acredito que confere muito mais, não só legitimidade, como também representação, garante que muitas mãos se envolvam e se engajem com a gente no suporte necessário para enfrentar as lutas

diárias (Jô Oliveira apud Lourenço, 2021, s. p.).

Conta que se filiou ao Partido dos Trabalhadores já ao entrar na universidade e permaneceu por 15 anos ligada a este. Mas não se percebia como candidata. Foi enquanto assessora da então deputada estadual Estela Bezerra, que essa possibilidade passou a existir. Nessa época, Jô filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro e, em 2016, concorreu pela primeira vez ao cargo de vereadora nas eleições municipais de Campina Grande. Já aí conseguiu 1.544 votos.

A gente vive num espaço em que a política também é um elemento familiar, tem muito dessa trajetória do sobrenome, de ser filho, neto de alguém e eu sempre dizia em 2016 e acabo reforçando isso aqui também, as cadeiras elas estão postas, mudam-se o primeiro nome, mas os sobrenomes ou essa relação familiar, mesmo que não seja um parente direto, mas um alguém que tem uma relação com um determinado grupo político, então é alguém que pode já ir fazendo esses enfrentamentos, como assim a política é esse lugar que é para poucos? A gente precisa ter outras possibilidades, precisa ter outros perfis. Fazer o questionamento, certamente, não é fácil. Nosso slogan era Cor de Campina, eu ouvi coisas do tipo: ‘que história é essa que a cor de Campina é a sua e as outras pessoas?’ As pessoas se incomodam com o fato de a gente dizer que a nossa cor também é de Campina Grande, esse é só um elemento para a gente mostrar como é difícil ir furando, ir causando fissuras na estrutura, como diz Angela Davis, a fim de ter a possibilidade mínima de se movimentar diante desse fazer política, apresentar outras perspectivas, outras possibilidades para o fazer política partidária (Jô Oliveira apud Lourenço, 2021, s. p.).

“A cor de Campina” e da Paraíba também é negra, mulher, de

família de trabalhadoras das lavouras de cana de açúcar, de feirantes, empregadas, é a cor de Dona Basta e tantas outras pessoas que, numericamente, são maioria no estado. “A cor de Campina” abraça a diversidade e a multiplicidade, tece fissuras na bolha da política familiar-tradicional-local que se reveza nos cargos de governo desde longa data.

Com o número significativo de votos, Jô Oliveira conseguiu a suplência do mandato de vereadora, mas em quatro anos não foi chamada nem uma vez ou por poucos dias, para assumir o cargo. O que mostra o quanto o espaço legislativo continuava fechado para “A cor de Campina”. Foi nas eleições de 2020 que a candidata garantiu a vaga oficial, com uma campanha intensa, envolvendo muitas pessoas. Quando para a maioria dos homens eleitos, não é necessário sequer comparecer às sessões das câmaras ou senados e, mesmo, nunca propor ou defender projetos, para as mulheres – especialmente mulheres negras, originárias, ou fora do mundo da cisgeneridade,

Continua sendo uma dificuldade porque, inclusive, estar hoje nesse ambiente, é tentar entender o funcionamento mesmo desse dia a dia. como eu disse, nós não somos ensinadas que esse ambiente da política também é uma possibilidade, assim, a gente precisa estar a todo tempo mostrando a nossa capacidade, a gente precisa conhecer o funcionamento a partir do regimento interno, a gente precisa entender o funcionamento das leis, a gente precisa dialogar com a comunidade e saber como transformar essas demandas em projetos ou em requerimentos, a gente precisa sempre estar à disposição 24 horas, estamos nesse lugar também, nessa perspectiva de representação das pessoas de Campina Grande. É uma somatória de coisas que acaba trazendo muito mais responsabilidades, porque não é somente o ambiente da representação, é também a perspectiva da representação com a qualidade que as pessoas esperam da gente. Muitas vezes eu acabo brincando

que a representação é muito bacana, mas também tem um peso muito grande com ela. É uma responsabilidade você estar ali naquele lugar e saber que representa, por exemplo, um espaço de 68 anos na Câmara de Vereadores de Campina Grande, sem uma mulher negra, sem um perfil como o nosso. Às vezes, a gente fica assim meio assustada sobre o que isso significa, até mesmo dentro da dinâmica do cotidiano, eu já parei e já pensei assim, o que *'muleta'* eu estou fazendo aqui? Podia estar em casa com outras possibilidades, inclusive, com menos desgaste emocional, físico, porque certamente não é o momento tranquilo de ouvir tantas coisas contrárias daquilo que nós acreditamos enquanto projeto de sociedade e ter isso colocado em um ambiente comum, na vala ali do que não presta. Todas essas coisas que a gente acaba vivenciando no cotidiano da Câmara, mas que quando a gente para e pensa o que significou a nossa chegada, o que foi todo o caminho para que nós estivéssemos aqui, não somente João, mas todas as mulheres negras que me antecederam, toda a abdicação da minha mãe, tantas outras coisas que ela poderia fazer, para que eu tivesse outras possibilidades, faz a gente entender que é urgente e necessário que nós estejamos aqui (João Oliveira apud Lourenço, 2021, s. p.).

Urgente demais, necessário demais, para ontem (se possível fosse tecermos uma fissura no espaço-tempo), quiçá não teríamos hoje a política reduzida à violência e à destruição proporcionada pelas alas mais conservadoras que não abrem mão de seus privilégios. A partir de matéria da Revista *Afirmativa*, registramos um pouco do que representa a presença dessa única mulher negra no Legislativo de Campina Grande:

Com 53 projetos de lei e 320 requerimentos

apresentados no ano de 2021, a vereadora mantém um mandato de intensa produção. Além de assinar a agenda Marielle Franco, defende em seus projetos pautas que considera indispensáveis, como a criação do Dia Municipal de Enfrentamento ao Genocídio da Juventude Negra. Projeto que apresentou para marcar a data em que um jovem capoeirista da cidade foi abordado por uma patrulha policial e baleado no abdômen, enquanto tentava retirar o documento do bolso. Jô também apresentou o PLs como “Cidadania Trans”, “Cavalo de Lata”, pela substituição de animais no contexto de tração das carroças, e um PL também pela inclusão de um “Dia Municipal de Luta Contra a Gordofobia”. E afirma que todas as pautas têm sempre duas coisas em comum: a resistência para aprovação dos demais parlamentares, e o contato constante com os movimentos sociais para sua elaboração. “Eles estranham muito que a gente faz esse tipo de proposição. Todas as pautas são muito caras, não tem uma que não seja, até nome de rua”, ressalta (Jô Oliveira apud Franco e Rosa, 2022, s. p.).

Se os projetos de Jô Oliveira encontram resistência entre os demais parlamentares, ela foi a única a resistir/votar contra o projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal da cidade que homenageia – com o nome de uma rua – um dos acusados pelo assassinato de Margarida Maria Alves. A sindicalista foi assassinada em 1983 na frente de sua casa, em Alagoa Grande, e influencia uma das maiores ações de mulheres na América Latina, a Marcha das Margaridas, e aqui na Paraíba, a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, organizada no território da Borborema. Ação, inclusive, da qual Jô participa ativamente – quase um ritual, um ponto de encontro de todas nós anualmente. A fotografia que introduz esse texto foi tirada pouco antes de sermos surpreendidas/as/es pela pandemia de Covid-19, na Marcha de 2020, realizada em Esperança-PB.

Eis a urgência de mulheres de voz ativa e propositiva, como Josilene Oliveira, ocuparem os espaços da política – rotineira ou institucional. E, ainda, as páginas da história, rascunhadas durante muito tempo por homens e por seus cânones.

REFERÊNCIAS

FRANCO, Andressa; ROSA, Patrícia. Jô Oliveira, a primeira mulher negra eleita vereadora em Campina Grande (PB). **Revista Afirmativa**, [s. l.], 09 mar. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2021/11/30/jo-oliveira-primeira-vereadora-negra-de-cg-fala-sobre-sua-trajetoria-de-vida-luta-e-racismo>. Acesso em: 12 out. 2022.

FRANCO, Marielle. Mulher, negra, favelada e parlamentar: resistir é pleonasma. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (Orgs.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2018. (p. 117-126).

LOURENÇO, Mônica. Jô Oliveira, primeira vereadora negra de CG, fala sobre sua trajetória de vida, luta e racismo. **Brasil de Fato**, João Pessoa, 30 nov. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2021/11/30/jo-oliveira-primeira-vereadora-negra-de-cg-fala-sobre-sua-trajetoria-de-vida-luta-e-racismo>. Acesso em: 12 ago. 2022.

OLIVEIRA, Jô. Websérie – Nossa luta vem de longe. **YouTube**, 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Bevo-K-1GiYU&ab_channel=J%C3%B4Oliveira. Acesso em: 12 ago. 2022.

SCHILLING, Flávia. **Estudos sobre resistência**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1991.

RESISTIR PARA PODER EXISTIR: POR UM CINEMA NEGRO NO FEMININO

Raylla Kaliane da Silva Marques

“As representações convencionais da mulher negra fizeram violência à imagem” (bell hooks)

ESTE ENSAIO É PRODUTO DE UM CAPÍTULO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO de curso em História no ano de 2023. A monografia intitulada: “Por um cinema negro no feminino: Uma análise de Cores e Botas de Juliana Vicente” sob a orientação da pesquisadora e professora Susel Oliveira da Rosa, propõe visibilizar narrativas para além dos moldes eurocêtricos, coloniais e patriarcais, bem como ampliar perspectivas referente às representações de mulheres negras diante e por trás das câmeras, englobando a extrema necessidade de temáticas voltadas para as discussões da proposta de um cinema negro, principalmente um cinema no que cerne o feminino. Ademais, pontuamos os enfrentamentos aos preconceitos, racismo, exclusões e discriminações frente às telas e na vida.

A citação de *bell hooks*³⁷ traz consigo um questionamento, qual elemento de controle compõe a construção das imagens? Podemos falar que existe uma relação intrínseca, direta e resistente entre a manutenção do patriarcado (branco e supremacista) presente na sociedade e a manutenção de imagens específicas na mídia de massa. É, de certa forma, um meio de representações de raça e negritude que apoiam e mantêm essa estrutura opressiva, baseada na exploração e

37 Este trabalho respeita a escolha política da autora em referenciá-la com letras minúsculas.

na dominação de todas as pessoas negras em diversos aspectos.

Antes desse ideal de uma supremacia branca adentrar o meio cinematográfico latino, eles construíram imagens da negritude e de pessoas negras que sustentam e reforçam as próprias noções de superioridade racial, suas políticas imperialistas apolíticas e seu exclusivo desejo de dominar. bell hooks (1995) aponta que historicamente, desde o período escravista que a Casa-grande reconhece que controlar imagens é central para manter as estruturas de poder, as políticas da escravidão, das relações de poder racializadas, eram tais que os escravizados eram privados de seu direito de olhar, além de ser fundamental para a manutenção de qualquer sistema de dominação racial.

Dessa forma, ao observar o contexto histórico brasileiro, é importante compreender como são construídas as representações desse imaginário racial, que de certa forma adquire uma perspectiva negativa do negro brasileiro. É notório a exclusão negra em um lugar majoritariamente masculino, branco e elitista. Pois, tal discussão perpassa primordialmente pelas questões sociais, raciais e de gênero. Sendo assim, a composição do cinema pode e deve ser vista como um sistema dominante de poder. É preciso existir identificação entre o sujeito e a imagem mostrada para que esse deslocamento de nós mesmos seja transpassado para essa outra dimensão. Por muito tempo não houve uma identificação das mulheres negras com o que há na produção audiovisual e, portanto, torna-se valioso a ocupação dos diversos meios de comunicação em massa para a construção de novos tipos de sujeitos por meio das representações.³⁸ (SILVA, 2016)

Assim, podemos observar no que consolida essa relação entre representação e identidade, que é presente nos estudos culturais, como um campo de diversas formas de produção de identidades e seus significados, sendo excepcionalmente relacionados socialmente, oferecendo ferramentas para pensar também a diferença mediante a isso.

38 A representação não é simplesmente um meio transparente de expressão de algum suposto referente. Em vez disso, a representação é, como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido. Como tal, a representação é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder” (SILVA, T., 2011, P.90-91).

É o que de fato Kathryn Woodward destaca:

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência, a aquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. (WOODWARD, 200, p. 17).

Mediante a isso, essa sobreposição entre identidade, diferença e representação, pensando no contexto social e racial brasileiro, a pesquisadora Nilma Lino Gomes (2003, p. 43) evidencia que “ construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina o negro, desde muito cedo que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros/as”. Essa negação, por vezes, perpassa ao sentido do medo, dos perigos e dos estereótipos no qual essa população está vulnerável.

Os estereótipos são um dos pontos principais da obra “O negro brasileiro e o cinema”, do jornalista João Carlos Rodrigues (2012), que descreve sobre a apresentação de uma classificação de treze arquétipos e caricaturas do negro na cinematografia nacional ligadas à escravidão, e as religiões afro-brasileiras. Hall (2010) destaca que essa ideia de estereótipos é de extrema importância para a representação da diferença racial, pois é uma prática intimamente ligada à

manutenção da ordem social e simbólica, sendo capaz de estabelecer ponte entre o “normal” e o “desviante”, entre o “aceitável” e o “ina-
ceitável”, e assim, torna-se pertinente eliminar o que não pertence, o
que não se encaixa. Dessa forma, Hall enfatiza o poder elucidado por
meio da representação, o poder de delimitar, de classificar a partir
dessas diferenças, que é construída e potencializada pelo estereótipo.

A simbologia da população negra, principalmente a mulher ne-
gra, tem reduzido a representações sociais extremamente estereoti-
padas, ligada a figura da mulher pobre, da dona de casa, da faxineira,
ou então hipersexualizada, dentro das representações da teledrama-
turgia brasileira. Essa perspectiva nos permite observar a prática raci-
sta que há dentro da cinegrafia, a visibilidade proposta para esses
sujeitos permite a construção de estigmas pautados nos lugares so-
ciais, relacionado ao imaginário escravista, em que evidencia o negro
como cômico, a “mulata sensual” que na condição de corpo dispo-
nível encarna as fantasias do homem branco, e que está intimamente
interligado ao imaginário cultural brasileiro e suas bases escravista,
colonial e patriarcal.

É uma imagem criada para a manutenção e confirmação
dessa relação de poder estabelecida entre as mulheres negras e a
branquitude³⁹. O racismo é estrutural e a interseccionalidade entre
gênero, raça e classe coloca as mulheres negras na sociedade em lu-
gares subalternos. Porém, essa não é a única realidade, e o modo
como somos vistos pela sociedade e por outras pessoas influenciam
diretamente na forma como nos vemos a partir de determinadas
imagens criadas.

Bell hooks a partir de Stuart Hall enfatiza a necessidade do re-
conhecimento de nossa agência como espectadores negros em seu

39 Compreender o conceito de branquitude de acordo com Lia Vainer Schucman
(2012) como um lugar simbólico para além das questões genéticas, como tam-
bém posições e lugares sociais que determinados sujeitos ocupam. “Assim, a
branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta
posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso
a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e
pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade.”
(SCHUCMAN, 2012, P.23).

ensaio intitulado “ Identidade cultural e representação cinematográfica”. Ele destaca a negação da construção de representações de negritude, pautados pelas pessoas brancas por serem unificadores. bell hooks utiliza dessa teoria para explicar a relação da negritude com essa presença branca por meio da representação:

O erro não é conceituar essa “presença” em termos de poder, mas localizar esse poder como completamente externo a nós- uma força extrínseca, cuja influência pode ser despida como uma serpente troca de pele. O que Franz Fanon nos lembra em *Pele negra, máscaras brancas* é como o poder está do lado de dentro, assim como de fora; “o outro, através de gestos, atitudes, olhares, fixou-me como se fixa uma solução com um estabilizador. Fiquei furioso, exigi explicações... Não adiantou nada. Explodi. Aqui estão os farelos reunidos por um outro eu”. Esse “olhar” a partir do lugar do Outro- por assim dizer- nos fixa, não apenas com sua violência, hostilidade e agressão, mas com a ambivalência de seu desejo. (hooks, 1992, p.184 apud Hall apud Fanon.)

Os dispositivos de olhar, para quê e como olhar a partir desse lugar de outridade, como um dos modos de resistência contemporâneo. hooks (1992) possibilita a análise de um mundo em que o olhar tornou valor do capital, como pensar as políticas da imagem, as relações de poder em torno dos regimes de visibilidade? Qual é a potência em torno dos olhares negros para promover esse deslocamento nos sistemas de representação, em uma sociedade profundamente centrada na visão, na imagem e na tela?

Segundo Jacques Lacan (LACAN, Apud hooks, 1992, p.7), “a função do olho pode levar quem procura esclarecê-la a longínquas explorações. Desde quando, por exemplo, a função do órgão, e logo de saída sua simples presença, apareceram na linhagem do vivo?” O conhecimento filosófico possibilita um painel de referências sobre esse olhar e sua relação com o saber e com o desejo, e com as

distinções entre ver e olhar. Assim, a autenticidade do olhar racista e sexista é aplicada devorando corpos e culturas sem que haja uma distribuição imaginária e real dos lugares desse sujeito que detém o poder (aqueles que olham e consomem) e dos que não têm (aqueles que são vistos e são mercadorias desse olhar).

Por isso, é importante pensar sob a ótica de hooks quando aponta para refletir sobre a agência de mulheres negras sob essa regência do olhar em que “as políticas da escravidão, das relações de poder racializadas, eram tais que os escravizados foram privados do seu direito de olhar” (hooks, 1992, p.180). Havendo uma imbricação entre as relações de poder, as políticas da imagem e o dispositivo do olhar, ganhando centralidade.

Seguindo por essa linha de raciocínio, o artigo intitulado: “A quem interessa um cinema negro?” de Júlio César dos Santos (2013) aborda como surgiu e solidificou-se a construção do cinema negro no Brasil, utilizando “Dogma feijoadá” e o “Manifesto Recife”,⁴⁰ principais trabalhos que diferenciam e reivindicam uma estética e política de um cinema produzido por negros e negras. Entretanto, é válido a crítica, pois ambos trabalhos pioneiros focam no que tange a representação masculina desse ser negro, e claro, que o termo abrangente “negro” não corresponde a diversas reivindicações de luta da mulher negra. Uma luta e reconhecimento que desviasse de um padrão carregado de fantasias masculinistas, foi e é uma discussão em que mulheres negras buscam essa auto-representação que é permeada de invisibilidades.

Outrossim, os personagens negros masculinos na história do cinema já são maiores em relação a mulher negra. Para Candido e Júnior (2019), essas ausências injustificadas aumentam a desproporção entre os grupos de gênero e, além disso, excluem produções que obtiveram destaque no mercado audiovisual, não se pode menosprezar a participação feminina nesse em qualquer outro espaço. Como é

40 O manifesto Recife reivindica o fim da segregação de atores, atrizes, apresentadores e jornalistas negros na indústria audiovisual com preocupações políticas e financeiras para a realização de programas de incentivos governamental com foco na etnicidade.

observado no caso de Adélia Sampaio⁴¹, uma mulher negra, cineasta, que dentro desse sistema dominante não é mencionada em suas produções. O filme *Amor maldito* (1984) é um acontecimento, tanto pelas questões de gênero e raça da diretora, como por trazer ao escuro uma temática rara ao cinema nacional na década de 1980: o amor entre duas mulheres.

Nesse sentido, a representação feminina negra no Brasil, ainda é enviezada por um olhar unidimensional, e portanto, esse distanciamento do real corrobora para a configuração de uma outra produção de modelo de corpos negros. Segundo João Carlos Rodrigues:

Um dos questionamentos mais frequentes feitos ao cinema brasileiro por intelectuais e artistas negros é o de que nossos filmes não apresentam personagens reais individualizados, mas apenas arquétipos e/ ou caricaturas: “o escravo”, “o sambista” “a mulata boazuda”. A acusação é pertinente, embora o cinema brasileiro moderno prefira em geral personagens desse tipo esquemáticos ou simbólicos, negros ou não. (RODRIGUES, 2001, P.28-29).

A década de 1950 transformou a mulher negra em símbolos sexuais, a figura peculiar brasileira, a famosa “mulata”, torna-se em termos de beleza, referência na poética visual brasileira. A ambiguidade dessa representação é nítida, ora ligada aos delitos do pecado, à ruína do homem e às vezes aproximada ao padrão de beleza da branquitude, que serviu diretamente para a contribuição da rejeição à negra preta-retinta. Em uma sociedade racista, o quão preta sua pele é, pode mudar tudo. Entretanto, não diminui a negritude e não desmerece o racismo no qual essa imagem criada está vulnerável. Lélia Gonzalez (1995) descreve que a mulata na sociedade brasileira tornou-se uma profissional, e mesmo agora não é reconhecida como um ser humano e nenhum movimento foi efetivado para restaurar a dignidade como mulher. Foi claramente transformada em uma

41 Cineasta brasileira do Cinema Novo e foi a primeira mulher negra a dirigir um longa-metragem na América Latina.

mercadoria para consumo doméstico e internacional.

Sendo assim, todo um imaginário é configurado mediante a essas bases, aprendemos que o negro é feio, que o cabelo é crespo demais. A essa população não foi dada a possibilidade de exercer esse corpo negro em sua total complexidade. A representação das mulheres negras tanto nas novelas quanto no cinema contribui essencialmente para o aprisionamento desse corpo. A arte, assim, passa a configurar e permear como um agente normalizador e moralista. Tornar-se necessário, portanto, transgredir todo um sistema escópico hegemônico.

O artigo “*Mulheres negras fazendo cinema*” de Júlio César Santos e Rosamaria Bernardo (2014), traz o panorama de um cinema realizado por mulheres negras e aponta para a imagem contemporânea como ponto de virada para transformações que alteraram a imagem da mulher negra no cinema. É, de certa forma, uma “visibilidade” por meio dessas imagens questionada. A que ponto essa mulher negra ocupa esse espaço cinematográfico? As imagens construídas ferem e negligenciam toda uma identidade que essa mulher negra carrega de si. Por mais que tentem um distanciamento de ideais racistas, sexistas, a mentalidade está pautada na raiz neocolonialista. Porém, é válido salientar que determinadas obras fogem dessa determinada estrutura, entretanto, é uma exceção que busca seu espaço nesse cenário dominante.

Por isso é importante pensar o conceito de cinema negro no feminino, recuando mundos na elaboração de um cinema engajado na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, atravessando questões que anteriormente não eram enfatizadas, de classe, de raça e de gênero. Assim, o cinema negro é um projeto em construção no Brasil, visto que durante muito tempo foi permeado por lacunas e silenciamentos, dominado prioritariamente por homens brancos, enfatizando a ausências de referências femininas tanto na função de diretoras, quanto de atrizes. Um lugar em que foi negado qualquer visibilidade, porém, quando há essa representação é uma abordagem atravessada por um olhar permeado de estereótipos produto de um imaginário patriarcal. É necessário produzir a compreensão da feminilidade e da negritude na visão das próprias mulheres negras,

pois é dessa forma que a transgressão de imagens passa por essa (re) configuração.

Na minha mente, vejo uma linha. E depois dessa linha, vejo campos verdes, flores adoráveis e lindas mulheres brancas com seus braços esticados na minha direção, depois dessa linha. Mas não consigo chegar lá. Não consigo passar dessa linha’

Quem disse isso foi (a ex-escravizada e abolicionista americana) Harriet Tubman, nos anos 1800. E deixem-me dizer algo a vocês: a única coisa que separa as mulheres negras de qualquer outra pessoa é a oportunidade. [...]

Você não pode ganhar um Emmy por papéis que simplesmente não existem. ⁴²

O discurso de Viola Davis abre margem para a discussão e propósito desse trabalho, a oportunidade. A oportunidade para mulheres que construíram a história, que de algum modo as marginalizaram. Não é nenhum pouco inocente que não conheçamos nomes como Lilian Solá Santiago, Dandara, Carmen Luz, Iléa Ferraz e dentre outras brilhantes cineastas negras brasileiras. O desenvolvimento do reconhecimento histórico de participação de diretoras negras no cinema nacional, é um longo trajeto a ser percorrido. O fato é que mesmo dentro da historiografia que trata o cinema negro, há uma grande lacuna relacionada a esse elemento. Isso porque “o cinema negro é um projeto em construção no Brasil” (Oliveira, 2016, P.175) e permeia o desafio de harmonizar historicamente a representatividade das mulheres negras nesse percurso. Assim, o apagamento do cinema brasileiro feito por mulheres é produto de gritos e sussurros inauditos, a serviço de quem decide quais as histórias que são

42 Discurso de Viola Davis na premiação do Emmy em setembro de 2015. Tornou a primeira mulher negra a ganhar o prêmio de melhor atriz de série dramática. Veja o discurso de Viola Davis no Emmy 2015. **Mulher no cinema**, São Paulo, 21 de set. De 2015. Disponível em: <https://mulhernocinema.com/noticias/veja-o-discurso-de-viola-davis-no-emmy-2015/> .Acesso em: 19 de jul. de 2023.

contadas. Por isso que o fazer historiográfico nesse trabalho é visibilizar e enxergar a mulher negra como sujeito da narrativa.

Dessa forma, surge a indagação: há um cinema realizado por mulheres negras? Sim, há um cinema em que a construção de uma identidade feminina e a negritude é palco de dentro para fora, ou seja, diante e por trás das lentes. Porém, essa “não existência” é vasta dentro de estudos do audiovisual e que não contempla a participação de mulheres negras de um modo geral, inclusive no posto de direção. Isso é um fato, os holofotes destinados a Zózimo Bulbul e obtido como pai do cinema negro no Brasil oculta, ou melhor, silencia o desconhecimento de Adélia Sampaio, que por sinal, só tornou-se plausível devido ao trabalho da pesquisadora Edileuza Souza⁴³.

Segundo Adélia Sampaio, em uma entrevista ao site *Blogueiras Negras*⁴⁴ em 2016, sobre o fato de ser a primeira mulher negra a produzir uma longa metragem de ficção nos últimos 33 anos: “cinema é, sem dúvida, uma arte elitista, aí chega uma preta, filha de empregada doméstica, e diz que vai chegar à direção, claro que foi difícil até porque me dividia entre fazer cinema e criar meus dois filhos!”. Observar-se que há um misto de entraves, primeiro no que cerne as condições socioeconômicas dessa população, de uma vida de direitos negados sem acesso a políticas públicas de qualidade. Como também os desafios de preservar a memória e produzir um cinema negro no Brasil realizado por mulheres, que de certa forma, seria essencial nesse processo de pôr fim essa invisibilidade.

O livro *Mulheres atrás das câmeras: as cineastas brasileiras de 1930 a 2018* (2019) traz consigo textos que resgatam a produção cinematográfica feminina que esteve por muito tempo dentro de um processo de apagamento, além de demonstrar lacunas e reflexões sobre o cinema nacional realizado por mulheres. De acordo com os dados

43 SOUZA, Edileuza Penha de. Cinema panela de barro: mulheres negras, narrativas de amor, afeto e identidade. 2014. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade de Brasília, Brasília 2013.

44 O racismo apaga, a gente reescreve: conheça a cineasta negra que fez história no cinema nacional. **Blogueiras Negras**, 6 de mar. De 2016. Disponível em: <https://blogueirasnegras.org/o-racismo-apaga-a-gente-reescreve-conheca-a-cineasta-negra-que-fez-historia-no-cinema-nacional/> . Acesso em: 12 de jul de 2023.

presente no livro e realizado pelo Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual (OCA-Ancine), constata-se a ausência completa de mulheres negras na função criativa e influente do cinema, como pode observar:

Entre os anos de 1970 e 2016, os filmes com grande público (acima de 500 mil espectadores) foram predominantemente dirigidos por homens (98%). Nem sequer um diretor não branco foi identificado, em que pese o fato de não termos podido identificar 13% dos casos por falta de dados. No que se refere ao gênero, chama atenção o baixíssimo índice de mulheres na direção dessas produções, apenas 2%. **Além disso, nenhuma delas é negra.** (Candido et al., 2017, grifos meus.)

Diante disso, é dentro desse contexto que o movimento se faz das margens para o centro, é o movimento contemporâneo das mulheres negras no contexto do cinema negro nacional, como bem pontuou Camila Vieira e Luiza Lusvardi (2019). Pois foi durante as três primeiras décadas da história do cinema negro que as mulheres diretoras tiveram a sua presença e representatividade invisibilizadas, e por outro lado, nos últimos sete anos há uma ocupação por uma nova geração de cineastas.

Comumente a isso, a pesquisadora Ana Veiga (2011) disserta sobre um cinema feito e produzido por mulheres dentro do contexto da ditadura-civil militar no Brasil, em que tem por objetivo romper com narrativas de um cinema tradicional constituindo uma autoimagem crítica para as mulheres. Segundo a autora:

Várias diretoras brasileiras começaram seus trabalhos (principalmente na década de 1970) optando por documentários, a maioria deles no formato curta-metragem. Talvez esta opção tenha se dado por causa dos custos maiores que um filme maior e mais “produzido” pode acarretar. (VEIGA, 2011, p.21-22)

Esse cenário de invisibilidade e de uma produção cinematográfica restrita permanece tanto na reprodução quanto na recepção. Falando ainda inserido em um contexto racial, segundo CARVALHO (2006), apenas recentemente e de forma iniciante passou a observar-se a presença do negro no cinema nacional, diga-se de passagem na direção, o trabalho é ainda árduo. É possível analisar que até 2016 apenas uma mulher negra havia dirigido um filme, que foi Adélia Sampaio. Os dados apresentados por Silva e Lusvargi (2019) são de pelo menos 34 anos, correspondente ao intervalo estimado entre dois longas-metragens de ficção dirigidos exclusivamente por mulheres negras no Brasil. O lapso temporal exemplifica a ausência de representatividade e sinaliza a história das mulheres dentro do contexto audiovisual brasileiro.

Por isso, tornar-se urgente questionarmos quais imagens de negros e negras que chegam e chegaram até nós e o porque. De acordo com Ana Maria Veiga (2011, p.20) a relação da imagem filmica como representação também se tornou um campo de poder do qual diretoras de cinema buscaram se apropriar, subvertendo e superando o modelo hollywoodiano que invisibiliza as mulheres como sujeitos históricos. Acrescento pontuando que ainda assim, dentro desse padrão de cinema nacional, mulheres negras não conseguiram alcançar as camadas de sujeitos históricos, e assim, torna-se imprescindível a emersão e a importância que se faz um cinema negro feminino.

REFERÊNCIAS:

CANDIDO, M.R e JÚNIOR, Feres. Representação e estereótipos de mulheres negras no cinema brasileiro. Revista Estudos Feministas, 2019.

CARVALHO, Noel dos Santos. Esboço para uma História do negro no Cinema Brasileiro. In:DE, Jeferson (org.). Dogma Feijoada – o Cinema Negro Brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.

GONZALVEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOMES, Nilma L. Cultura negra e educação. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-11, maio/ago. 2003.

HOOKS, bell. Olhares negros: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.

RODRIGUES, João Carlos. *O negro no cinema brasileiro*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

ROSA, S. O. “Não deixem a tinta coagular em suas canetas”: por uma escrita orgânica. *Sæculum – Revista de História, [S. l.]*, v. 24, n. 41 (jul./dez.), p. 236–247, 2019.

SANTOS, Júlio César dos. A quem interessa um cinema negro. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), 2013.

SILVA, Camila V; LUSVARGHI, Luiza. Mulheres atrás das câmeras: As cineastas brasileiras de 1930 a 2018. São Paulo, 2019.

SOUZA, Edileuza Penha de (org.). Negritude, cinema e educação: caminhos para a implementação da Lei 10.639/2003. Vol. 1. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.

VEIGA, Ana Maria . Imagem, representação e poder: o cinema feito por mulheres e a história recente do Brasil. In: Mário Martins Viana Júnior; Viviane Teixeira Silveira; Cláudia Regina Nichnig; Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa. (Org.). Por linhas tortas - gênero e interdisciplinaridade II. 1ed. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2011, v. 06, p. 11-30.

DADOS SOBRE AS AUTORAS E CO AUTORAS

Andréa Morais da Costa Buhler

Doutora em Letras pela Universidade Federal da Paraíba

Área de atuação: Ensino, Cultura Popular e Estudos Literários.

Professora titular da Universidade Estadual da Paraíba

Email: andrea1967@servidor.uepb.edu.br

Celia Regina Diniz

Graduada em Engenharia Química - Universidade Federal da Paraíba (1987). Mestre em Engenharia em Eng. Civil (Eng. Sanitária e Ambiental) Universidade Federal da Paraíba (1994)

Doutorado em Recursos Naturais - Universidade Federal de Campina Grande (2005)

Atualmente é Professora associada e Reitora da Universidade Estadual da Paraíba.

Atua na área de Saúde e Saneamento Ambiental. Pesquisas em Qualidade de Água, Resíduos sólidos e dos serviços de saúde, arboviroses e Saneamento.

Dayane Nascimento Sobreira

Pós-Doutorado em andamento (PPGH-UFCG). Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (UFBA).

Mestrado em História (UEPB). Especialização em Educação do Campo (UEPB). Graduação em História (UEPB) e em Ciências Sociais (UNICID).

Pesquisa a história do movimento feminista no Brasil com ênfase no feminismo rural. Tem interesse em temas que versem sobre história

do feminismo, história das mulheres na Paraíba, movimentos de mulheres rurais, movimentos sociais do campo, educação do campo, história agrária e ensino de História.

Professora substituta no Departamento de História-UEPB/Campus III.

Coordenadora do GT de Gênero, Interseccionalidades e Feminismos da ANPUH-PB.

E-mail: dayanesobreira@servidor.uepb.edu.br – dayanesobreira26@gmail.com

Fabiana Leal Santiago

Graduanda em Licenciatura em História - UEPB

Pólo Itaporanga

Residente em Campina Grande

Fernanda de Araújo Oliveira

Mestranda em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) (2021).

Atua em Ciências Humanas, História Cultural, História das Mulheres, Ensino de História, Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira, Racialidade, Gênero, Feminismos Negros e Mulheres Quilombolas.

Email: afernanda791@gmail.com.

Ivonildes da Silva Fonseca

Vice-Reitora e Professora da UEPBno Campus III.

Graduada em Biblioteconomia e Documentação (UFBA). Graduada em Ciências Sociais (UFBA)

Mestra em Ciências Sociais (UFPB) Doutora em Sociologia (UFPB)

E-mail: ivonildes.bahia@gmail.com

Izabelle Ramalho

Advogada e professora do curso de Direito da UEPB. Mestre em Direito pela UFPB. Especialista em gestão de políticas públicas em gênero e raça pela UFPB. Vice-presidente da Comissão Nacional de

Gênero e Violência Doméstica do Instituto Brasileiro de Direito de Família.

Júlia Maria Santos Alves

Graduanda em Letras - Língua Portuguesa (UEPB-Campus III / Guarabira)

E-mail Institucional: julia.alves@aluno.uepb.edu.br

Kayllane Silva Barbosa

Graduanda em Geografia (Licenciatura plena) Universidade Estadual da Paraíba UEPB - CAMPUS III

E-mail para contato: Skaillane44@gmail.com

Laine Rodrigues dos Santos

Licenciada em História/UEPB/Campus III. Atualmente é professora contratada na Escola Cidadã Integral Pedro Ribeiro de Lima.

A área de atuação como pesquisadora é no campo da história das mulheres, relações de gênero e controle do corpo feminino.

E-mail para contato é laine.santos@aluno.uepb.edu.br

Larissa Oliveira Fernandes

Graduanda em Pedagogia no Centro de Humanidades da UEPB. Foi bolsista da Fundação de Apoio à pesquisa - FAPESQ e da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia/SEECT/ Edital 08/2021, para egressos da rede pública de ensino na gestão do Governador João Azevedo e Secretário da Educação, Cláudio Furtado.

Maria Clara de Freitas Pereira

Graduanda em Licenciatura em Letras - Português pela Universidade Estadual da Paraíba.

E-mail: maria.clara.freitas@aluno.uepb.edu.br

Maria Lídia dos Santos Costa

Graduanda em Pedagogia no Centro de Humanidades da UEPB. Foi bolsista da Pró-Reitoria de Extensão no Edital 001/2023

Mariane Barbosa da Silva

Graduanda em História pela UEPB, Campus III

Email: mariane.silva@aluno.uepb.edu.br

marianebarbosa161@gmail.com

Marilia Gabriela do Nascimento Domingos Lira

Especializanda em História Geral pela Faculdade Focus (2023)

Graduação em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/2022). Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/2023).

Atua em História das mulheres, história medieval e estudos de gênero.

E-mail: gabrielanasci197@gmail.com

Mauriene Silva de Freitas

Docente da Universidade Estadual da Paraíba desde 2012, atuando como professora no curso de Letras no Campus IV- Catolé do Rocha. Possui graduação em Letras, mestrado e doutorado em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba. Participou ainda como estudante do Fórum de Mulheres da UFPB, foi representante discente na Pós-Graduação, participou também da fundação do Movimento de Empoderamento feminino do Maracatu Baque Mulher sediado no Recife. Dentro da instituição em que trabalha foi presidenta do sindicato dos docentes da UEPB- ADUEPB, além de compor a Coordenação do Fórum dos Servidores do Estado da Paraíba. Em sua militância sindical dirigiu e montou o documentário *Mátria Silva* que conta a história da reabertura da Cozinha Comunitária do bairro do Jeremias, em plena pandemia, pelas mulheres da comunidade, MST e sindicatos. Paralelamente, desenvolve desde 2018 sua pesquisa sobre feminicídio no Estado, tendo recebido apoio financeiro da Fapesq- Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado da Paraíba.

Email maurienefreitas@servidor.uepb.edu.br

Mayra Genuino dos Santos Silva

Graduanda em História pela UEPB, campus III

Email: mayra.santos@aluno.uepb.edu.br

Raylla Kaliane da Silva Marques

Graduanda em Licenciatura Plena em História. Atuo na área de: Cinema, História, Gênero e Raça. Foi monitora nas disciplinas: Teoria I, História Contemporânea I e II e Prática do Ensino em História. Além de ter participado de PIBID no ano de 2020.

Email: raylla17marques@gmail.com

Telefone: 84994282487

Roseane Maria de Oliveira Paiva

Especialista em Alfabetização, Letramento e a Psicopedagogia Institucional (UNIMINAS) 2023, Especializando-se em Literatura e Ensino (IFRN), Graduada em Pedagogia (FAVENI) 2023, Graduada em Letras português (UEPB) 2019. Atualmente é pesquisadora voltada para área da literatura, representação feminina, literatura infanto-juvenil e letramento literário.

Email: roseannymaria@live.com

Rosiely Jesus Batista Maurício

Graduanda em História (Licenciatura) /UEPB/ Campus III
e-mail: rosiely.mauricio@aluno.uepb.edu.br (acadêmico)

Shirleyde Alves dos Santos

Farmacêutica (1993) e Bioquímica (1999), pela Universidade Estadual da Paraíba. Especialista em Microbiologia e Parasitologia (2000), pela Universidade Federal do Ceará. Mestre em Saúde Pública (2003), pela Universidade Federal do Ceará. Doutoranda em Antropologia (2024), pela Universidade Federal da Paraíba. Professora no Centro de Ciências Agrárias e Ambientais - CCAA - Campus II da UEPB. Coordena o Programa de Extensão Agroecologia, saúde, educação e cidadania: ações do Núcleo de Extensão Rural (NERA) pelo bem viver. Integra o GT Saúde e o GT Agrotóxicos e Transgênicos da ABA - Associação Brasileira de Agroecologia, a Comissão da Produção Orgânica do Estado da Paraíba- CPORG/PB e o Grupo Operacional da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. Está na Pró-Reitoria Adjunta de Ensino Médio, Técnico e Educação a

Distância da UEPB (Gestão 2020-2024). Atua nas áreas de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional, Impactos dos Agrotóxicos à Saúde e Determinação Social do Processo Saúde-Doença.

E-mail: shirleyde.santos@servidor.uepb.edu.br

Susel Oliveira da Rosa

Pós-doutorado (2011) e Doutorado em História (2007) pela UNICAMP. Mestrado em História (2002) pela PUC/RS. Graduação em História (1998) pela UFSM. Áreas de atuação: Ciências Humanas, História do Brasil (período da ditadura civil-militar), Filosofia e Teoria da História, Memória e Trauma. Enfoque nos temas: histórias de vida, história das mulheres, tortura, biopolítica, necropolítica, estado de exceção, feminização da cultura, políticas da amizade, contracolonialidade, dispositivo da racialidade e dispositivo da sexualidade. Autora dos livros: “Mulheres, ditaduras e memórias: não imagine que precise ser triste para ser militante” (SP: Intermeios/Fapesp, 2013) e “A biopolítica e a vida que se pode deixar morrer” (SP: Paco Editorial, 2012). Professora do Departamento de História/CH/UEPB desde o ano de 2012. Atualmente exercendo a função de Coordenadora de Curso.

E-mail: susel@servidor.uepb.edu.br

Terlúcia Maria da Silva

Mestra em Ciências Jurídicas pela UFPB. Assistente Social, graduada pela Universidade Federal da Paraíba. Desenvolve pesquisas sobre violência doméstica contra as mulheres e suas interfaces com o racismo e Relações Raciais no Brasil.

Assessora da UEPB para assuntos etnicorraciais e de violência contra as mulheres.

E-mail: terluciasilva@gmail.com

Zuila David

Repórter e Apresentadora de TV. Mãe de Luiz e Liana. Formada em Comunicação Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestre em Jornalismo Profissional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Sobre o livro

Projeto gráfico Erick Ferreira Cabral

Mancha Gráfica 10,5 x 16,7 cm

Tipologias utilizadas Adobe Garamond Pro 11/13,2 pt

A proposta desse conteúdo tão rico em histórias, relatos e reflexões feitas por mulheres é tocar as leitoras e os leitores, independentemente do gênero, para o despertar de uma população que clama por uma mudança de comportamento e por uma cultura de paz.